

# Relatório de Gestão e Contas 2013



# RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2013

## CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

<b>Índice</b>	<b>Pág.</b>
<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	04
<b>2. BREVE APRESENTAÇÃO</b>	05
2.1. Área de Influência do CHLO	06
2.2. Especialidades e valências existentes	07
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	09
3.1. Regulamento Interno	09
3.2. Organograma	09
<b>4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE</b>	11
4.1. Governo da Sociedade	11
4.2. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento	26
<b>5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>	27
<b>6. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2013</b>	39
6.1. Taxa de Execução 2013 face ao Plano de Desempenho e Contrato Programa 2013	39
6.2. Indicadores Globais por Linha de Atividade	39
6.2.1. Internamento	42
6.2.2. Bloco Operatório	46
6.2.3. Bloco de Partos	50
6.2.4. Consulta Externa	51
6.2.5. Urgência	55
6.2.6. Hospital de Dia	57
6.2.7. GDH's Médicos de Ambulatório	58
6.2.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	59
6.3. Desempenho Económico-Financeiro	60
6.3.1. Análise Económica	60

<b>Índice</b>	<b>Pág.</b>
6.3.2. Análise Financeira	72
6.3.3. Execução Orçamental	77
6.3.4. Investimento	78
6.4. Recursos Humanos	79
6.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	79
6.4.2. Mobilidade de Pessoal	81
6.4.3. Absentismo	82
6.4.4. Estrutura Etária	84
6.4.5. Formação	85
6.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	87
6.6. Investigação Clínica	88
6.7. Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços	88
6.8. Comissão de Ética	90
6.9. Comissão de Controlo da Infeção Hospitalar	90
6.10. Serviço Social	92
<b>7. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2013</b>	94
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	101
<b>9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	102
<b>10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	104
10.1. Balanço	105
10.2. Demonstração de Resultados por Natureza	107
10.3. Demonstração de Resultados por Funções	108
10.4. Demonstração de Fluxos de Caixa	109
10.5. Mapa dos Fluxos Financeiros	111
10.6. Mapa de Controlo do Orçamento Económico	113
<b>11. ANEXO – GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2013</b>	118

<b>Índice</b>	<b>Pág.</b>
12. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	122
13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	146
14. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	150

#### Siglas utilizadas:

- ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
- ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
- CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental
- CIPE - Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
- CES – Comissão de Ética para a Saúde
- EPE – Entidade Pública Empresarial
- GDH – Grupo de Diagnóstico Homogéneos
- HSFX – Hospital de São Francisco Xavier
- HEM – Hospital Egas Moniz
- HOSA – Hospital de Sant’Ana
- HSC – Hospital de Santa Cruz
- MCD – Meios Complementares de Diagnóstico
- MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
- ORL – Otorrinolaringologia
- POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde
- SAPE - Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem
- SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
- SNS – Serviço Nacional de Saúde
- TAC – Tomografia Axial Computorizada
- UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

# 1

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Num cenário de recessão e crise financeira, os últimos anos têm-se revelado extremamente difíceis e desafiadores para os hospitais portugueses.

Para manter o nível de cuidados prestados, torna-se indispensável o ajustamento das medidas de gestão e governação dos hospitais à progressiva diminuição do orçamento anual e necessária redução de custos, aliadas a uma forte liderança organizacional e desejável motivação dos profissionais.

No ano de 2013, o CHLO apresentou um elevado cumprimento do contrato programa quanto às principais linhas de produção e indicadores de desempenho assistencial e financeiro.

Em relação à evolução económico-financeira são de sublinhar os resultados favoráveis novamente obtidos em 2013, com EBITDA positivo, tal como verificado no ano de 2012.

O equilíbrio financeiro e os bons indicadores assistenciais alcançados justificam a excelente posição do CHLO observada no Benchmarking e ranking entre os hospitais nacionais, e devem-se fundamentalmente às boas práticas e competência dos profissionais que trabalham nos três hospitais do Centro Hospitalar.

Estes resultados favoráveis apontam para a sustentabilidade da instituição como garante da prestação de cuidados de saúde diferenciados à população da zona ocidental de Lisboa.

Antevê-se que 2014 continue a representar um enorme desafio para a manutenção ou melhoria dos resultados já alcançados, desafio este que só será possível de ultrapassar com o contínuo bom desempenho e dedicação de todos os que integram os quadros do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental.

Lisboa, 28 de Fevereiro 2014



Maria João Pais

Presidente do Conselho de Administração

## 2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no POCMS.

## 2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., tem como área de influência as freguesias de São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara e Santo Condestável, do concelho de Lisboa, e os Concelhos de Oeiras e Cascais, abrangendo ainda a prestação de serviços diferenciados aos habitantes dos concelhos da Amadora e de Sintra, prestando cuidados de saúde, de acordo com os censos de 2011, a uma população de cerca de 993.000 habitantes.

### ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (ha)	habitantes
<b>Concelho de Oeiras</b>	<b>4.600</b>	<b>172.120</b>
<b>Concelho de Cascais</b>	<b>9.710</b>	<b>206.479</b>
<b>Concelho de Lisboa:</b>	<b>1.404</b>	<b>61.345</b>
Freguesia da Ajuda	315	15.584
Freguesia de Alcântara	439	13.943
Freguesia de St. Maria de Belém	339	8.541
Freguesia de Sto. Condestável	101	15.257
Freguesia de S. Francisco Xavier	210	8.020
<b>Total linha directa</b>	<b>15.714</b>	<b>439.944</b>
<b>Concelho da Amadora</b>	<b>2.300</b>	<b>175.136</b>
<b>Concelho de Sintra</b>	<b>31.650</b>	<b>377.835</b>
<b>Total cuidados diferenciados</b>	<b>49.664</b>	<b>992.915</b>

É a referência para a área de Saúde Mental do concelho de Cascais e constitui-se como hospital de primeira linha para as freguesias do concelho de Lisboa e do concelho de Oeiras identificadas no quadro anterior.

Constitui para as especialidades Cardiológicas e Nefrológicas a última linha de referência não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional.

Para a especialidade de Infeciologia, não tem área de influência definida, abrangendo toda a população. É ainda referência direta para HPP Hospital de Cascais Dr. José de Almeida e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra), na área da Neurocirurgia. Articula-se diretamente com os seguintes Centros de Saúde: Ajuda, Alcântara, Carnaxide, Cascais, Oeiras, Parede e Santo Condestável.

## 2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 2013 foi de 802 camas, não considerando as camas de Berçário (28 berços). Nesta lotação estão ainda incluídas 10 camas por protocolo estabelecido com o HOSA.

As 802 camas acima referidas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

### LOTAÇÃO 2012/2013

Especialidades	2012	2013	Especialidades	2012	2013
Cardiologia	35	35	Neurologia	16	16
Cardiologia Pediátrica	8	8	Oftalmologia	3	3
Cirurgia Cardiorácica	33	33	Unidade Oncológica	3	3
Cirurgia geral	114	114	Ortopedia	49	43
Cirurgia Vascular	14	14	Otorrinolaringologia	9	9
Cirurgia Plástica	24	24	Pediatria	21	21
Endocrinologia e Nutrição	6	6	Pneumologia	19	19
Gastroenterologia	12	12	Reumatologia	4	4
Ginecologia/Obstetrícia	52	59	Urologia	19	19
Hematologia	13	13	U.C.I.C	17	16
Infeciologia	26	26	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	6
Medicina Interna	156	162	U.C.I.P	16	14
Nefrologia	27	27	Unid. Cuid. Intens. Cardioracicos	13	13
Neurocirurgia	25	25	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurotraumatologia	19	19	Psiquiatria (Agudos)	24	25
			Psiquiatria (Cronicos)	8	
<b>TOTAL 2012</b>			<b>805</b>		
<b>TOTAL 2013</b>			<b>802</b>		

De referir que, com o objetivo de possibilitar maior rigor no registo de "Cirurgia Segura", o CHLO introduziu 7 camas adicionais na lotação de Obstetrícia em Outubro de 2013.

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas e as Urgências Oftalmológica e de Otorrinolaringologia funcionam até às 20 horas ( encerram aos fins-de-semana e feriados ). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

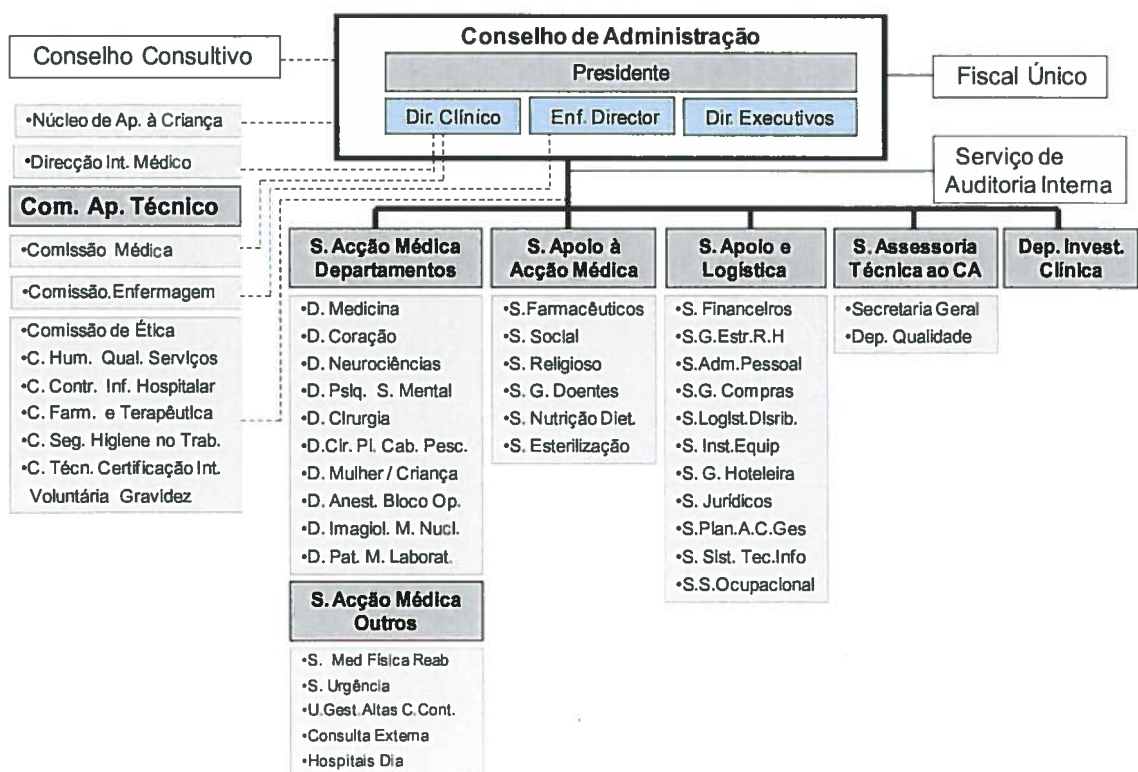
## 3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex.<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de Junho de 2006.

### 3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao

Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo ( Vogal do CA ), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica ) e um Enfermeiro Diretor ( na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

## 4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

### 4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

#### 4.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referenciação, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde, sem prejuízo da celebração de contratos para efeitos de organização interna, repartição do investimento e compensação dos encargos que forem estipulados.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes princípios gerais da Ética:

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;

- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Competência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

#### **4.1.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA**

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde. Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar [www.chlo.min-saude.pt/Hospital/Legislacao](http://www.chlo.min-saude.pt/Hospital/Legislacao).

#### **4.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Nos termos dos artigos 1.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 23/2008, 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/2005, e 23.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. é uma pessoa coletiva pública de natureza empresarial, cuja atividade, apesar de comungar de diversos traços de regime de Direito Público, é maioritariamente regida pelo Direito Privado (cfr. artigo 14.º do Novo Regime do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável como disposição geral que é, sem prejuízo da natureza subsidiária desse diploma face ao regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, como expressamente previsto no seu artigo 70.º).

Não obstante, entre os traços mais marcantes das vinculações jurídico-públicas a que os hospitais, E.P.E. se encontram sujeitos, poder-se-á destacar, por um lado, a submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de contratos de valor igual ou superior a 350.000€, e, por outro lado, a necessidade de observação estrita dos procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, especialmente desde a sua alteração pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, o qual procedeu à revogação do seu artigo 5.º, n.º 3, terminando dessa forma com o regime de exceção (em matéria de

contratação pública) parcial (porque limitado aos contratos de bens, serviços e obras até aos limiares comunitários aplicáveis) que até então foi constantemente conferido aos hospitais E.P.E.

#### 4.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	(euros)
	2013
Such - Serv. Utiliz. Comum Hospitais	3.632.768
Instituto Português Sangue, IP	2.894.858
Gás Natural Comercializadora	1.926.975
Edp Comercial - Comercialização de Energia	1.880.641
NCC - Facility Services, SA	1.680.795
Itau - Inst. Tec. Alim. Humana, SA	1.621.859

#### 4.1.5. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

##### IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

##### Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

##### Vogais Executivos

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Fiscal Único:

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

## MODELO DE GOVERNO

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
<b>Conselho de Administração</b>			
Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais a)		
Vogal (1)	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	Despacho de 01/01/2011	2011-2013
Vogal (2)	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira		
Vogal (3)	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		
Vogal (4)	Dr. José Manuel Baptista Marques b)		
<b>Fiscal Único</b>			
Efectivo	BDO & Associados, Lda (SROC n.º 29) representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC n.º 725)	Despacho n.º 111/2012 - SETF de 05/02/2012	2011-2013
Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira (ROC n.º 956)		

a ) nomeado no cargo de Director clínico a partir de 01/11/2012

b) aposentado em 01/11/2012

## FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por três vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Director Clínico e outro o Enfermeiro Director.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º e do Enfermeiro Director, previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

### Conselho de Administração

#### Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais: Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências de Directora Clínica e coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Clínicos;
- Serviços Farmacêuticos;
- Serviço de Instalações e Equipamentos,

- Departamento de Qualidade e Secretaria Geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente e Centro de Documentação/ Biblioteca e Reprografia);
- Departamento de Investigação Clínica;
- Serviço Social.

### **Vogais Executivos**

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros :

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação.

Enf.<sup>a</sup> Fernanda Maria da Rosa (Enf.<sup>a</sup> Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética.

### **Fiscal Único**

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do fiscal único, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E..

#### **4.1.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

##### **ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO**

Conselho de Administração

##### **Presidente e Diretora Clínica**

###### **Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais**

Remuneração base de 5.523,24 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.663,39 euros, 12 vezes por ano.

##### **Vogais Executivos**

###### **Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

###### **Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

###### **Enf.<sup>a</sup> Fernanda Maria da Rosa**

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

## REMUNERAÇÕES CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Unid: €

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)
<b>Mandato</b>				
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	83.562,64 €	60.881,08 €	60.881,08 €	60.881,08 €
<b>OPRLO</b>	Sim	Não	Não	Não
Entidade de Origem (Identificar)	CHLO	CHLO	CHLO	CHLO
Entidade pagadora (origem/Destino)	CHLO	CHLO	CHLO	CHLO
1.1.Remuneração Anual	77.325,36 €	54.480,58 €	54.480,58 €	54.480,58 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	19.960,68 €	16.725,36 €	16.725,36 €	16.725,36 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.4.Redução decorrente da Lei 12- A/2010	4.864,30 €	3.560,30 €	3.560,30 €	3.560,30 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64- B/2011	9.284,74 €	6.764,56 €	6.764,56 €	6.764,56 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1.7.Reduções de anos anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida	83.562,64 €	60.881,08 €	60.881,08 €	60.881,08 €
2. Remuneração variável	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4.Outras (b)	425,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de deslocação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídio de refeição	918,05 €	1.080,31 €	982,10 €	1.080,31 €
<b>Encargos com benefícios sociais</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	ADSE	ADSE	Seg.Social	ADSE
Seguros de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguros de vida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros (indicar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Acumulação de Funções de Gestão (S/N)</b>				
Entidade (identificar)				
Remuneração Anual	0,00 €			
<b>Parque Automóvel</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vogal (1)</b>	<b>Vogal (2)</b>	<b>Vogal (3)</b>
<b>Mandato</b>				
Modalidade de Utilização	Leasing Financeiro	Aquisição	Leasing Financeiro	Leasing Financeiro
Valor de referência da viatura nova				
Ano Início	2006	2003	2006	2004
Ano Termo	2010		2010	2007
N.º prestações (se aplicável)				
Valor Residual				
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço				
Combustível gasto com a viatura	1.992,59 €	3.052,30 €	2.164,01 €	1.596,80 €
Plafond anual Combustível atribuído	5.837,16 €	4.669,80 €	4.669,80 €	4.669,80 €
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	2.445,99 €	1.343,34 €	2.683,43 €	1.215,32 €
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Outras regalias e compensações</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vogal (1)</b>	<b>Vogal (2)</b>	<b>Vogal (3)</b>
<b>Mandato</b>				
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €
Gastos anuais com comunicações móveis	531,18 €	617,03 €	340,95 €	394,18 €
Outras (indicar)				
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Gastos c/ deslocações</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vogal (1)</b>	<b>Vogal (2)</b>	<b>Vogal (3)</b>
<b>Mandato</b>				
Custo total anual c/ viagens	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custos anuais com Alojamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ajudas de custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras (indicar)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

\* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

## Fiscal Único

REMUNERAÇÕES ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO		Unid: €
Fiscal Único	2012 (a)	2013 (a)
Remuneração anual auferida	14.262,60	14.262,60

(a) Não inclui IVA; Foi aplicado o artigo 22º da lei 55-A/2011(Lei OE/2011) Sim X Não \_\_\_

Remuneração de 1.188,55 euros (sem Iva), 12 vezes por ano.

### 4.1.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O CHLO, de acordo com o modelo de contratualização interna, negociou com os serviços de acção médica, os principais indicadores de produção, de custos e de qualidade, de forma ajustada ao Contrato Programa assinado com a ARSLVT para o ano em curso.

O acompanhamento desta contratualização interna, suportada numa estrutura de gestão intermédia, adequadas a este modelo de funcionamento, é monitorizado mensalmente de forma a possibilitar as correções aos desvios que se considerarem adequados.

Durante o ano de 2013, realizaram-se obras de beneficiação e adaptação para viabilizar a reorganização de serviços, designadamente:

- Construção do novo Laboratório de Procriação medicamente assistida no HSFX
- Melhoria da ventilação nos Apoios de Cardiologia no HSFX
- Alargamento da área de atendimento na Consulta Externa do HEM
- Renovação da área de consulta de Oftalmologia pediátrica no HEM
- Renovação dos gabinetes de consulta de Cardiologia no HEM
- Conclusão das obras da Cogeração no HEM
- Substituição da rede elétrica no HEM
- Renovação das instalações da casa mortuária no HEM
- Adaptação da área para receber o novo Litotritor no HEM
- Criação duma sala para colheita de córneas no HEM
- Alargamento e redistribuição das áreas pediátricas na UCI do HSC
- Obras de beneficiação nas cozinhas do HSC e do HEM
- Obras nos parques de estacionamento no HEM e no HSC.

As linhas de atuação que foram preconizadas para o ano 2013 mantiveram-se em linha com a estratégia definida pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e, genericamente, traduziram-se na melhoria da acessibilidade e da qualidade dos serviços prestados, na eficiência da prestação, no controlo do equilíbrio financeiro, na renovação e remodelação das áreas mais degradadas e no reforço dos sistemas de informação.

## **1. Acessibilidade**

Durante o ano de 2013, foi possível enquadrar a procura e a espera nos limiares do clinicamente aceitável na generalidade das especialidades das especialidades existentes no CHLO. Foi verificada uma acentuada redução no tempo médio de espera para cirurgia que se situou abaixo do tempo médio para a região.

As maiores listas de espera cirúrgicas continuam a verificar-se nas especialidades de Ortopedia, Cirurgia Vasculosa e ORL, tal como se observa ao nível regional. Foi possível desenvolver uma estratégia de recuperação das listas nestas especialidades nos últimos meses de 2013 que permitiu chegar ao fim do ano com a situação substancialmente melhorada.

Na área da cirurgia do ambulatório, onde foi conseguido um grande avanço nos últimos anos na taxa de ambulatório face à cirurgia convencional, verificou-se novamente melhoria em relação ao ano anterior.

O alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora e cumprimento, a adesão ao programa de "Consulta a tempo e horas" (objetivos também contratualizados com os Serviços), permitiram trazer o tempo de espera na área do ambulatório para um valor muito próximo dos objetivos definidos para esta área.

Foram desenvolvidas em 2013 estratégias para melhorar a articulação do hospital com os Centros de Saúde, tendo em vista a criação, a prazo, de um eventual Sistema Local de Saúde.

Aguarda-se com expectativa o desenvolvimento da rede de Cuidados Continuados na região Ocidental de Lisboa, o que permitirá rentabilizar e aproveitar integralmente a capacidade instalada do CHLO.

## **2. Qualidade de cuidados prestados**

A criação no CHLO do Departamento de Qualidade, e as ações de planeamento e controlo por ele levadas a cabo, assegura um processo de melhoria contínua da qualidade. No ano de 2013 manteve-se a certificação de algumas áreas dos três hospitais do CHLO, de acordo com as normas ISO 9000, nomeadamente na Unidade de Diálise, no Serviço de Imunohemoterapia e nos Serviços Farmacêuticos.

A Farmácia do CHLO tem desenvolvido diversos projetos na gestão do medicamento (alguns premiados) que garantem mais qualidade e segurança nesta importante área.

Foram incluídos como objetivos nos processos de contratualização a realização de auditorias clínicas, após a nomeação do Auditor Clínico do CHLO.

No âmbito da contratualização interna com os Serviços, o Conselho de Administração tem sempre exigido a cada Serviço, não só contratualização na vertente da produção e custos, mas também objetivos mensuráveis nos domínios da qualidade.

### **3 . Nível de serviço prestado e eficiência**

A produtividade e a eficiência continuarão a ser medidas e estimuladas no CHLO. Para isso, foram implementados modelos de avaliação de desempenho, suportados em níveis adequados de produtividade e eficiência funcional. Neste sentido, reveste-se de grande importância a contratualização anual de objetivos de produção assistencial e de resultados financeiros, de forma a aumentar os níveis de eficiência e de desempenho dos serviços. Esta contratualização é acompanhada continuamente pelo Conselho de Administração e respetivas direções de serviços.

### **4 . O CHLO no contexto do SNS**

A abertura de novos hospitais na área da Grande Lisboa e a baixa da natalidade no país tiveram repercussões no Centro Hospitalar nomeadamente na área materno-infantil nos Serviços de Pediatria e de Obstetrícia onde se constatou como impacto redução do número das Urgências e do Internamento. Por este facto tornou-se mais difícil rentabilizar nesta área toda a capacidade instalada no CHLO, verificando-se consequentemente a diminuição dos proveitos financeiros no Departamento da Mulher e da Criança.

Desde 2009, e por decisão da ARSLVT, o CHLO passou a ter a responsabilidade técnica pela Oncologia Médica do novo Hospital de Cascais, obrigando ao aumento dos custos com os recursos humanos e medicamentos citostáticos, para além da dispersão geográfica com custos associados aos transportes diários e deslocação de pessoal.

O Serviço de Urgência Polivalente do CHLO, assim como todas as valências clínicas das várias especialidades, continuaram a receber todos os doentes enviados de acordo com as redes de referenciação , para além de múltiplos doentes de outras regiões de saúde em especialidades cuja

elevada diferenciação faz ultrapassar o nível regional como a Cardiologia Pediátrica, a Cirurgia Cardíaca, a Cardiologia de intervenção, a Transplantação renal e cardíaca, a Cirurgia da Epilepsia refratária, o tratamento das Doenças Desmielinizantes e de HIV/SIDA, a Neurocirurgia e Otoneurologia, entre outras.

Durante o ano de 2013 o CHLO continuou a reforçar as boas relações mantidas com os centros de saúde da sua área, no sentido de oferecer a melhor colaboração possível, tendo passado a efetuar as análises clínicas dos ACE's que lhe estão adstritos.

## **5. Reforço da gestão**

O CHLO tem vindo a incrementar os modelos de gestão previstos no Regulamento Interno, de forma a potenciar a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando verdadeiros níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial.

Também os investimentos em curso ao nível dos sistemas de informação têm vindo a permitir o desenvolvimento de um modelo automatizado de informação on-line, que facilita e permite a análise rigorosa da informação pelos órgãos de gestão e pelos serviços, e a possibilidade de serem validados os dados principais e complementares de produção, indicadores económico financeiros e de qualidade, com acompanhamento global da contratualização interna e externa do CHLO.

## **6. Controlo do equilíbrio financeiro**

A continuidade do CHLO como um dos grandes centros hospitalares do país passa, invariavelmente, por garantir um futuro com sustentabilidade traduzido num rigoroso e perpetuo equilíbrio financeiro.

Nos últimos dois anos foram implementadas medidas diversas no sentido de maiores níveis de eficiência e se no ano de 2012 o CHLO já registou melhorias significativas nesse sentido, com a apresentação de um EBITDA positivo, no ano de 2013 foi mais longe. E não fora a necessidade de ter em consideração as orientações da Tutela, no sentido de ajustar os custos com o pessoal à decisão do Tribunal de Contas, o esforço desenvolvido e o rigoroso acompanhamento das medidas estabelecidas no plano de redução de custos orçamentados para 2013 que potenciaram a utilização dos recursos instalados, teriam permitido a concretização dos objetivos inicialmente previstos, consubstanciados numa redução de 2,7% nos custos totais, ao invés da atual redução de apenas 0,2%.

Contudo, como os Proveitos Operacionais foram influenciados favoravelmente pelas verbas provenientes das Adendas ao Contrato Programa, registando um acréscimo de 4,7% face ao período homólogo, o equilíbrio financeiro foi atingido.

Destaque, ainda, para o EBITDA, que ascendeu a 8,5 milhões de euros e para os Resultados Operacionais e Resultados líquidos que apresentam uma evolução francamente positiva, passando de -9,3 para 0,4 milhões de euros e de -9,7 para 1,1 milhões de euros, respetivamente.

Mas nada está garantido, se o esforço não for contínuo. Tratando-se de um processo complexo urge continuar a envolver toda a organização e os vários serviços, para que os valores orçamentados para 2014 possam ser uma realidade, até porque o total de Proveitos Operacionais previstos para 2014, influenciados pela redução do financiamento do Contrato Programa e dos preços das respetivas linhas de produção, em conformidade com as orientações da tutela, registará uma redução de na ordem de 8,5% face ao exercício anterior, ascendendo a, apenas, 198,3 milhões de euros e o total de Custos Operacionais previstos para o mesmo período, situa-se na ordem dos 206,2 milhões de euros apresentando um decréscimo de 4,7 % face ao período homólogo.

Assim, apesar da referida contenção do financiamento do Contrato Programa, o EBITDA previsto mantém-se positivo na ordem de 0,4 milhões de euros, dando continuidade ao equilíbrio financeiro tão desejado.

Apesar da evolução favorável das despesas e das receitas o facto é que, a 31 de Dezembro de 2013, o total do Fundo Patrimonial ascende a apenas 31,9 milhões de euros, pelo que está perdido 74,9% do valor do seu Património. Para não ficar em causa o equilíbrio da estrutura financeira, nomeadamente no que respeita à capacidade do CHLO para liquidar o seu passivo, o Conselho de Administração e a tutela continuam a equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do CHLO.

## **7. Reforço dos sistemas de informação e de comunicação**

O desenvolvimento das tecnologias de informação em Saúde (TIS) como investimento e enquanto fator de sustentabilidade e bom governo está na agenda do dia do CHLO. O despesismo do passado deu lugar a uma racionalidade que, embora muito mais limitada em recursos, tem permitido alcançar metas muito interessantes, como aliás determinado para a reforma hospitalar, de onde se destaca:

- maior partilha de ferramentas e aplicações;
- informação mais fidedigna e fiável;
- uma rede mais integrada;
- comunicações mais rápidas e seguras;
- os primeiros "passos" do um Registo de Saúde Eletrónico (PDS)

Assim, e com algumas, raras, exceções o nível de informatização cresceu, no exercício económico de 2013, de uma forma conexas, sem duplicação de circuitos criando condições para o próximo salto tecnológico, em que os fluxos de informação serão praticamente automatizados:

- Destaque para a uniformização do SAM e SAPE numa única aplicação, o SClinico, onde o CHLO foi pioneiro (pivot) no teste de algumas funcionalidades, nomeadamente a Cirurgia Segura;
- Destaque para a utilização em todo o Centro da nova PEM (Prescrição Eletrónica de Medicamentos). Também aqui o CHLO foi pioneiro na região Sul do país. Neste momento, já tem em seu poder cerca de 1.000 leitores de cartão de cidadão para, logo que a SPMS assim o determinar, arrancar com a fase II do Project: validação do médico por cartão do cidadão ou da ordem;
- O CHLO está envolvido com a SPMS num outro projeto pioneiro a RIS (Rede Informática da Saúde), que pretende passar todas as ligações internas entre os hospitais também para essa plataforma. Até agora a RIS somente conseguiu aligar entidades hospitalares ao exterior ou a outras entidades hospitalares (por exemplo para permitir o acesso via PDS do CHLO ao CHLC ), e nunca para ligar hospitais de um mesmo centro hospitalar. De realçar que as ligações aos centros de psiquiatria de Caxias, Dafundo e Estoril já estão, entretanto, na RIS. Ainda ao nível da RIS, já se encontram, também, estabelecidas as ligações entre o CHLO e os centros de saúde da área de referência, permitindo aos médicos das instituições envolvidas uma utilização a 100% da informação disponível.
- Destaque, ainda, para a uniformização das várias áreas clínicas, designadamente de Cardiologia, dos hospitais do CHLO numa única aplicação informática, que permitiu uma maior eficiência no acesso a informação clínica do utente, assim como uma redução de custos.

Com todos estes projetos o CHLO está capacitado para garantir:

- Maior acessibilidade e comodidade no acesso, resultados e disponibilização imediata de dados;
- Maior proximidade e possibilidade de contacto entre o médico prescritor e o médico de família e o utente;
- Alta qualidade na prestação do serviço;

#### **4.1.8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)**

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

#### 4.1.9. EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, foi aprovado em 13 de Dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

No cumprimento do Decreto-Lei 8 n.º 97/1995 de 10 de Maio, possui uma Comissão de Ética com as seguintes competências:

- Pronunciar-se sobre todas as questões que envolvam valores morais dentro da Instituição, nomeadamente o respeito pelos direitos e dignidade dos doentes;
- Zelar pela observância de padrões éticos no acesso aos cuidados, de diagnóstico e tratamento e no respeito pela confidencialidade;
- Pronunciar-se sobre práticas corretas de investigação e ensino que envolvam doentes ou tenham impacto nos princípios morais porque se rege a sociedade e as práticas profissionais.

Em todas as suas atividades, o CHLO respeita os princípios da Ética já enunciados anteriormente :

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

#### 4.1.10. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Estatutos actualizados (PDF)</b>	X			
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	X			
<b>Ficha síntese da empresa</b>	X			
<b>Identificação da Empresa:</b>				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
<b>Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
<b>Regulamentos e Transacções:</b>				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	X			
<b>Avaliação do cumprimento dos PBG</b>	X			
<b>Código de Ética</b>	X			
<b>Informação Financeira histórica e actual</b>	X			
<b>Esforço Financeiro do Estado</b>			X	

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Existência de Site</b>	X			
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	X			
<b>Organigrama</b>	X			
<b>Órgãos Sociais e Modelo de Governo:</b>				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	X			
<b>Código de Ética</b>	X			
<b>Relatório e Contas</b>	X			
<b>Provedor do cliente</b>			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A - Não Aplicável

**Nota:** Assinalar no formulário com X as respostas correctas

## 4.2. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Não aplicável em 2013. Inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras.

<b>TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO</b>		<i>(milhares de euros)</i>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
Passivo Remunerado	144,6	10,4	,0	
Custos e Perdas Financeiras	2,6	,3	,0	
Taxa média Anual de Financiamento	1,8%	2,5%	0,0%	

## 5 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
<b>Objectivos de Gestão:</b>					
Objetivo 1 - Cumprimento metas Orçamento Económico	X			100%	
Objetivo 2 - Incentivos Institucionais	X			88%	
Objetivo 3 - Redução do Custo efectivo com Trabalho Extraordinário	X			100%	
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			X		
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	X				
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	X				
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	X				
<b>Recomendações do acionista na aprovação de contas:</b>					
Reduzir PMP a Fornecedores	X				
Redução de Custos	X				
<b>Remunerações:</b>					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	X				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei 66-B/2012	X				
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012	X				
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º da Lei 66-B/2012	X				
<b>Artigo 32º do EGP</b>					
Utilização de cartões de crédito		X			
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			
<b>Contratação Pública</b>					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
				17 contratos	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			17.755.222,96€	
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>					
Recomendações	X				Ponto 5.10
<b>Parque Automóvel</b>	X			0	
<b>Gastos Operacionais das Empresas Publicas (artigo 64.º da Lei 66-B/2012)</b>	X			Ponto 5.8.	
<b>Redução de Trabalhadores (artigo 63.º da Lei 66-B/2012)</b>					
Nº de trabalhadores	X			Ponto 5.8	
Nº de cargos dirigentes	X			Ponto 5.8	
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria</b>	X			93%	

## 5.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

### **Objetivo 1: Cumprimento metas do Orçamento Económico**

Nos últimos dois anos foram implementadas medidas diversas no sentido de maiores níveis de eficiência. E se no ano de 2012 o CHLO já registou melhorias significativas nesse sentido, com a apresentação de um EBITDA positivo, no ano de 2013 foi mais longe.

Mesmo assim, o acentuado esforço no controlo e contenção de custos, nomeadamente nos FSEs e Despesas com o Pessoal, do qual resultou, respetivamente, um desvio favorável de 3,3% e 3%, não foi suficiente para colmatar o desvio Orçamental dos consumos. Estes últimos tinham sido previstos com base nas negociações, que decorriam à data, entre os Ministérios de Saúde, da Economia e do Emprego e a Indústria Farmacêutica em 2012 e que, infelizmente, se revelaram menos favoráveis para o SNS.

Mas a realização dos Proveitos superou os valores orçamentados em 9,3%. Para esta evolução contribuíram as Adendas ao Contrato Programa e também as correções efetuadas na faturação de exercícios anteriores.

Tudo visto e ponderado, o CHLO terminou o exercício económico de 2013 com a metas globais do Orçamento Económico superadas.

### **Objetivo 2: Incentivos Institucionais**

O montante dos incentivos institucionais orçamentados no Contrato Programa celebrado com a ACSS foi de 9,4 milhões de euros. O montante dos incentivos institucionais em 2013 ascenderam a 8,2 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de execução na ordem de 88%.

### **Objetivo 3: Redução do Custo efetivo com trabalho extraordinário**

A redução da despesa com trabalho extraordinário ascendeu a -21,7%, comparativamente ao ano de 2012, ultrapassando o objetivo estabelecido pelo Despacho nº 5077/2013, que estabelecia um decréscimo de 20% relativamente ao período homólogo, tendo, ainda, o CHLO apresentado um desvio favorável de 2,9%, face ao orçamento.

## 5.2. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras, é transcrita nos quadros seguintes:

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (euros)	30.200	13.900	2.600	257	0
Taxa média Anual de Financiamento (%)	5,1%	8,4%	1,8%	2,5%	

(euros)

Passivo Remunerado	2012	2013	Var. Absol.	Var. (%)
Passivo não corrente		0	0	
Financiamentos obtidos		0	0	
Passivo corrente	10.375	0	-10.375	-100%
Financiamentos obtidos	10.375	0	-10.375	-100%
<b>Total Passivo Remunerado</b>	<b>10.375</b>	<b>0</b>	<b>-10.375</b>	<b>-100,0%</b>

## 5.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”)

Dando prioridade à política de redução de dívidas junto dos fornecedores, destacam-se as regularizações das dívidas em atraso, efetuadas à Indústria farmacêutica, que contribuíram para o decréscimo de 10,1% do Passivo de Curto Prazo. Em consequência, registou-se uma redução substancial do prazo médio de pagamento.

### 5.3.1. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

PMP	2013				2012				Var. (%) 4.º T 2013/4.º T 2012
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	
Prazo (dias)	325	334	324	219	531	569	327	283	<b>-22,6%</b>

### 5.3.2. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2013 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

*(euros)*

Dividas Vencidas	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011			
		90-180 dias	180-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	16.482.246	11.686.665	2.445.868	5.650.105	31.092.411
Aquisições de Capital	271.467	18.613	0	9.818	219.919
<b>Total</b>	<b>16.753.713</b>	<b>11.705.279</b>	<b>2.445.868</b>	<b>5.659.923</b>	<b>31.312.329</b>

### 5.4. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

Cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação das contas (2011):

- **Reduzir PMP a Fornecedores :**

Embora ainda não se tenha atingido os prazos médios de pagamento desejados, foi, efetivamente, atingida uma redução muito significativa já que os mesmos passaram de 283 dias para 219 dias.

- **Redução de Custos :**

Nos últimos três exercícios económicos foram implementadas diversas medidas, que potenciaram a utilização dos recursos no sentido de maiores níveis de eficiência, permitindo que os custos operacionais, registassem uma diminuição de 18% face ao ano de 2010 (ver ponto 5.8)

## 5.5. REMUNERAÇÕES

### 5.5.1. ÓRGÃOS SOCIAIS

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Cargo	Nome	Doc	Data
2011-2013	Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais a)	Despacho n.º 15970/2011	01/01/2011
	Vogal Executivo	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva		
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira		
	Enfermeira-Diretora	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		
	Vogal Executivo	Dr. José Manuel Baptista Marques b)		

a) nomeado no cargo de Director clínico a partir de 01/11/2012

b) Nomeado no cargo de Director Clínico executando antes funções de Vogal Executivo (Despacho n.º 7152/2012 de 16/5) aposentado em 01/11/20

(euros)

Nome	EGP				OPRL	
	Fixado (SN)	Classificação (A/B/C)	Vencimento (valor mensal)	Despesas Representação (valor)	Identificação Entidade	Pagadora (O/D)
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	N	B	5.523,24	1.663,39	CHLO	O
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	B	3.891,47	1.393,78	CHLO	D
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3.891,47	1.393,78	CHLO	D
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	B	3.891,47	1.393,78	CHLO	D

Nota: EGP: Estatuto do Gestor Público; OPRL: Opção pela Remuneração Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

(euros)

Nome	Remuneração anual						
	Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução Lei (OE)	Redução anos anteriores*	Bruta após reduções
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais		97.286,04		4.864,30	9.284,74		83.137,00
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva		71.205,94		3.560,30	6.764,56		60.881,08
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira		71.205,94		3.560,30	6.764,56		60.881,08
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		71.205,94		3.560,30	6.764,56		60.881,08

Redução anos anteriores refere remunerações regularizadas no ano em referencia pertencentes a anos anteriores

\* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

\*\* Incluir a remuneração + despesas de representação

(euros)

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais						
		Regime de Protecção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes pessoais	Outros	
		Identificar	Valor				Identificar	Valor
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	918,05	ADSE/CGA	10.639,83	0,00	0,00	0,00		
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	1.080,31	ADSE/CGA	7.885,25	0,00	0,00	0,00		
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	982,10	Seg. Social	6.843,65	0,00	0,00	0,00		
Ent.ª Fernanda Maria da Rosa	1.080,31	ADSE/CGA	7.462,85	0,00	0,00	0,00		

(euros)

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal	Valor Anual	Observações
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	80,00	531,18	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	80,00	617,03	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	340,95	
Ent.ª Fernanda Maria da Rosa	80,00	394,18	

(euros)

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída (SN)	Celebração de contrato(SN)	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	N.º Prestações	Valor de Renda Mensal	Valor Anual
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	S	N		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	N		Aquisição	2003				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	N		Leasing Financeiro	2006	2010			
Ent.ª Fernanda Maria da Rosa	S	N		Leasing Financeiro	2004	2007			

(1) Aquisição,ALD,Leasing ou Outra

(euros)

Nome	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a viaturas				Observações
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	486,43	1.992,59	172,65	1.852,02	421,32	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	389,15	3.052,30	689,15	314,72	339,47	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	2.164,01	1.133,25	1.031,07	519,11	
Ent.ª Fernanda Maria da Rosa	389,15	1.596,80	422,55	405,09	387,68	

## 5.5.2. FISCALIZAÇÃO

### FISCAL ÚNICO

Mandato	Cargo	Identificação		Designação		Remuneração (euros) (a)		N.º Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Doc	Data	Limite Fixado	Contratada	
2011-2013	Electivo	BDO & Associados, Lda Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	SRCC n.º 29 ROC n.º 725	Despacho n.º 111/2012 - SETF	05/02/2012	1.188,55	1.188,55	1
	Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira	ROC n.º 956					

(a) Não inclui IVA

(euros)

Nome	Remuneração Anual (a)		
	Bruta	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
BDO & Associados, Lda	16.681,44	2.418,80	14.262,64

(a) Não inclui IVA

## 5.5. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufruiu de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ou de reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

## 5.6. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Destacando-se a este nível a submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de contratos de valor igual ou superior a 350.000 euros (17 contratos, num valor total de 17.755.222,96 euros).

O Manual de Procedimentos do Serviço de Gestão de Compras foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10/07/2013.

## 5.7. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

As aquisições ao abrigo de CPAs promovidos pela central de compras da saúde (SPMS) são, regra geral, obrigatórias, não carecendo de adesão, ainda que também integrem o Sistema Nacional de Compras Públicas. Ao nível dos medicamentos, do Plano de Compras de 2013 constavam 33 milhões de euros de aquisições ao abrigo de acordos quadro promovidos pela SPMS.

Quanto ao mais, o CHLO é uma "entidade voluntária aderente".

No ano de 2013 não se verificou a aquisição de veículos.

## 5.8. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

As medidas implementadas no sentido da melhoria dos níveis de eficiência, dando cumprimento às orientações do acionista, traduziram-se em reduções significativas nos custos operacionais na ordem dos 18% (variação 2010/2013). Destaque para as reduções ao nível do CMV/MC e dos gastos com pessoal, e, também, porque era solicitado :

- Medidas no âmbito da redução dos **gastos com comunicações** – renegociação dos contratos conseguindo diminuir a despesa em 45,4% face a 2010;
- Medidas no âmbito da redução das **ajudas de custo e deslocações**: embora historicamente despesa de valor residual, em 2013 apresentaram reduções de 71,4% e 54,0%, respetivamente.

(milhares euros)

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Var 2013/2010		Cumprimento (S/N)
						Absol	%	
CMVMC	96.207,2	98.246,8	94.645,7	77.320,0	77.050,6	-21.196,2	-21,6%	S
FSE	36.666,7	35.476,1	32.909,8	29.240,0	27.481,2	-7.994,9	-22,5%	S
Deslocações/Estadas	22,6	20,1	12,2	8,1	9,2	-10,8	-54,0%	S
Ajudas de custo	12,1	11,9	12,7	4,7	3,4	-8,5	-71,4%	S
Comunicações	613,4	593,0	464,8	427,0	323,6	-269,5	-45,4%	S
Gastos com pessoal	119.503,5	119.732,0	106.556,6	99.814,6	103.632,1	-16.099,9	-13,4%	S
<b>Total</b>	<b>252.377,4</b>	<b>253.454,9</b>	<b>234.112,2</b>	<b>206.374,6</b>	<b>208.163,9</b>	<b>-45.291,0</b>	<b>-17,9%</b>	<b>S</b>
Volume Negócios	233.330,2	226.015,3	213.946,6	205.538,1	214.379,9	-11.635,4	-5,1%	
Peso dos Gastos no VN (%)	108,2%	112,1%	109,4%	100,4%	97,1%			

- **Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes**, conforme quadro seguinte:

Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013
N.º de RH sem Órgãos Sociais	4.327	4.199	4.054	3.859
N.º de cargos dirigentes sem O.S	25	21	18	20
N.º de Órgãos Sociais	4	4	4	4
<b>Gastos Totais com pessoal (euros)</b>	<b>119.732.040</b>	<b>106.556.640</b>	<b>99.814.615</b>	<b>103.632.117</b>
Gastos com Órgãos Sociais	505.899	308.294	292.891	292.920
Gastos com Dirigentes	915.344	760.881	670.794	734.404
Gastos com RH sem O.S e sem Dirigentes	118.310.797	105.487.465	98.850.930	102.604.793
Rescisões/Indemnizações (euros)	<b>41.238</b>	<b>44.715</b>	<b>35.497</b>	<b>3.235</b>

## 5.9. PRINCIPIO DA UNIDADES DE TESOURARIA DO ESTADO

Foi dado cumprimento ao Principio da Unidade de Tesouraria do Estado.

## 5.10. RECOMENDAÇÕES AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas no Relatório nº17/2011 – 2ª Secção – Auditoria ao Sistema Remuneratório dos Gestores Hospitalares de Boas Práticas de Governação dos Hospitais E.P.E.:

1. Garantir a unidade do Conselho de administração enquanto órgão colegial orientado para os resultados tendo em conta a satisfação das unidades de saúde ao menor custo, sem prejuízo da qualidade do serviço;
2. Prestar contas da execução dos planos de redução de despesa divulgando no respetivo sitio institucional o grau de realização semestral;
3. Designar o Auditor internos dando preferência a auditores devidamente certificados, por entidades internacionalmente reconhecidas, ou formalizar o respetivo pedido de dispensa, se aplicável, tendo em conta a relação Custo-benefício das respetivas funções;
4. Enviar os Planos de Gestão de Riscos em cumprimento da Recomendação n.º1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção;
5. Promover a realização de avaliações externas ao cumprimento de orientações e protocolos clínicos, auditorias clínicas sistemáticas, gestão de risco clínico, implementação efetiva dos

processos clínicos eletrónicos, requisição de medicamentos e meios complementares de diagnóstico;

6. Garantir que os conflitos de interesse que possam interferir com as decisões do conselho de administração sejam declarados e registados;
7. Remeter nos prazos legais, ao Tribunal de Contas, os documentos de prestação de contas e disponibilizá-los nos respetivos sítios institucionais na internet, até ao final do primeiro semestre do ano seguinte a que respeitam;
8. Garantir o cumprimento do Estatuto do Gestor Público, no que respeita ao reporte dos pedidos de autorização à tutela para efeitos de acumulação de funções e opção pelo vencimento do lugar de origem;
9. Produzir um regulamento interno que defina os termos e condições da utilização das viaturas que sejam afetas aos administradores do conselho de administração, que esclareça inequivocamente a finalidade do seu uso, que preveja os necessários mecanismos de verificação de cumprimento do mesmo pelos respetivos utilizadores e o enquadramento como remuneração, caso as viaturas também sejam utilizadas para fins privados.

Medidas (resposta) tomadas relativas às recomendações imanadas pelo Tribunal de Contas no Relatório nº17/2011 – 2ª Secção – Auditoria ao Sistema Remuneratório dos Gestores Hospitalares de Boas Práticas de Governação dos Hospitais E.P.E.:

1. O Conselho de Administração cumpre a missão e os objetivos que lhe estão atribuídos, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Enquanto órgão colegial orientado para os resultados, defende parâmetros de qualidade exigentes, não esquecendo o controlo de custos, efetuado mensalmente em reunião própria, as responsabilidades sociais e as necessidades em saúde da população abrangida.
2. Os planos de redução de despesa (2009-2011) estão divulgados no SIRIEF. Está em curso a introdução dos registos relativos ao período a que se refere o SIRIEF (2009-2012).
3. O Auditor Interno foi nomeado na sequência desta auditoria em 17 de Dezembro de 2010, com efeitos a 1 de Janeiro de 2011, como pode ser verificado no anexo DOC002.
4. O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas já elaborado, encontra-se a aguardar aprovação em Conselho de Administração. Será remetido, após aprovação, prevista para dia 21 de Janeiro.
5. Relativamente à realização de avaliações externas ao cumprimento de orientações e protocolos clínicos, estas têm sido fomentadas e realizadas, tendo as últimas sido efetuadas pela DGS a 14 e 17 de Dezembro. A generalidade dos serviços tem acesso ao processo clínico eletrónico, seja

por via do SAM ou do HCIS, bem como a prescrição eletrónica dos exames de patologia clínica e medicamentos. No dia 2 de janeiro de 2013 deu início a prescrição eletrónica dos restantes MCDT's. Quanto à prescrição de medicamentos e MCDT's, existe um Monitor de Prescrição Médica no CHLO que coordena uma comissão com representantes de serviços clínicos (Medicina e Cirurgia), Radiologia, Patologia Clínica, Serviços Farmacêuticos e Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação, nomeado pelo Exmo. Secretário de Estado da Saúde pelo Despacho 17069/2011. Esta comissão elabora trimestralmente relatórios sobre a prescrição médica do CHLO, e remete para a ACSS, e avalia o cumprimento das Normas de Orientação Clínica da DGS.

6. Como referido na resposta enviada a 17 de Maio de 2010, com a N/Ref. CA/88/10, os membros do Conselho de Administração efetuam, no início do mandato, a entrega, individual, das suas declarações de não conflitualidade ao Tribunal Constitucional. Tal procedimento mantém-se, bem como a não existência de conflitos de interesse.
7. Remetemos comprovativos do envio dos documentos de prestação de contas, no período legal (DOC004, DOC005, DOC006 e DOC007). Mais informamos que a mesma informação se encontra publicada no sítio institucional na internet.
8. No cumprimento do Estatuto do Gestor Público, foi solicitado ao Ministério da Saúde, para a Sra. presidente do Conselho de Administração, Sra. Dra. Maria João Pais, bem como para o Vogal Executivo do Conselho de Administração, Sr. Dr. José Baptista Marques, autorização para efeitos de opção de vencimento pelo lugar de origem. Estes pedidos foram efetuados a 3 e 7 de Março de 2011, respetivamente (DOC001).
9. O Conselho de Administração aprovou, em 10 de Outubro de 2012, uma norma interna para utilização e controlo de custos das viaturas destinadas ao conselho de administração. Este documento (DOC003) já está implementado. Mais informo que cada membro do Conselho de Administração declarou, por escrito e em impresso próprio, a não utilização da viatura para fins particulares.

## 5.11. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Estatutos actualizados (PDF)</b>	X			
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	X			
<b>Ficha síntese da empresa</b>	X			
<b>Identificação da Empresa:</b>				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
<b>Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
<b>Regulamentos e Transacções:</b>				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	X			
<b>Avaliação do cumprimento dos PBG</b>	X			
<b>Código de Ética</b>	X			
<b>Informação Financeira histórica e actual</b>	X			
<b>Esforço Financeiro do Estado</b>			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

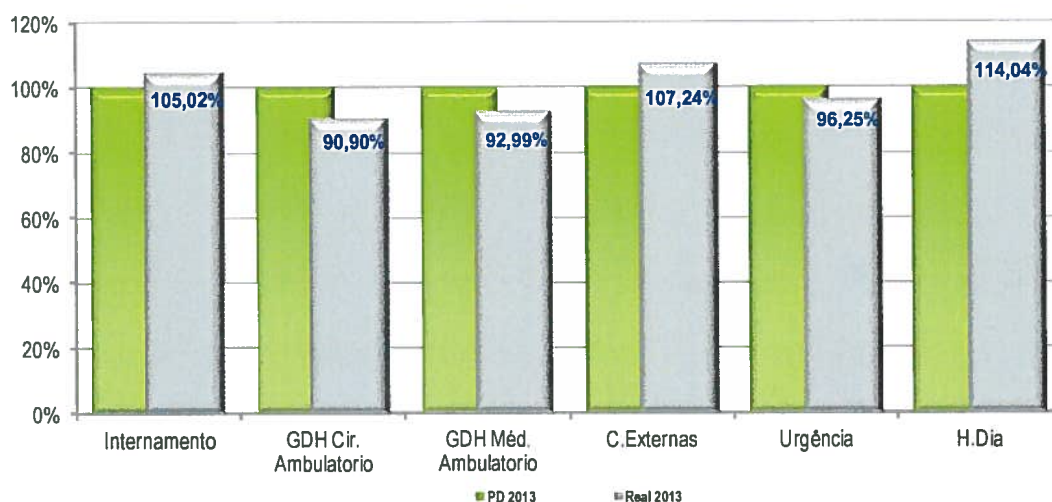
N.A. - Não Aplicável

**Nota:** Assinalar no formulário com X as respostas correctas

## 6 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2013

### 6.1. TAXA DE EXECUÇÃO

No que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2013 e à sua realização, da análise às principais linhas de produção do CHLO, verificou-se que o Internamento, a Consulta Externa e as sessões de Hospital de dia superaram o previsto em de 5,0%, 7,2% e 14,0%, respetivamente. A produção realizada de Gdh's Cirúrgicos de ambulatório, Gdh's Médicos de ambulatório e da Urgência registaram, respetivamente, uma taxa de execução na ordem de 91%, 93% e 96%.



### 6.2. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ACTIVIDADE

No seguimento das orientações no sentido do incremento da atividade ambulatoria, o movimento assistencial no ano de 2013, face ao período homólogo, registou um aumento de 3% na Cirurgia de Ambulatório, 1,8% nas Consultas Externas e de 7,2% nas sessões de Hospital de Dia. Por sua vez, verificou-se um decréscimo de produção no Internamento em 2,7%, em 3,4% nas Urgências e em 0,5% nos GDH Médicos de Ambulatório.

## INTERNAMENTO

	2012	2013	Δ%
<b>Lotação</b>	<b>805</b>	<b>802</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Berçário</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>0,0%</b>
<b>Doentes Saídos sem transf. Internas</b>	<b>28.792</b>	<b>28.017</b>	<b>-2,7%</b>
Doentes Saídos sem Berçário	26.502	25.880	-2,3%
Doentes Saídos Berçário	2.290	2.137	-6,7%
<b>Doentes Saídos com transf. Internas</b>	<b>36.894</b>	<b>37.826</b>	<b>2,5%</b>
Doentes Saídos sem Berçário	34.531	35.628	3,2%
Doentes Saídos Berçário	2.363	2.198	-7,0%
<b>Demora média (dias)</b>	<b>9,3</b>	<b>9,0</b>	<b>-0,3</b>
<b>Taxa de Ocupação</b>	<b>84,1%</b>	<b>80,4%</b>	<b>-3,7pp</b>
<b>Doentes Saídos / Cama</b>	<b>32,9</b>	<b>32,3</b>	<b>-0,7</b>

## BLOCO OPERATÓRIO

	2012	2013	Δ%
<b>Total de Intervenções</b>	<b>24.669</b>	<b>23.878</b>	<b>-3,2%</b>
Cirurgia Convencional	10.098	9.650	-4,4%
<b>Cirurgia de Ambulatório</b>	<b>9.346</b>	<b>9.364</b>	<b>0,2%</b>
Cirurgia Urgente	5.225	4.864	-6,9%
<b>Total de Doentes Intervencionados</b>	<b>19.616</b>	<b>19.535</b>	<b>-0,4%</b>
Cirurgia Convencional	7.879	7.825	-0,7%
<b>Cirurgia de Ambulatório</b>	<b>7.138</b>	<b>7.353</b>	<b>3,0%</b>
Cirurgia Urgente	4.599	4.357	-5,3%

## CONSULTA EXTERNA

	2012	2013	Δ%
<b>Consultas Realizadas</b>	<b>463.482</b>	<b>472.032</b>	<b>1,8%</b>
N.º de Primeiras Consultas	102.115	108.764	6,5%
Primeiras Consultas / Total	22,0%	23,0%	4,6%

## URGÊNCIA

	2012	2013	Δ%
<b>Doentes Entrados</b>	<b>162.299</b>	<b>156.807</b>	<b>-3,4%</b>
Urgência Geral	91.515	89.400	-2,3%
Urgência Pediátrica	36.101	33.597	-6,9%
Urgência Obstétrica	15.530	14.977	-3,6%
Urgência Oftalmologia	9.715	10.005	3,0%
Urgência Otorrino	9.438	8.828	-6,5%

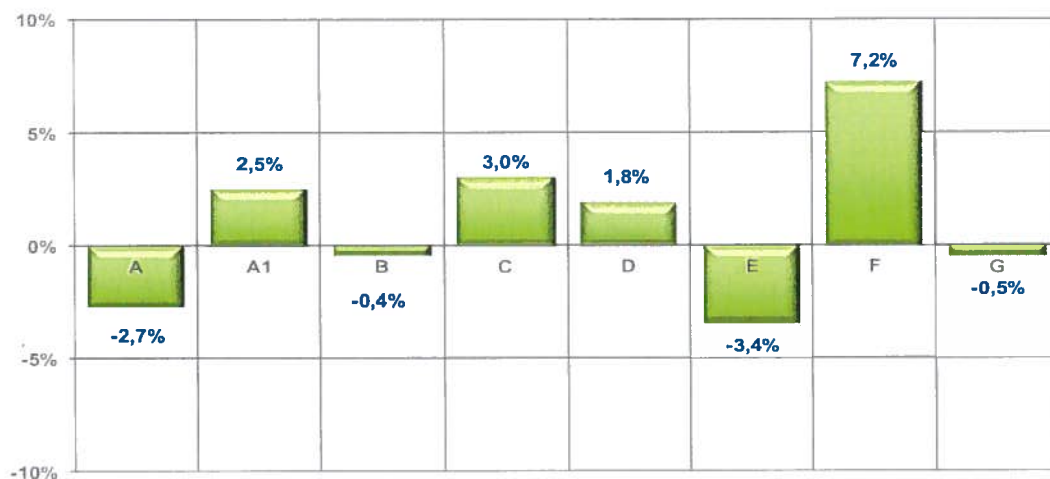
## HOSPITAL DE DIA

	2012	2013	Δ%
<b>Sessões</b>	<b>18.085</b>	<b>19.394</b>	<b>7,2%</b>
Psiquiatria	4.705	4.248	-9,7%
Pedopsiquiatria	2.394	2.747	14,7%
Imunohemoterapia	3.974	4.003	0,7%
Infecciologia	181	248	37,0%
Infecciologia Pediátrica	144	105	-27,1%
Hematologia	541	723	33,6%
Pediatria	188	240	27,7%
Pneumologia	232	250	7,8%
<b>Outras</b>	<b>5.726</b>	<b>6.830</b>	<b>19,3%</b>
<i>Cardiologia e Espec Médicas</i>	950	1.216	28,0%
<i>Gastrenterologia</i>	652	936	43,6%
<i>Reumatologia</i>	441	440	-0,2%
<i>Neurologia</i>	649	732	12,8%
<i>Terapêuticas Suporte</i>	2.914	3.394	16,5%
<i>Cardiologia Pediátrica</i>	82	82	0,0%
<i>Cirurgia Geral</i>	32	18	-43,8%
<i>Anestesia/Dor</i>	6	12	100,0%

## GDH MÉDICOS AMBULATÓRIO

	2012	2013	Δ%
<b>Total</b>	<b>9.704</b>	<b>9.659</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Oncologia/Quimioterapia</b>	<b>8.037</b>	<b>8.272</b>	<b>2,9%</b>
<b>Cardiologia</b>	<b>893</b>	<b>926</b>	<b>3,7%</b>
<b>Urologia/Litotricia</b>	<b>607</b>	<b>348</b>	<b>-42,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>167</b>	<b>113</b>	<b>-32,3%</b>
<b>Hemodiálise</b>	<b>8.698</b>	<b>8.792</b>	<b>1,1%</b>

### Actividade Global - Var % 2013/2012



A – Doentes Saídos do Internamento sem Transferência. Internas

A1 – Doentes Saídos do Internamento com Transferência. Internas

B – Cirurgia (*programada e Urgente.*)

C – GDH's Cirúrgicos de Ambulatório

D – Consulta Externa

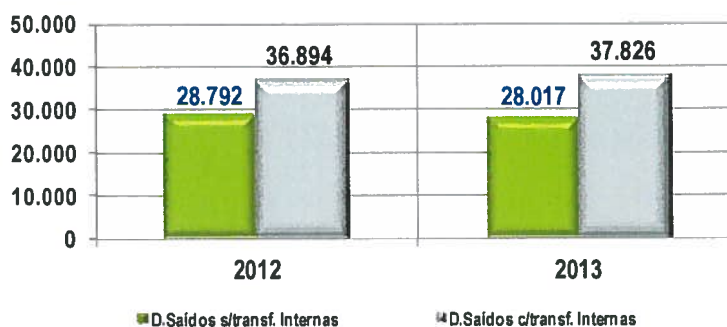
E – Urgência

## 6.2.1. INTERNAMENTO

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2012	2013	Δ%
<b>Lotação</b>	805	802	-0,4%
<b>Berçário</b>	28	28	0,0%
<b>Total de Doentes Saídos sem transf. Internas</b>	28.792	28.017	-2,7%
Doentes saídos sem Berçário	26.502	25.880	-2,3%
Doentes Saídos Berçário	2.290	2.137	-6,7%
<b>Total de Doentes Saídos com transf. Internas</b>	36.894	37.826	2,5%
Doentes saídos sem Berçário	34.531	35.628	3,2%
Doentes Saídos Berçário	2.363	2.198	-7,0%
<b>Total Dias Internamento</b>	259.949	240.071	-7,6%
Dias de Internam. sem Berçário	253.791	233.905	-7,8%
Dias Internam. Berçário	6.158	6.166	0,1%
<i>Demora média (dias)</i>	9,3	9,0	-0,3
<i>Taxa ocupação (%)</i>	84,1%	80,4%	-3,7pp
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	32,9	32,3	-0,7

### Movimento Assistencial



Durante o ano 2013 registaram-se 28.017 altas, tendo-se verificado um decréscimo de 2,7% relativamente ao ano anterior.

O Berçário com 2.137 altas registou um decréscimo de 6,7% em relação a 2012.

### DOENTES SAÍDOS POR GDHS - 2012/2013

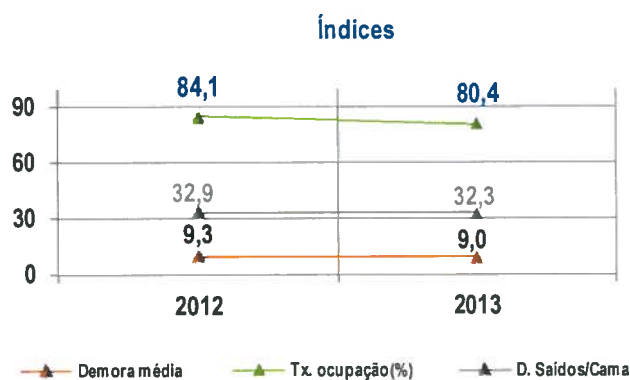
	N.º	Dias	Demora	N.º	Dias	Demora	N.º	Dias	Demora
	Doentes	Internam.	Média	Doentes	Internam.	Média	Doentes	Internam.	Média
	2012			2013			Δ % 2013/2012		
<b>GDH Médicos</b>	16.506	137.788	8,3	16.161	139.146	8,6	-2,1%	1,0%	3,1%
<b>GDH Cirúrgicos</b>	12.061	115.599	9,6	11.734	108.685	9,3	-2,7%	-6,0%	-3,4%
<i>Urgentes</i>	4.390	65.738	15,0	4.049	59.270	14,6	-7,8%	-9,8%	-2,2%
<i>Programados</i>	7.671	49.861	6,5	7.685	49.415	6,4	0,2%	-0,9%	-1,1%
<b>Total GDHs</b>	28.567	253.387	8,9	27.895	247.831	8,9	-2,4%	-2,2%	0,2%

O número total de altas registadas no CHLO em 2013 geraram 27.895 GDH'S, dos quais 58% dizem respeito a GDH'S Médicos e 42% a GDH'S Cirúrgicos.

## LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2013

Especialidades	2013	% Ocup.	Especialidades	2013	% Ocup.
Cardiologia	35	79,4%	Neurologia	16	91,8%
Cardiologia Pediátrica	8	68,2%	Oftalmologia	3	30,5%
Cirurgia Cardiorácica	33	78,3%	Unidade Oncológica	3	94,2%
Cirurgia geral	114	75,8%	Ortopedia	43	84,0%
Cirurgia Vascular	14	89,8%	Otorrinolaringologia	9	98,4%
Cirurgia Plástica	24	60,4%	Pediatria	21	55,5%
Endocrinologia e Nutrição	6	58,8%	Pneumologia	19	75,1%
Gastroenterologia	12	80,7%	Reumatologia	4	99,7%
Ginecologia/Obstetria	59	58,8%	Urologia	19	83,0%
Hematologia	13	92,5%	U.C.I.C	16	82,4%
Infecciologia	26	62,5%	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	80,4%
Medicina Interna	162	92,5%	U.C.I.P	14	85,2%
Nefrologia	27	82,2%	Unid. Cuid. Intens. Cardiotorácicos	13	86,6%
Neurocirurgia	25	91,4%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	82,9%
Neurotraumatologia	19	87,7%	Psiquiatria (Agudos)	25	85,8%
			Psiquiatria (Cronicos)	0	
<b>TOTAL GERAL 2012</b>	<b>805</b>				<b>84,1%</b>
<b>TOTAL GERAL 2013</b>	<b>802</b>				<b>80,4%</b>

A taxa de Ocupação global do CHLO, também influenciado pela redução da demora média, situou-se em 80,4%, registando um decréscimo relativamente ao ano anterior.



A demora média global, 9,0 dias, registou um decréscimo de 0,3 dias em relação a 2012.

O Índice de *case-mix* global do CHLO para a área médica é fortemente influenciado pelo peso das valências da área materno-infantil. Este Índice, visto numa perspetiva de *case-mix* médico e cirúrgico assume os valores normalizados de 1,00 e 2,07, respetivamente. Assim o *case-mix* aparentemente baixo resulta da influência da área materno - infantil e não de uma subespecialização, no conjunto global da sua produção.

O quadro seguinte inclui as 15 patologias mais frequentes no ano 2013, segundo Grupos de Diagnóstico em que se reflete o peso da área materno-infantil, logo seguido das patologias do aparelho circulatório e coração.

### 15 GDHS MAIS FREQUENTES - 2013

GDH	Tipo	Descrição	N.º Doentes	Demora Média
629	M	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em bloco operatório, com diagnóstico de recém-nascido normal	2.010	2,9
373	M	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	1.223	3,0
541	M	Pneumonia simples e/ou outras perturbações respiratórias, exceto bronquite ou asma com CC major	461	16,2
127	M	Insuficiência cardíaca e/ou choque	459	9,2
371	C	Cesariana, sem CC	455	4,6
14	M	Acidente vascular cerebral com enfarte	418	12,8
89	M	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, com CC	405	11,9
112	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, sem enfarte agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca ou choque	362	1,6
105	C	Procedimentos nas válvulas cardíacas, sem cateterismo cardíaco	338	12,8
320	M	Infecções dos rins e/ou das vias urinárias, idade >17 anos, com CC	315	10,9
854	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, com stent eluidor de fármacos, sem enfarte agudo do miocárdio	312	2,0
430	M	Psicoses	278	24,2
569	M	Perturbações dos rins e/ou das vias urinárias, excepto insuficiência renal, com CC major	277	13,1
73	M	Outros diagnósticos do ouvido, nariz, boca e/ou garganta, idade > 17 anos	273	2,1
116	C	Outras implantações de pacemaker cardíaco permanente	269	2,9

Tipo de GDH: M- Médico / C- Cirúrgico

Fonte: CHLO - Base Dados GDH

## 6.2.2. BLOCO OPERATÓRIO

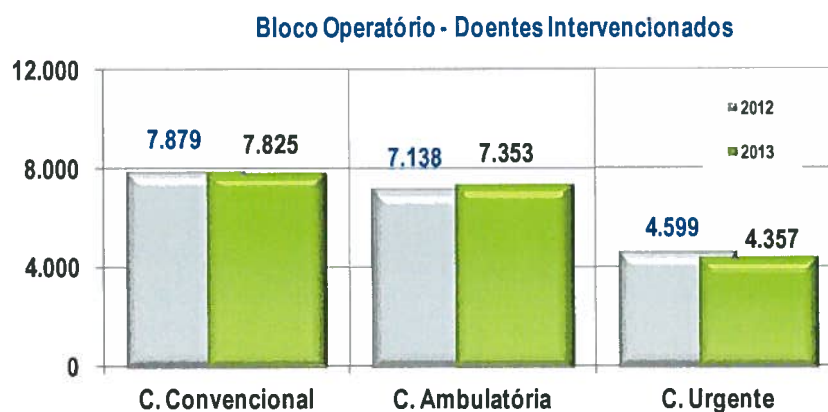
O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas, o Bloco II com sete salas e o Bloco III com cinco salas operatórias, que são utilizadas para a cirurgia convencional. O HSFX ainda dispõe de 3 salas para as especialidades de Obstetria/Ginecologia. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia.

O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

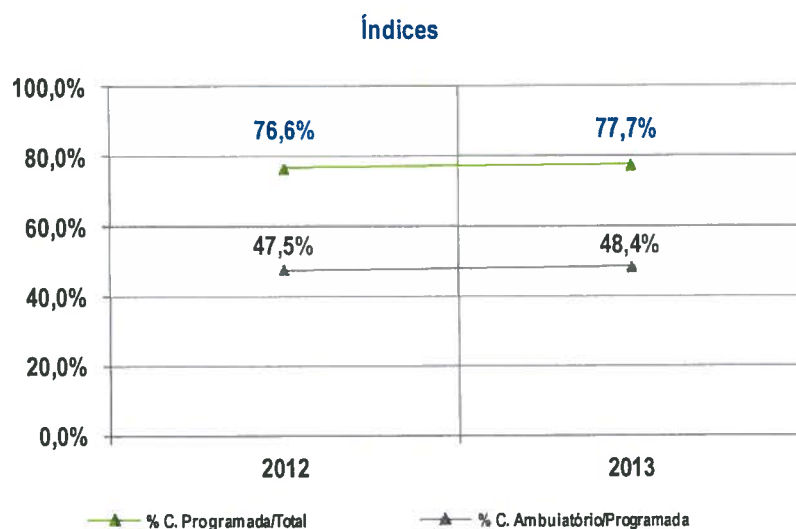
### MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENZIONADOS

	2012	2013	Δ%
<b>Total Geral</b>	<b>19.616</b>	<b>19.535</b>	<b>-0,4%</b>
Cirurgia Convencional	7.879	7.825	-0,7%
Cirurgia Ambulatória	7.138	7.353	3,0%
Cirurgia de Urgência	4.599	4.357	-5,3%
<i>% Cirurg Programada/Total</i>	76,6%	77,7%	1,1 pp
<i>% Cirurg Ambulatório/Programada</i>	47,5%	48,4%	0,9 pp

Nota: Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório



No ano de 2013, com um total de 19.535 doentes intervencionados, a atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, uma ligeira diminuição de 0,4%. A Cirurgia de Ambulatório, apresenta um aumento de 3%. A cirurgia Convencional e a Urgente registam, respetivamente, uma diminuição de 0,7% e 5,3%.



Verificou-se um acréscimo na taxa de ambulatorização que passou de 47,5% em 2012 para 48,4% em 2013.

A Cirurgia Programada constituiu 77,7% do movimento cirúrgico do CHLO, no ano 2013.

### MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Intervenções			N.º Doentes Intervencionados		
	2012	2013	Δ%	2012	2013	Δ%
<b>Especialidades</b>	<b>24.669</b>	<b>23.878</b>	<b>-3,2%</b>	<b>19.616</b>	<b>19.535</b>	<b>-0,4%</b>
Cirurgia Geral	5.230	5.318	1,7%	4.339	4.469	3,0%
Cirurgia Vascular	584	445	-23,8%	488	397	-18,6%
Cirurgia Plástica	2.727	2.232	-18,2%	2.086	1.900	-8,9%
Cirurgia Cardiotorácica	1.198	1.249	4,3%	1.005	1.059	5,4%
Dermatologia	953	1.095	14,9%	903	1.058	17,2%
Estomatologia	146	159	8,9%	71	85	19,7%
Ginecologia	971	823	-15,2%	713	621	-12,9%
Obstetrícia	2.627	2.441	-7,1%	2.594	2.411	-7,1%
Neurocirurgia	1.367	1.423	4,1%	1.260	1.365	8,3%
Oftalmologia	4.539	4.491	-1,1%	2.742	2.677	-2,4%
Ortopedia	1.555	1.240	-20,3%	1.051	1.048	-0,3%
Otorrinolaringologia	1.234	1.450	17,5%	1.131	1.173	3,7%
Urologia	1.538	1.512	-1,7%	1.233	1.272	3,2%

Nota: Inclui Cirurgia Programada, Urgente e Ambulatória

Observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades (doentes intervencionados), de salientar o acréscimo de produção nas especialidades de Dermatologia, com 17,2%, Neurocirurgia, com 8,3%, Cirurgia Cardiotorácica, com 5,4%, ORL com 3,7% e Urologia 3,2%. Por outro lado, as

especialidades cuja produção global registou um decréscimo da atividade foram a Cirurgia Vasculiar com 18,6%, Ginecologia com 12,9%, Cirurgia Plástica com 8,9% e Obstetrícia com 7,1%.

### 6.2.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA CIRURGIA

No ano de 2013 verificou-se uma diminuição da Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) e consequente Tempo médio de espera (TME). O número doentes em LIC, apresenta em 2013, face ao período homólogo, uma diminuição de 16,5%, passando de 3.900 doentes inscritos em 2012 para 3.256 em 2013. O TME apresenta uma redução de 10 dias, passando de 171 dias em 2012 para 161 em 2013.



**DOENTES OPERADOS DENTRO DO TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA GARANTIDO (EM DIAS) POR NÍVEL DE PRIORIDADE  
(não inclui doentes oncológicos)**

Unidade Hospitalar	Especialidades	Normal		Prioritário		Muito prioritário		Urgência Diferida	
		TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG
Hospital Egas Moniz	CHLO - HEM Cirurgia Plástica e Rec.	270	98%	60	98%	15	100%	3	100%
	CHLO - HEM Oftalmologia	270	100%	60	98%	15	96%	3	96%
	CHLO - HEM Neurocirurgia	270	85%	60	95%	15	97%	3	92%
	CHLO - HEM ORL	270	88%	60	92%	15	100%	3	100%
	CHLO - HEM Estomatologia	270	100%	60		15		3	
	CHLO - HEM Cirurgia Geral II	270	98%	60	97%	15	98%	3	33%
	CHLO - HEM Urologia	270	97%	60	99%	15	97%	3	87%
	CHLO - HEM Cirurgia Vascular	270	72%	60	99%	15	99%	3	58%
	CHLO - HEM UTCO	270	58%	60	100%	15	100%	3	
Hospital São Francisco Xavier	CHLO - HEM Cirurgia Geral I	270	99%	60	85%	15	92%	3	94%
	CHLO - HEM Ginecologia	270	98%	60	100%	15		3	
	CHLO - HEM Ortopedia	270	78%	60	79%	15	89%	3	78%
Hospital Santa Cruz	CHLO - HEM Cirurgia Geral III	270	99%	60	93%	15	86%	3	100%
	CHLO - HEM Cirurgia Cardiobráca	270	87%	60	100%	15	100%	3	

Para o indicador "Doentes Tratados dentro do TMRG", o CHLO apresenta uma percentagem razoável, ainda que o ideal de percentagem de doentes operados dentro do TMRG fosse 100%.

**PERCENTAGEM DE DOENTES CIRÚRGICOS EM LIC DENTRO DO TMRG**

Grupo de Patologia	TMRG Dias Seguidos	N. Inscritos LIC 2012	N. Inscritos LIC 2013	N. Inscritos LIC ≤ TMRG 2012	N. Inscritos LIC ≤ TMRG 2013	% Doentes operados dentro do TMRG - 2012	% Doentes operados dentro do TMRG - 2013
Normal	270	3.727	3.065	3.001	2.510	80,5%	81,9%
Normal Oncologia	60	13	43	10	37	76,9%	86,0%
Prioritário	60	105	110	58	71	55,2%	64,5%
Prioritário Oncologia	45	6	8	6	8	100,0%	100,0%
Muito Prioritário	15	16	19	3	0	18,8%	0,0%
Muito Prioritário Oncologia	15	0	2	0	0	-	0,0%
Urgência Diferida	3	28	9	0	0	0,0%	0,0%
Urgência Diferida Oncologia	3	0	0	0	0	-	-
<b>Total</b>		<b>3.895</b>	<b>3.256</b>	<b>3.078</b>	<b>2.626</b>	<b>79,0%</b>	<b>80,7%</b>

O CHLO apresenta uma percentagem de Doentes em LIC dentro do TMRG de 80,7% (3,1% abaixo do objetivo).

### 6.2.3. BLOCO DE PARTOS

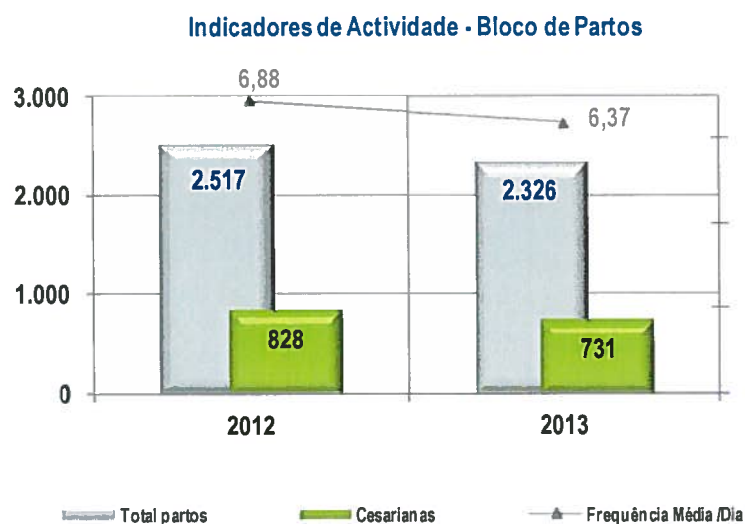
O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem 3 salas cirúrgicas dedicadas.

O total de partos em 2013 foi de 2.326, apresentando uma diminuição de 7,6% face a 2012, tendo-se reduzido o número médio diário de partos de 6,9 em 2012 para 6,4 em 2013.

#### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2012	2013	Δ%
<b>Partos ocorridos</b>	<b>2.517</b>	<b>2.326</b>	<b>-7,6%</b>
Eutócicos	1.240	1.165	-6,0%
Distócicos	449	430	-4,2%
Cesarianas	828	731	-11,7%
<i>% Cesarianas</i>	<b>32,9%</b>	<b>31,4%</b>	<b>-1,5 pp</b>
<i>Frequência Média/Dia</i>	<b>6,88</b>	<b>6,37</b>	<b>-7,3%</b>

Os partos eutócicos e distócicos apresentam uma redução de 6% e 4,2% respetivamente. Com uma variação homóloga de cesarianas na ordem de -11,7%, verificou-se uma diminuição da respetiva taxa passando de 33% em 2012 para 31,4% em 2013.



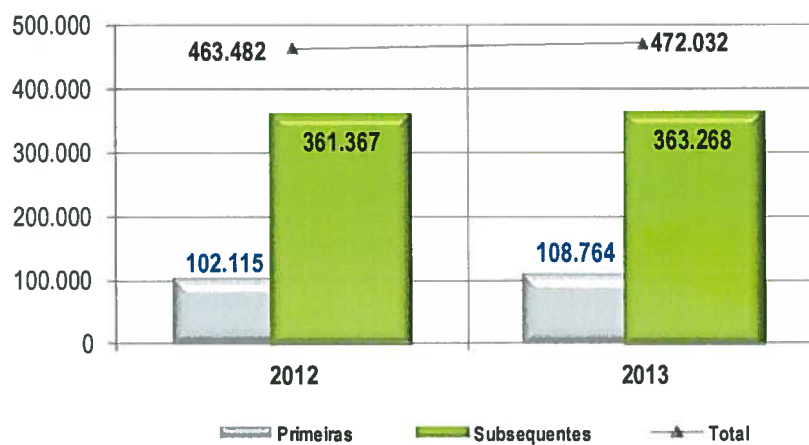
## 6.2.4. CONSULTA EXTERNA

O número total de Consultas Externas realizadas em 2013 atingiu 472.032, representando um acréscimo de 1,8% em relação ao ano de 2012. Destaca-se as primeiras consultas onde se verifica um acréscimo de 6,5%. Com efeito, o peso das primeiras no total de consultas passa de 22,0% para 23,0% em 2013.

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2012	2013	Δ%
<b>Consultas Externas</b>	<b>463.482</b>	<b>472.032</b>	1,8%
Primeiras	102.115	108.764	6,5%
Subsequentes	361.367	363.268	0,5%
<i>% Primeiras/Total</i>	22,0%	23,0%	

#### Movimento das Consultas Externas



### PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2012	2013	Δ%	Especialidades	2012	2013	Δ%
Anestesiologia	11.121	11.341	2,0%	MFR	8.005	9.050	13,1%
C. Plást e Reconstructiva	11.798	10.406	-11,8%	Nefrologia	20.265	19.996	-1,3%
Cardiologia	33.172	31.909	-3,8%	Neurocirurgia	8.776	9.763	11,2%
Cardiologia Pediátrica	5.764	5.686	-1,4%	Neurologia	10.918	10.110	-7,4%
Cirurgia Cardiobráca	4.144	4.191	1,1%	Obstetria	11.370	9.490	-16,5%
Cirurgia Geral	30.411	30.556	0,5%	Oftalmologia	32.378	35.278	9,0%
Cirurgia Vascular	5.555	4.582	-17,5%	Oncologia Médica	23.798	24.972	4,9%
Dermatologia	11.804	16.180	37,1%	Ortopedia	15.189	15.059	-0,9%
Endocrinologia	17.589	17.553	-0,2%	Otorrinolaringologia	23.321	25.224	8,2%
Estomatologia	9.258	13.568	46,6%	Patologia Clínica	31.960	29.080	-9,0%
Gastroenterologia	8.854	9.201	3,9%	Pediatria	8.447	8.782	4,0%
Genética Médica	566	612	8,1%	Pedopsiquiatria	9.712	9.544	-1,7%
Ginecologia	7.134	6.365	-10,8%	Pneumologia	8.983	10.283	14,5%
Hemablogia	7.460	7.690	3,1%	Psiquiatria	17.959	16.791	-6,5%
Imunoalergologia	3.336	3.270	-2,0%	Reumatologia	10.125	11.415	12,7%
Imuno-hemoterapia	2.541	2.847	12,0%	Saúde Ocupacional	1.718	1.942	13,0%
Infecciologia	10.095	11.067	9,6%	Urologia	13.390	12.281	-8,3%
Medicina	26.566	25.948	-2,3%				
<b>Total Geral</b>					<b>463.482</b>	<b>472.032</b>	<b>1,8%</b>

Na evolução do número de consultas por especialidade, de referir o aumento das consultas de Estomatologia (46,6%), de Dermatologia (37,1%), Pneumologia (14,5%), MFR (13,1%), Saúde Ocupacional (13,0%), Reumatologia (12,7%) e Imunohemoterapia (12%).

Os principais desvios negativos, influenciados pela saída de alguns médicos, registaram-se nas especialidades de Cirurgia Vascular, Obstetria, Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Ginecologia em 17,5%, 16,5%, 15%, 11,8% e 10,8% respetivamente.

#### 6.2.4.1. CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)

##### PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2012	2013
% de Consultas via CTH	23,1%	27,1%
% 1as Consultas realizadas dentro do TMRG	79,5%	80,3%
% 1as Consultas realizadas fora do TMRG	20,5%	19,7%
Tempo médio de resposta ao pedido (dias)	84,9	86,9
Tempo médio de avaliação do pedido e marcação da consulta (dias)	7,2	5,0

Verifica-se uma evolução positiva nos principais indicadores, com especial destaque para a percentagem de doentes entrados via CTH, bem como o número destes doentes que foram atendidos dentro do TMRG.

### N.º DE PEDIDOS EFETUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

Especialidades	N.º de pedidos CTH		Δ%	Consultas Realizadas		Δ%
	2012	2013		2012	2013	
Oftalmologia	6.870	6.617	-3,7%	3.833	5.101	33,1%
Dermatologia	4.796	6.118	27,6%	3.287	4.804	46,2%
Cirurgia Geral	2.083	2.447	17,5%	1.700	1.968	15,8%
Estomatologia	2.017	2.432	20,6%	1.142	1.854	62,3%
Neurocirurgia	2.239	2.168	-3,2%	1.326	1.678	26,5%
ORL	2.104	2.111	0,3%	1.609	1.739	8,1%
Endocrinologia	1.480	1.973	33,3%	840	1.092	30,0%
Obstetricia	1.352	1.612	19,2%	897	1.241	38,4%
Ortopedia	1.381	1.502	8,8%	1.298	947	-27,0%
Ginecologia	1.384	1.406	1,6%	891	882	-1,0%
Cirurgia Vascular	1.509	1.208	-19,9%	778	753	-3,2%
Gastrenterologia	986	1.119	13,5%	625	856	37,0%
Urologia	987	992	0,5%	638	755	18,3%
Cardiologia	918	987	7,5%	667	740	10,9%
Reumatologia	788	933	18,4%	439	691	57,4%
Psiquiatria	831	864	4,0%	416	358	-13,9%
Neurologia	798	841	5,4%	491	642	30,8%
Pediatria	578	706	22,1%	416	491	18,0%
Cirurgia Plástica Rec.	685	672	-1,9%	505	540	6,9%
Hematologia Clínica	604	643	6,5%	340	381	12,1%
Imunoalergologia	373	514	37,8%	242	330	36,4%
Cirurgia Pediátrica	376	508	35,1%	247	368	49,0%
Pneumologia	431	488	13,2%	211	275	30,3%
Pedopsiquiatria	439	477	8,7%	233	269	15,5%
Nefrologia	299	444	48,5%	229	244	6,6%
Cirurgia Obesidade	57	155	171,9%	16	57	256,3%
Medicina Interna	114	123	7,9%	76	88	15,8%
Cardiologia Pediátrica	76	120	57,9%	41	54	31,7%
MFR	75	105	40,0%	58	82	41,4%
Infeciologia	98	98	0,0%	77	68	-11,7%
Anestesiologia	77	81	5,2%	40	48	20,0%
Oncologia Médica	52	61	17,3%	23	28	21,7%
Genética Médica	18	57	216,7%	0	45	
<b>Total Geral</b>	<b>36.875</b>	<b>40.582</b>	<b>10,1%</b>	<b>23.631</b>	<b>29.469</b>	<b>24,7%</b>

O número de pedidos de consultas via CTH apresenta, em 2013, um acréscimo de 10,1% face ao período homólogo. Destaca-se também o aumento significativo, em quase todas as especialidades, do número de consultas que foram realizadas via pedido CTH, registando uma variação positiva de 24,7% face a 2012.

## 6.2.5. URGÊNCIA

### MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2012	2013	Δ%		2012	2013	Δ%
<b>Doentes Entrados</b>				<b>% Doentes Internados</b>			
Urgência Geral	91.515	89.400	-2,3%	Urgência Geral	11,2%	11,0%	1,4pp
Pediátrica	36.101	33.597	-6,9%	Pediátrica	2,2%	1,9%	0,2pp
Obstétrica/Ginecológica	15.530	14.977	-3,6%	Obstétrica/Ginecológica	16,3%	15,6%	0,4pp
Oftalmologia	9.715	10.005	3,0%	Oftalmologia	0,1%	0,2%	-0,1pp
Otorrinolaringologia	9.438	8.828	-6,5%	Otorrinolaringologia	1,4%	1,4%	0,4pp
<b>Doentes Internados</b>				<b>Frequência Média / Dia</b>			
Urgência Geral	10.272	9.841	-4,2%	Urgência Geral	250	245	-2,0%
Pediátrica	801	632	-21,1%	Pediátrica	99	92	-6,7%
Obstétrica/Ginecológica	2.533	2.342	-7,5%	Obstétrica/Ginecológica	42	41	-3,3%
Oftalmologia	11	16	45,5%	Oftalmologia	39	40	3,0%
Otorrinolaringologia	132	128	-3,0%	Otorrinolaringologia	37	35	-6,5%
<b>TOTAL GERAL D. ENTRADOS</b>	<b>162.299</b>	<b>156.807</b>	<b>-3,4%</b>				
<i>Freq. Média / Dia</i>	<i>467,1</i>	<i>452,7</i>	<i>-3,1%</i>				
<i>Doentes Internados</i>	<i>13.749</i>	<i>12.959</i>	<i>-5,7%</i>				
<i>% Doentes Internados</i>	<i>8,5%</i>	<i>8,3%</i>	<i>-0,2pp</i>				

Os Serviços de Urgência, registaram um decréscimo de 3,4% em relação ao período homologado, passando de 162.299 para 156.807 doentes entrados. A média diária de entradas passou de 467 para 453 doentes.

#### Urgência Geral

O número total de doentes entrados em 2013 foi de 89.400, o que representa um decréscimo de 2,3% em relação a 2012 e uma frequência diária de 245 doentes.

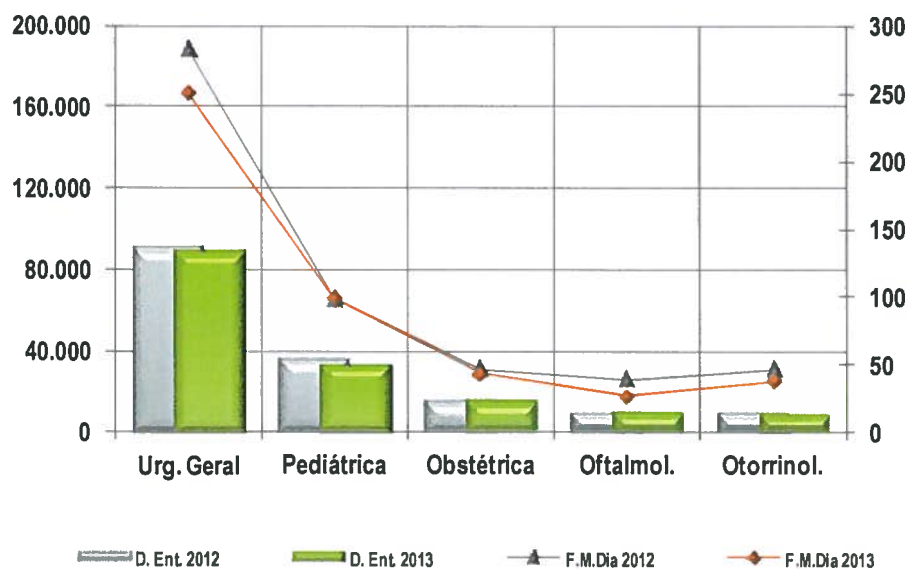
Dos 89.400 doentes entrados na Urgência Geral, 9.841 foram internados o que equivale a uma percentagem de Internamento de 11%.

#### Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 10.005 doentes, verificando-se um acréscimo de 3% relativamente ao ano anterior. A funcionar de segunda a sexta-feira entre as 08.00h e as 20.00h, foram atendidos nesta Urgência cerca de 40 doentes por dia.

### Urgência de Otorrinolaringologia

Na Urgência de ORL foram atendidos 8.828 doentes, o que representa um decréscimo de 6,5% relativamente ao ano de 2012. Também funciona de segunda a sexta-feira, entre as 08.00h e as 20.00h e o número de doentes socorridos por dia foi de 35 doentes.



### Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Semanalmente este serviço garante ainda uma equipa na Urgência no Hospital Dona Estefânia.

Foram observadas 33.597 crianças durante o ano de 2013, verificando-se um decréscimo face a 2012, de 6,9%. Com uma taxa de 1,9%, o número de internamentos foi de 632 e o número de crianças observadas na Urgência representaram um afluxo médio diário de 92 crianças.

### Urgência Obstétrica/Ginecológica

Em 2013 o número de doentes observados foi de 14.977, tendo-se verificado um decréscimo de 3,6% em relação ao ano anterior. A frequência diária foi de 41 urgências.

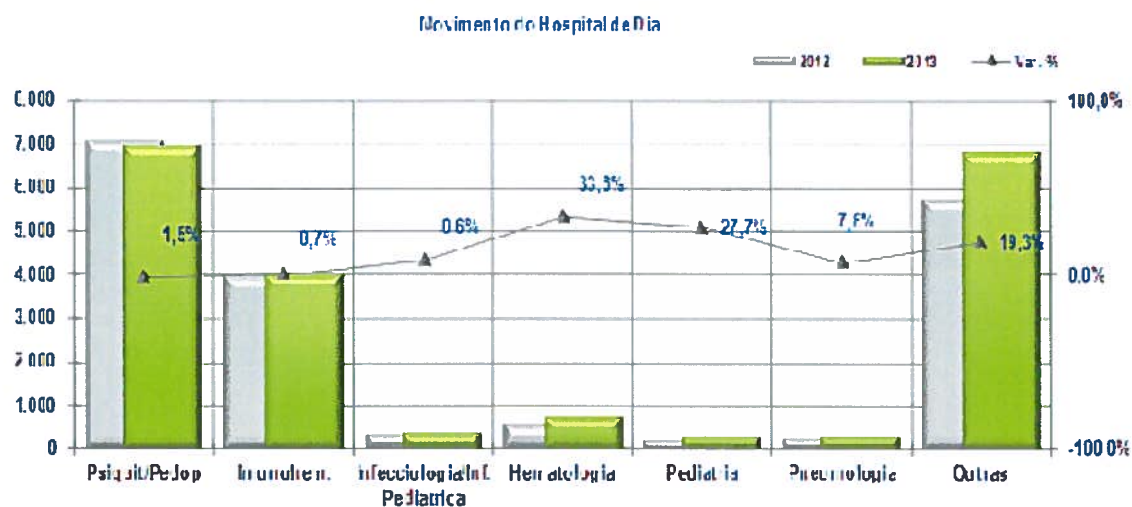
## 6.2.6. HOSPITAL DE DIA

O n.º de sessões em Hospital de Dia apresenta em 2013 um aumento de 7,2% em relação ao período homólogo.

No movimento das sessões de Hospital de Dia, destacam-se as evoluções de Gastrenterologia (+43,6%), de Hematologia (+33,6%), de Cardiologia e Especialidades médicas (+28%), Pediatria (+27,7%), Pedopsiquiatria (+14,7%). Verifica-se o decréscimo de 27,1% nas sessões de Infeciologia Pediátrica e de 9,7% na Psiquiatria, sendo esta última influenciada pelo encerramento do Departamento de Saúde Mental da Ajuda.

### HOSPITAL DE DIA

	2012	2013	Δ%
<b>Sessões</b>	<b>18.085</b>	<b>19.394</b>	<b>7,2%</b>
<b>Psiquiatria</b>	<b>4.705</b>	<b>4.248</b>	<b>-9,7%</b>
<b>Pedopsiquiatria</b>	<b>2.394</b>	<b>2.747</b>	<b>14,7%</b>
<b>Imunohemoterapia</b>	<b>3.974</b>	<b>4.003</b>	<b>0,7%</b>
<b>Infeciologia</b>	<b>181</b>	<b>248</b>	<b>37,0%</b>
<b>Infeciologia Pediátrica</b>	<b>144</b>	<b>105</b>	<b>-27,1%</b>
<b>Hematologia</b>	<b>541</b>	<b>723</b>	<b>33,6%</b>
<b>Pediatria</b>	<b>188</b>	<b>240</b>	<b>27,7%</b>
<b>Pneumologia</b>	<b>232</b>	<b>250</b>	<b>7,8%</b>
<b>Outras</b>	<b>5.726</b>	<b>6.830</b>	<b>19,3%</b>
<i>Cardiologia e Espec Médicas</i>	950	1.216	28,0%
<i>Gastrenterologia</i>	652	936	43,6%
<i>Reumatologia</i>	441	440	-0,2%
<i>Neurologia</i>	649	732	12,8%
<i>Terapêuticas Suporte</i>	2.914	3.394	16,5%
<i>Cardiologia Pediátrica</i>	82	82	0,0%
<i>Cirurgia Geral</i>	32	18	-43,8%
<i>Anestesia/Dor</i>	6	12	100,0%



### 6.2.7. GDH's MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

O ano de 2013 regista um decréscimo de 0,5 % na área dos GDH's Médicos de Ambulatório, com um total de 9.659. A Urologia/Litotricia apresenta uma redução de 42,7%, enquanto as especialidades de Cardiologia, Quimioterapia registam uma aumento de 3,7% e 2,9%, respetivamente.

#### GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2012	2013	Δ%
<b>TOTAL</b>	<b>9.704</b>	<b>9.659</b>	<b>-0,5%</b>
Quimioterapia	8.037	8.272	2,9%
Cardiologia	893	926	3,7%
Urologia/Litotricia	607	348	-42,7%
Outros	167	113	-32,3%
Hemodiálise	8.698	8.792	1,1%

## 6.2.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se, no ano de 2013, acréscimos nas Técnicas de Dermatologia (38,0%), Técnicas ORL (3,7%), Técnicas Oftalmológicas (3,3%) e Imagiologia (1,5%).

### MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Especialidades	2012	2013	Δ%
<b>Imagiologia</b>	<b>299.623</b>	<b>304.203</b>	<b>1,5%</b>
RX	154.668	153.954	-0,5%
TAC	34.049	35.199	3,4%
Ressonância Magnética	8.035	8.845	10,1%
Angiografia	1.588	1.418	-10,7%
Ecografia	34.521	37.068	7,4%
Ecodopler	5.728	5.604	-2,2%
Mamografia	2.729	2.968	8,8%
Outros	13.722	13.343	-2,8%
Suplementos	44.583	45.804	2,7%
<b>Patologia Clínica</b>	<b>3.004.115</b>	<b>3.001.645</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Anatomia Patológica</b>	<b>32.230</b>	<b>31.194</b>	<b>-3,2%</b>
<b>Imuno Hemoterapia</b>			
Testes Laboratoriais	291.086	171.221	-41,2%
Unidades transfundidas	13.783	12.772	-7,3%
<b>Medicina Física e Reabilitação</b>	<b>380.975</b>	<b>359.967</b>	<b>-5,5%</b>
<b>Técnicas Gastroenterológicas</b>	<b>18.251</b>	<b>16.930</b>	<b>-7,2%</b>
<b>Técnicas Peumológicas</b>	<b>36.782</b>	<b>30.557</b>	<b>-16,9%</b>
<b>Técnicas Cardiológicas</b>	<b>72.348</b>	<b>71.986</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Obstetrícia/Ginecologia</b>	<b>14.483</b>	<b>12.180</b>	<b>-15,9%</b>
<b>Medicina Nuclear</b>	<b>4.108</b>	<b>3.550</b>	<b>-13,6%</b>
<b>Técnicas Neurológicas</b>	<b>2.125</b>	<b>2.117</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Técnicas Oftalmológicas</b>	<b>36.739</b>	<b>37.940</b>	<b>3,3%</b>
<b>Técnicas de ORL</b>	<b>11.798</b>	<b>12.232</b>	<b>3,7%</b>
<b>Técnicas Urológicas</b>	<b>4.504</b>	<b>4.428</b>	<b>-1,7%</b>
<b>Técnicas Reumatologia</b>	<b>2.275</b>	<b>2.209</b>	<b>-2,9%</b>
<b>Técnicas de Dermatologia</b>	<b>3.363</b>	<b>4.642</b>	<b>38,0%</b>

## 6.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

### 6.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

Os Proveitos Totais no exercício de 2013, registam um acréscimo de 4,9 %, passando de 214,1 milhões em 2012 para 224,7 milhões em 2013.

Os Custos Totais verificados em 2013 atingiram os 223,5 milhões de euros, representando um decréscimo de 0,2% em relação aos valores realizados em 2012.

O Resultado Líquido na ordem dos 1,1 milhões de euros apresenta uma evolução homologa francamente positiva.

#### SÍNTESE DE INDICADORES

SITUAÇÃO ECONÓMICA	( euros )		
	2012	2013	Δ%
Proveitos Operacionais	207.101.174	216.794.595	<b>4,7%</b>
Custos Operacionais	216.411.950	216.421.847	<b>0,0%</b>
Resultados Operacionais	-9.310.776	372.748	<b>104,0%</b>
Resultado Líquido	-9.746.813	1.079.305	<b>111,1%</b>

O montante dos Proveitos Operacionais foram influenciados favoravelmente pelas verbas provenientes das Adendas ao Contrato Programa, registando um acréscimo de 4,7% face ao exercício anterior, ascendendo a 216,8 milhões de euros.

De referir ainda o comportamento bastante favorável dos indicadores de qualidade e eficiência traduzidos pelo índice de desempenho global. O grau de cumprimento na ordem de 88% das metas estabelecidas proporcionaram os incentivos institucionais que ascenderam a 8,2 milhões de euros.

Verificou-se uma evolução bastante favorável do Resultado Operacional (+104,0%), passando de 9,3 milhões de euros negativos para 0,4 milhões de euros positivos. Embora esta evolução também reflita a contribuição das Adendas atrás referidas, de salientar que, face a 2012 e apesar do contínuo esforço de contenção e controlo de despesa, os Custos foram substancialmente influenciados pelas Despesas com o Pessoal, nomeadamente dos Subsídios de Férias e Natal bem como pelo facto de se ter realizado parcialmente o impacto da diminuição de preços em consequência do rappel e redução de preços/descontos previstos nos medicamentos.

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos proveitos sintetiza-se no quadro seguinte:

**PROVEITOS TOTAIS** (euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
<b>PROVEITOS</b>			
Proveitos Operacionais	207.101.174	216.794.595	4,7%
Prestação de Serviços	195.959.038	200.288.067	2,2%
Outros Proveitos Operacionais	11.142.136	16.506.528	48,1%
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.293.124	338.422	-85,2%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	4.750.201	7.527.139	58,5%
<b>TOTAL</b>	<b>214.144.498</b>	<b>224.660.156</b>	<b>4,9%</b>

O total de Proveitos atingiu 224,7 milhões de euros representando um acréscimo de 4,9%.

Os Outros Proveitos Operacionais, principalmente influenciados pela introdução no Contrato Programa de 2013 de uma nova linha específica para pagamento das próteses e do programa piloto de financiamento de Esclerose Múltipla e Hepatite C, registam um acréscimo de 48,1%.

Em consequência da diminuição do montante de descontos obtidos, os Proveitos e Ganhos financeiros apresentaram uma redução de 85,2%. Por sua vez o acréscimo de 58,5% nos Proveitos e Ganhos extraordinários derivam, fundamentalmente, da correção de faturação reportada a exercícios anteriores.

No que se refere à evolução dos custos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

## CUSTOS TOTAIS

Rubrica	(euros)		
	2012	2013	Δ%
<b>CUSTOS TOTAIS</b>			
Custos Operacionais	216.411.950	216.421.847	0,0%
<i>Cash Costs</i>	206.492.716	208.321.713	0,9%
Amortizações / Provisões	9.919.234	8.100.134	-18,3%
Custos e Perdas Financeiras	22.378	595.693	2561,9%
Custos e Perdas Extraordinárias	7.437.725	6.453.311	-13,2%
<b>TOTAL</b>	<b>223.872.053</b>	<b>223.470.851</b>	<b>-0,2%</b>

Os Custos Operacionais totalizam 216,4 milhões de euros e, conforme já referido, registam um ligeiro acréscimo face ao exercício anterior. Os “Cash Costs” também apresentam um ligeiro acréscimo de 0,9% e os Custos Totais de 223,5 milhões de euros sofreram uma redução de 0,2% face a 2012.

Conforme referido anteriormente, não é demais sublinhar que o esforço da contenção dos custos não se encontra espelhado nesta evolução devido ao acréscimo de Despesas com o Pessoal (pagamento dos subsídios) e a concretização parcial de descontos e rappel realizados.

A evolução dos Custos não desembolsáveis (Amortizações e Provisões) registam uma diminuição de 18,3% passaram de 9,9 milhões de euros para 8,1 milhões de euros.

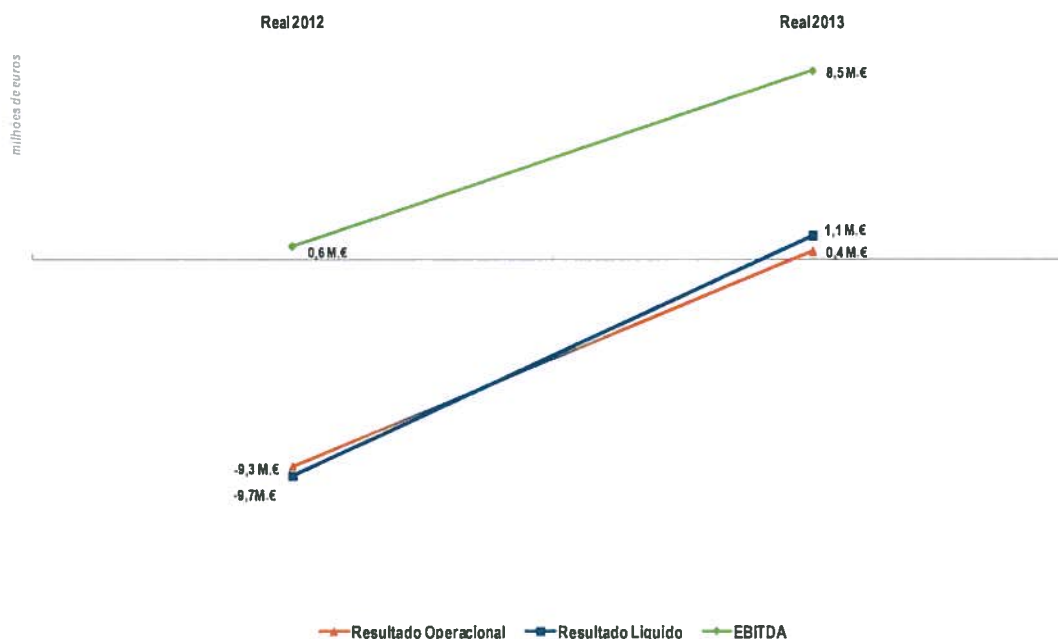
O EBITDA regista uma evolução bastante favorável, passando de 0,6 milhões de euros para 8,5 milhões de euros. Os Resultados Líquidos na ordem dos 1,1 milhões de euros também apresentam uma melhoria acentuada, face ao exercício anterior.

A conjugação dos Proveitos e Custos antes referidos conduz aos seguintes agregados de resultados:

## RESULTADOS

	(euros)		
	2012	2013	Δ%
Resultado Operacional	-9.310.776	372.748	104,0%
Resultados Financeiros	2.270.745	-257.271	-111,3%
Resultados Correntes	-7.040.031	115.477	101,6%
Resultados Extraordinários	-2.687.524	1.073.828	140,0%
Resultado Líquido	-9.746.813	1.079.305	111,1%

### Evolução dos Resultados 2012-2013



Análise dos principais agregados de custos:

### CONSUMOS

Rubrica	2012	2013	$\Delta\%$
Produtos Farmacêuticos	50.362.954	51.470.886	2,2%
Material Consumo Clínico	25.789.708	24.468.660	-5,1%
Produtos Alimentares	76.793	29.490	-61,6%
Material Consumo Hoteleiro	382.649	434.704	13,6%
Material Consumo Administrativo	445.294	352.041	-20,9%
Material Manutenção Conserv.	262.632	294.830	12,3%
<b>TOTAL</b>	<b>77.320.030</b>	<b>77.050.612</b>	<b>-0,3%</b>

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu em 2013 a 77,1 milhões de euros e registou uma diminuição de 0,3% em relação a 2012.

Os Produtos Farmacêuticos e o Material de Consumo Clínico, os principais agregados do custo de materiais consumidos, representando 98,6%, apresentam um acréscimo de 2,2% e um decréscimo de 5,1%, respetivamente.

## CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
Medicamentos	45.811.891	47.269.267	3,2%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	4.527.771	4.172.009	-7,9%
Outros Produtos Farmacêuticos	23.293	29.610	27,1%
<b>TOTAL</b>	<b>50.362.954</b>	<b>51.470.886</b>	<b>2,2%</b>

A concretização parcial de descontos e rappel realizados em 2013, face aos obtidos em 2012, proporcionaram uma evolução desfavorável no montante dos consumos registados nos Medicamentos que apresentam um acréscimo na ordem dos 3,2% ascendendo a cerca de 47,3 milhões de euros.

Os Reagentes e Produtos Diagnóstico apresentam um decréscimo de 7,9%.

## CONSUMOS - MEDICAMENTOS E OUTROS PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
<b>Dispensa Gratuita</b>	<b>34.207.646</b>	<b>35.944.780</b>	<b>5,1%</b>
Com suporte legal	30.748.492	33.073.993	7,6%
Sem suporte legal	3.459.155	2.870.787	-17,0%
<b>Consumo interno</b>	<b>11.627.537</b>	<b>11.354.097</b>	<b>-2,4%</b>
Internamento, Consulta, Urgência, Hospital de Dia e Outros	11.627.537	11.354.097	-2,4%
<b>TOTAL</b>	<b>45.835.184</b>	<b>47.298.877</b>	<b>3,2%</b>

O consumo interno de Medicamentos, cujo peso nos consumos totais de Medicamentos se situa na ordem dos 24%, ascendendo a 11,4 milhões de euros, apresenta uma redução de 2,4% relativamente a 2012.

Os Medicamentos de distribuição gratuita registam um aumento de 5,1%, representando 76% dos consumos de Medicamentos.

### CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	463.542	418.540	-9,7%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	2.058.354	1.861.485	-9,6%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	11.677.013	11.001.853	-5,8%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	236.114	229.164	-2,9%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	375.681	377.985	0,6%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	6.917.075	6.778.827	-2,0%
Mat. Cons. Clínico - Osteosíntese	1.254.728	1.165.723	-7,1%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	2.807.200	2.635.083	-6,1%
<b>TOTAL</b>	<b>25.789.708</b>	<b>24.468.660</b>	<b>-5,1%</b>

A estratégia do prosseguimento das negociações junto dos fornecedores principais, designadamente de material de consignaçoão, bem como o esforço no sentido de minimizar o desperdício, proporcionou esta rúbrica, que representa cerca de 32% do total dos consumos, uma diminuição de 5,1% face ao ano anterior.

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
Subcontratos	7.798.500	7.195.021	-7,7%
Fornecimentos e Serviços	21.441.467	20.286.192	-5,4%
Fornecimentos e Serviços I	5.619.711	6.018.918	7,1%
Fornecimentos e Serviços II	2.516.574	1.705.492	-32,2%
Fornecimentos e Serviços III	13.254.344	12.477.883	-5,9%
Outros Fornecimentos e Serviços	50.838	83.899	65,0%
<b>TOTAL</b>	<b>29.239.967</b>	<b>27.481.213</b>	<b>-6,0%</b>

Representando cerca de 12% dos Custos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registam um decréscimo na ordem dos 6%, passando de 29,2 para 27,5 milhões de euros. Esta evolução é fundamentalmente o reflexo da redução dos Fornecimentos e Serviços II (32,2%), dos Subcontratos (7,7%) e dos Fornecimentos e Serviços III (5,9%).

## SUBCONTRATOS

Rubrica	2012	2013	Δ%
Assistência ambulatória	324.477	378.878	16,8%
Meios Compl. Diagnóstico	1.620.207	1.437.769	-11,3%
Patologia Clínica	601.647	510.382	-15,2%
Anatomia Patológica	16.133	7.565	-53,1%
Imagiologia	469.901	382.617	-18,6%
Radiologia Convencional	12.989	9.082	-30,1%
TAC	259.512	199.818	-23,0%
Ecografias	22.536	20.219	-10,3%
Ressonâncias Magnéticas	171.878	142.368	-17,2%
Mamografia	2.149	1.289	-40,0%
Angiografia	837	9.841	1075,2%
Cardiologia	1.459	88	-94,0%
Medicina Nuclear	199.129	165.101	-17,1%
Gastrenterologia	44.725	45.138	0,9%
Pneumologia	13.646	5.627	-58,8%
Outros	273.567	321.251	17,4%
Meios Compl. Terapêutica	3.155.835	2.882.769	-8,7%
Medicina Física e Reabilitação	0	365	-
Cuidados Respiratórios Domiciliares	227.729	184.551	-19,0%
Unidades Terapêuticas de Sangue	2.918.628	2.691.605	-7,8%
Outros	9.478	10.105	6,6%
Internamentos	1.428.128	1.077.246	-24,6%
Transporte Doentes	424.163	481.193	13,4%
Assistência no estrangeiro	102.489	3.584	-96,5%
Outr. trab. executados no exterior	661.542	933.581	41,1%
Outros subcontratos	81.660	0	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>7.798.500</b>	<b>7.195.021</b>	<b>-7,7%</b>

Os Subcontratos apresentam uma redução de 7,7%. Os Meios Complementares de Diagnóstico requisitados ao exterior, apresentam uma diminuição de 11,3%. Destacam-se as reduções verificadas no recurso a exames de Imagiologia (-18,6%), Medicina Nuclear (-17,1%) e Patologia Clínica (-15,2%).

Também os Meios Complementares de Terapêutica registam um decréscimo de 8,7%, principalmente em consequência do menor recurso a Oxigenoterapia (-19,0%) e de Unidades terapêuticas de Sangue (-7,8%)

Apesar da produção ter registado um ligeiro crescimento, em consequência da redução do valor do GDH, a despesa com o recurso ao Internamento exterior (HOSA), apresenta um decréscimo de 24,6%.

A despesa nos transportes regista uma variação homóloga desfavorável de 13,4%.

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS I

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
Electricidade	1.916.100	1.896.201	-1,0%
Combustíveis	2.138.836	2.654.534	24,1%
Viaturas	67.551	65.626	-2,9%
Outros	2.071.285	2.588.908	25,0%
Água	577.593	619.197	7,2%
Ferramentas e Utensílios	7.311	7.105	-2,8%
Livros Document. Técnica	42.254	5.714	-86,5%
Material de Escritório	199	0	-100,0%
Rendas e Alugueres	937.418	836.166	-10,8%
<b>TOTAL</b>	<b>5.619.711</b>	<b>6.018.918</b>	<b>7,1%</b>

O aumento de 7,1% registado nos Fornecimentos e Serviços I, deve-se, fundamentalmente, a um acréscimo no custo dos Combustíveis, designadamente de gás (cogeração). O aumento desta despesa (+25,0%) não traduz o valor real, pois estes custos são parcialmente faturados pelo CHLO ao SUCH. O montante faturado a esta entidade ascendeu a 1,5 milhões de euros (0,8 milhões de euros em 2012). Tendo em consideração esta situação, a variação homóloga foi de -13,8%.

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS II

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
Comunicação	427.005	323.578	-24,2%
Seguros	12.218	4.727	-61,3%
Transp. de Mercadorias	3.739	72	-98,1%
Deslocações e Estadas	8.089	9.228	14,1%
Honorários	2.065.523	1.367.888	-33,8%
<b>TOTAL</b>	<b>2.516.574</b>	<b>1.705.492</b>	<b>-32,2%</b>

Da evolução favorável verificada nos Fornecimentos e Serviços II (-32,2%) destacam-se a redução de 24,2% na despesa com as comunicações e de 33,8% nos custos com Honorários (custos parcialmente transferidos para a rubrica Serviço Técnicos de RH).

### FORNECIMENTOS E SERVIÇOS III

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
Contencioso Notariado	59.385	52.762	-11,2%
Conserv. e Reparação	4.698.004	4.397.016	-6,4%
Public. e Propaganda	12.548	9.422	-24,9%
Limp., Higiene e Conforto	2.534.960	2.397.656	-5,4%
Vigilância e Segurança	1.116.802	942.895	-15,6%
Trab. Especializ. - Informática	57.146	72.813	27,4%
Trab. Especializ. - Alimentação	2.515.887	2.292.666	-8,9%
Trab. Especializ. - Lavandaria	633.756	585.073	-7,7%
Trab. Especializ. - Serv. Tecn. RH	1.151.946	1.149.853	-0,2%
Outros Trab. Especializ.	473.912	577.727	21,9%
<b>TOTAL</b>	<b>13.254.344</b>	<b>12.477.883</b>	<b>-5,9%</b>

Os Fornecimentos e Serviços III registaram um decréscimo de 5,9%, passando de 13,3 para 12,5 milhões de euros. Para o efeito, contribuíram a redução de 6,4% na despesa com a Conservação e Reparação, de 5,4% na Limpeza, Higiene e Conforto, de 15,6% na despesa com Vigilância e Segurança, de 8,9% na despesa com Alimentação e 7,7% na Lavandaria.

### DESPESAS COM PESSOAL

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
Remunerações Órgãos Direção	292.891	292.920	0,0%
Remunerações Base do Pessoal	62.656.887	61.199.316	-2,3%
Suplementos de Remunerações	15.205.731	12.754.970	-16,1%
Prestações Sociais Directas	90.999	93.603	2,9%
Subsídios de Férias e Natal	5.531.314	10.647.015	92,5%
Pensões	216.345	212.199	-1,9%
Encargos sobre Remunerações	15.024.072	17.862.255	18,9%
Seguros e Acidentes de Trabalho	371.967	239.448	-35,6%
Encargos Sociais Voluntários	245.884	134.726	-45,2%
Outros Custos com Pessoal	178.524	195.666	9,6%
<b>TOTAL</b>	<b>99.814.615</b>	<b>103.632.117</b>	<b>3,8%</b>

As Despesas com o Pessoal que representam 46,5% dos Custos Totais tiveram um acréscimo de 3,8% face ao ano anterior. De salientar a influência do Subsídio de Férias e Natal nesta evolução, cujo valor passa de 5,5 milhões de euros em 2012 para 10,6 milhões de euros em 2013. Expurgando este aumento e respetivos encargos, o total de Despesas com Pessoal regista uma diminuição de 4,1%.

Destaca-se ainda evolução favorável das rubricas de maior peso: Remunerações Base de Pessoal -2,3% e Suplementos de Remunerações -16,1%, realçando-se neste agregado as reduções do Trabalho Extraordinário em 21,7% (Horas Extraordinárias -21,3% e Prevenções -23,3%) e -12,3% em Noites e Suplementos.

#### ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

Rubrica	(euros)		
	2012	2013	Δ%
1 - Ordenados e Salários (a)	62.949.778	61.492.236	-2,3%
2 - Horas Extraordinárias	5.663.642	4.457.184	-21,3%
3 - Prevenções	1.522.638	1.167.549	-23,3%
4 - Noites e Suplementos	3.265.084	2.864.223	-12,3%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	10.451.365	8.488.956	-18,8%
<b>% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)</b>	<b>16,6%</b>	<b>13,8%</b>	

(a) Inclui c/ 641- Remuneração dos órgãos directivos

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares ascenderam a 8,5 milhões de euros e registaram um decréscimo de 18,8 %. Apresentando todas as rubricas uma redução relativamente a 2012.

## DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2012	2013	Δ%
<b>1 - Ordenados e Salários</b>	<b>62.949.778</b>	<b>61.492.236</b>	<b>-2,3%</b>
Médicos	23.835.647	23.894.486	0,2%
Enfermeiros	20.386.076	19.776.684	-3,0%
Outro Pessoal <sup>(a)</sup>	18.728.055	17.821.066	-4,8%
<b>2 - Horas Extraordinárias</b>	<b>5.663.642</b>	<b>4.457.184</b>	<b>-21,3%</b>
Médicos	5.277.938	4.087.379	-22,6%
Enfermeiros	125.740	164.921	31,2%
Outro Pessoal	259.964	204.884	-21,2%
<b>3 - Prevenções</b>	<b>1.522.638</b>	<b>1.167.549</b>	<b>-23,3%</b>
Médicos	963.821	703.128	-27,0%
Enfermeiros	333.948	273.655	-18,1%
Outro Pessoal	224.869	190.767	-15,2%
<b>4 - Noites e Suplementos</b>	<b>3.265.084</b>	<b>2.864.223</b>	<b>-12,3%</b>
Médicos	729.902	501.002	-31,4%
Enfermeiros	1.709.879	1.693.288	-1,0%
Outro Pessoal	825.303	669.933	-18,8%
<b>5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)</b>	<b>10.451.365</b>	<b>8.488.956</b>	<b>-18,8%</b>
Médicos	6.971.661	5.291.508	-24,1%
Enfermeiros	2.169.568	2.131.864	-1,7%
Outro Pessoal	1.310.136	1.065.584	-18,7%
<b>6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados</b>			
Médicos	<b>29,2%</b>	<b>22,1%</b>	
Enfermeiros	<b>10,6%</b>	<b>10,8%</b>	
Outro Pessoal	<b>7,0%</b>	<b>6,0%</b>	

(a) Inclui c/ 641 - Remuneração dos órgãos directivos

Os médicos foram o grupo profissional que maior peso teve nos custos com Horas Extraordinárias, auferindo cerca de 92% do seu valor total, tendo registado uma diminuição de 22,6% face ao ano de 2012.

Nas Prevenções, em que o encargo gerado pelos médicos atinge 60,2% do total despendido com este tipo de remuneração, verificou-se uma redução de cerca de 23,3%.

A rubrica Noites e Suplementos regista um decréscimo na ordem dos 12% em relação a 2012 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge os 59% do total deste tipo de remuneração.

## PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	(euros)		
Rubrica	2012	2013	Δ%
<b>Actividade Hospitalar</b>			
<b>Prestações de Serviços</b>			
Internamento	86.224.472	81.875.575	-5,0%
Consulta Externa	53.265.259	51.151.793	-4,0%
Urgência	17.492.403	15.634.966	-10,6%
Hospital de Dia	1.651.375	796.743	-51,8%
Meios Complem. de Diag. e Terap.	6.514.759	5.566.165	-14,6%
Taxas Moderadoras	3.913.182	3.920.930	0,2%
<b>Outras Prestações de Serviços de Saúde</b>			
Visitas domiciliárias	4.544	4.353	-4,2%
GDH Ambulatório	17.852.118	16.319.744	-8,6%
GDH Cirúrgicos	12.795.077	11.209.090	-12,4%
GDH Médicos	5.057.040	5.110.654	1,1%
Programas verticais	371.755	1.619.591	335,7%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	805.372	92.312	-88,5%
<b>Outras Prestações de Serviços</b>	7.942	12.360	55,6%
<b>Sub-total</b>	<b>188.103.181</b>	<b>176.994.532</b>	<b>-5,9%</b>
<b>Incentivos Institucionais</b>	7.855.857	8.227.022	4,7%
<b>Adenda Reequilíbrio Financeiro e ACES</b>		15.066.513	-
<b>TOTAL</b>	<b>195.959.038</b>	<b>200.288.067</b>	<b>2,2%</b>

O Total de Prestações de Serviços apresentou um acréscimo de 2,2% face ao ano anterior.

O decréscimo de 5,9% verificado na faturação da Produção é, fundamentalmente, consequência da redução dos preços e o ajustamento ao novo ICM nas linhas de produção do Contrato Programa 2013. Os preços unitários sofreram uma diminuição de 8,8% no Internamento cirúrgico programado, 13,4% no Internamento cirúrgico urgente, 12,8% nas 1<sup>as</sup> Consultas e 4,1% nas subsequentes, 8% nas urgências, 17,2% nos GDHs cirúrgicos de ambulatório e 6% nas restantes linhas de ambulatório.

O Internamento, que representa cerca de 41% do total das Prestações de Serviço, regista uma redução de faturação na ordem de 5,0%. A Consulta Externa, com um peso de 25,5% no total das Prestações de Serviço, regista um decréscimo de 4,0%.

O Hospital de Dia, os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, a Urgência e GDH's de ambulatório também registaram um decréscimo de 51,8%, 14,6%, 10,6% e 8,6% respetivamente.

A valorização da produção associada ao Contrato Programa, ascende a 163,4 milhões de euros correspondendo a uma taxa de execução na ordem dos 99%.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2013 ascendeu a 187,2 milhões de euros incluindo incentivos institucionais.

## 6.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

### RUBRICAS DO BALANÇO

	2012	2013	(euros) Δ%
Activo Total Líquido	159.737.519	149.908.840	<b>-6,2%</b>
Imobilizado Líquido	69.525.045	64.560.202	<b>-7,1%</b>
Activo Circulante Líquido	90.212.474	79.494.305	<b>-11,9%</b>
Existências Líquidas	8.812.243	6.690.603	<b>-24,1%</b>
Créditos médio e longo prazo	0	5.854.333	-
Créditos curto prazo	56.070.197	36.543.489	<b>-34,8%</b>
Disponibilidades	11.621.662	13.597.367	<b>17,0%</b>
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de proveitos	13.704.969	22.646.322	<b>65,2%</b>
Custos diferidos	3.404	16.523	<b>385,4%</b>
Fundos Próprios	30.637.281	31.860.267	<b>4,0%</b>
Passivo	129.100.238	118.048.574	<b>-8,6%</b>
Provisões	5.186.829	5.448.708	<b>5,0%</b>
Passivo de curto prazo	109.769.171	99.490.330	<b>-9,4%</b>
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de custos	16.775.105	16.333.716	<b>-2,6%</b>
Proveitos diferidos	2.555.962	2.224.528	<b>-13,0%</b>

O total do Ativo Líquido atingiu em 2013 o montante de 149,9 milhões de euros, registando uma diminuição de 6,2% relativamente a 31 de Dezembro de 2012.

O Ativo Circulante Líquido registou uma diminuição na ordem de 12% fundamentalmente em consequência da variação negativa das existências líquidas em 24,1% e de uma diminuição de 34,8%, nos créditos de curto prazo.

Destaque para as regularizações da dívida em atraso à Indústria farmacêutica, fruto da verba disponibilizada pela ACSS ao abrigo do PERD (Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas), no âmbito do Acordo entre os Ministérios da Saúde, da Economia e do Emprego e das Finanças e a Indústria Farmacêutica, que teve como contrapartida contabilística saldos devedores da ARS, ACSS, ADSE, e que contribuíram para o decréscimo de 9,4% do Passivo de Curto Prazo. Em consequência, registou-se uma redução substancial do prazo médio de pagamento.

## BALANÇOS COMPARADOS - ACTIVO

(euros)

	2013		2012		Δ % 2013-2012
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	
<b>ACTIVO</b>					
<b>IMOBILIZADO</b>					
Imobilizado Incorpóreo Bruto	1.148.888,04	0,8%	1.148.888,04	0,7%	0,0%
Amortizações Acumuladas	1.148.888,04		1.148.888,04		0,0%
<b>Imobilizado Incorpóreo Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
Imobilizado Corpóreo Bruto	179.573.506,39	119,8%	177.363.685,90	111,0%	1,2%
Imobilizado Corpóreo	177.632.267,31	118,5%	176.709.419,68	110,6%	0,5%
Imobilizado em Curso corpóreo	1.941.239,08	1,3%	654.266,22	0,4%	196,7%
Amortizações Acumuladas	115.013.304,27		107.838.640,85		6,7%
<b>Imobilizado Corpóreo Líquido</b>	<b>64.560.202,12</b>	<b>43,1%</b>	<b>69.525.045,05</b>	<b>43,5%</b>	<b>-7,1%</b>
Total de imobilizado bruto	180.722.394,43	120,6%	178.512.573,94	111,8%	1,2%
Total de Amortizações acumuladas	116.162.192,31		108.987.528,89		6,6%
<b>Total de imobilizado Líquido</b>	<b>64.560.202,12</b>	<b>43,1%</b>	<b>69.525.045,05</b>	<b>43,5%</b>	<b>-7,1%</b>
<b>EXISTÊNCIAS</b>					
Matérias-primas, subsid. e consumo	6.949.227,41	4,6%	9.092.404,69	5,7%	-23,6%
Provisões p/ depreciação de existências	258.624,53		280.161,61		-7,7%
<b>Total das existências Líquidas</b>	<b>6.690.602,88</b>	<b>4,5%</b>	<b>8.812.243,08</b>	<b>5,5%</b>	<b>-24,1%</b>
<b>CREDITOS A TERCEIROS - Médio e longo prazo</b>	<b>5.854.333,34</b>	<b>3,9%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>CREDITOS A TERCEIROS - Curto prazo</b>					
Clientes	24.197.348,78	16,1%	44.786.973,79	28,0%	-46,0%
Clientes e utentes cobrança duvidosa	6.134.758,38	4,1%	5.977.136,73	3,7%	2,6%
Adiantamentos a fornecedores	1.124.422,91	0,8%	460.696,84	0,3%	144,1%
Estado e outros entes públicos	434.355,76	0,3%	602.842,62	0,4%	-27,9%
Outros devedores	10.787.361,87	7,2%	10.303.198,63	6,5%	4,7%
Provisões p/ Clientes Cob. Duvidosa	6.134.758,38		6.060.651,89		1,2%
<b>Total Créditos Curto Prazo</b>	<b>36.543.489,32</b>	<b>24,4%</b>	<b>56.070.196,72</b>	<b>35,1%</b>	<b>-34,8%</b>
Titulos Negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Contas no Tesouro	12.694.160,00	8,5%	10.563.439,70	6,6%	20,2%
Depósitos em instituições financeiras	899.247,44	0,6%	1.041.098,96	0,7%	-13,6%
Caixa	3.959,56	0,0%	17.122,94	0,0%	-76,9%
<b>Total de Disponibilidades</b>	<b>13.597.367,00</b>	<b>9,1%</b>	<b>11.621.661,60</b>	<b>7,3%</b>	<b>17,0%</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
Acréscimos de proveitos	22.646.322,20	15,1%	13.704.968,97	8,6%	65,2%
Custos diferidos	16.523,38	0,0%	3.404,02	0,0%	385,4%
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>22.662.845,58</b>	<b>15,1%</b>	<b>13.708.372,99</b>	<b>8,6%</b>	<b>65,3%</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>149.908.840,24</b>	<b>100,0%</b>	<b>159.737.519,44</b>	<b>100,0%</b>	<b>-6,2%</b>

## BALANÇOS COMPARADOS - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

	2013		2012		Δ % 2013-2012
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	
<b>FUNDO PATRIMONIAL</b>					
Fundo Patrimonial	126.860.000,00	84,6%	126.860.000,00	79,4%	0,0%
Reservas	45.474.120,37	30,3%	45.330.439,90	28,4%	0,3%
Resultados Transitados	-141.553.158,86	-94,4%	-131.806.345,97	-82,5%	7,4%
Resultado Líquido do Exercício	1.079.305,23	0,7%	-9.746.812,89	-6,1%	-111,1%
<b>Total de Fundo Patrimonial</b>	<b>31.860.266,74</b>	<b>21,3%</b>	<b>30.637.281,04</b>	<b>19,2%</b>	<b>4,0%</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Dividas a Terceiros M/L Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Provisões para outros riscos e encargos</b>	<b>5.448.707,78</b>	<b>3,6%</b>	<b>5.186.828,85</b>	<b>3,2%</b>	<b>5,0%</b>
Adiantamentos de clientes	8.338.720,22	5,6%	1.292.568,00	0,8%	545,1%
Fornecedores c/c	56.609.320,81	37,8%	74.574.349,52	46,7%	-24,1%
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	1.465.947,51	1,0%	1.628.708,69	1,0%	-10,0%
Dividas a instituições de crédito	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Fornecedores de imobilizado c/c	1.158.847,53	0,8%	676.728,86	0,4%	71,2%
Estado e outros entes públicos	3.579.721,05	2,4%	2.905.739,42	1,8%	23,2%
Outros credores	22.889.064,67	15,3%	23.504.247,99	14,7%	-2,6%
<b>Total de Débitos de curto prazo</b>	<b>94.041.621,79</b>	<b>62,7%</b>	<b>104.582.342,48</b>	<b>65,5%</b>	<b>-10,1%</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
Acréscimos de custos	16.333.715,92	10,9%	16.775.105,23	10,5%	-2,6%
Proveitos diferidos	2.224.528,01	1,5%	2.555.961,84	1,6%	-13,0%
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>18.558.243,93</b>	<b>12,4%</b>	<b>19.331.067,07</b>	<b>12,1%</b>	<b>-4,0%</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>118.048.573,50</b>	<b>78,7%</b>	<b>129.100.238,40</b>	<b>80,8%</b>	<b>-8,6%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>149.908.840,24</b>	<b>100,0%</b>	<b>159.737.519,44</b>	<b>100,0%</b>	<b>-6,2%</b>

#### APLICAÇÕES DE FUNDOS

#### ORIGENS DE FUNDOS

(euros)

	2012	2013	Δ%		2012	2013	Δ%
<b>Activo Fixo</b>				<b>Capital Próprio</b>			
Imobilizado líquido	69.525.045	64.560.202	-7,1%	Fundo Patrimonial	30.637.281	31.860.267	4,0%
<b>Activo Circulante</b>	<b>90.212.474</b>	<b>85.348.638</b>	<b>-5,4%</b>	<b>Capital Alheio</b>			
Existências	8.812.243	6.690.603	-24,1%	Exigível de curto prazo	129.100.238	118.048.574	-8,6%
Realizável	69.778.570	65.060.668	-6,8%				
Disponível	11.621.662	13.597.367	17,0%				
<b>Total aplicações</b>	<b>159.737.519</b>	<b>149.908.840</b>	<b>-6,2%</b>	<b>Total Origens</b>	<b>159.737.519</b>	<b>149.908.840</b>	<b>-6,2%</b>

Fruto de uma política de contenção de investimentos, traduzida numa maior e mais rigorosa análise daquilo que, efetivamente, é imprescindível ao bom funcionamento do CHLO, apesar de se ter verificado um aumento do investimento em relação a 2012, o Ativo Imobilizado Líquido sofreu um decréscimo de 7,1%, já que o valor das aquisições não foi suficiente para compensar o valor registado com as amortizações do exercício.

O Ativo Realizável apresenta um decréscimo de 6,8% devido à redução dos créditos a receber a curto prazo, conforme já anteriormente referido.

O Ativo Disponível aumentou 17 % resultante do aumento das disponibilidades.

O Exigível a Curto Prazo apresenta um decréscimo de 8,6%, tendo como consequência a diminuição do prazo médio de pagamentos (de 283 para 219 dias).

## RÁCIOS

	2012	2013
<b>Rádios de Liquidez</b>		
. Liquidez Geral	0,70	0,72
. Liquidez Reduzida	0,63	0,67
. Liquidez Imediata	0,09	0,12
<b>Rádios de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento</b>		
. Autonomia Financeira	0,19	0,21
. Solvabilidade	1,24	1,27
. Endividamento	0,81	0,79
<b>Prazo Médio (dias)</b>		
. Pagamento	283	219
<b>Equilíbrio Financeiro</b>		
. Fundo Maneio	-38.887.764	-32.699.935

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- ♦ O rácio de liquidez geral apresenta um ligeiro acréscimo refletindo um aumento do ativo circulante sobre o passivo de curto prazo;
- ♦ A situação de tesouraria, refletida no indicador de liquidez reduzida, revela que persistem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os seus compromissos de curto prazo, contudo verifica-se uma ligeira evolução favorável neste indicador;
- ♦ A liquidez imediata embora apresente um acréscimo, face ao período homólogo, continua a revelar que os meios monetários disponíveis são insuficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- ♦ O rácio da autonomia financeira mostra que o capital próprio financiou 19% e 22% do ativo total em 2012 e 2013 respetivamente;
- ♦ Apesar das dificuldades, a análise da solvabilidade revela a existência de ativos suficientes para liquidar o passivo exigível
- ♦ O grau de endividamento evidencia que o passivo exigível representa 81% e 79% do total do ativo líquido em 2012 e 2013 respetivamente;
- ♦ O fundo de maneio indica que, em 2012 e em 2013 os capitais permanentes não foram suficientes para cobrir o imobilizado líquido.

### 6.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(euros)

Designação	Orçamento 2013	Real 2013	Taxa Execução (%)
<b>CUSTOS</b>	<b>217.870.387</b>	<b>223.470.851</b>	<b>102,6%</b>
CMVMC(Consumos)	70.073.813	77.050.612	110,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	28.412.299	27.481.213	96,7%
Custos c/ Pessoal	106.864.275	103.632.117	97,0%
Outros Custos Operacionais	10.000.000	8.257.906	82,6%
Custos Financeiros	20.000	595.693	2978,5%
Custos Extraordinários	2.500.000	6.453.311	258,1%
Custos Operacionais Cash	205.450.387	208.321.713	101,4%
Custos Operacionais	215.350.387	216.421.847	100,5%
<b>PROVEITOS</b>	<b>205.600.376</b>	<b>224.660.156</b>	<b>109,3%</b>
Vendas/Prestação de Serviços	187.868.417	200.288.067	106,6%
Outros Proveitos Operacionais	16.031.959	16.506.528	103,0%
Proveitos Financeiros	200.000	338.422	169,2%
Proveitos Extraordinários	1.500.000	7.527.139	501,8%
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>-11.450.011</b>	<b>372.748</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>-1.550.011</b>	<b>8.472.882</b>	
<b>RESULTADO LIQUIDO</b>	<b>-12.270.011</b>	<b>1.079.305</b>	

O montante total dos Custos em 2013, fundamentalmente, em consequência da não se ter obtido os descontos e "rappel" previstos nos Consumos e se ter procedido a regularizações de Custos de Exercícios anteriores, apresenta uma taxa de execução de 102,6% em relação ao previsto no orçamento.

O acentuado esforço no controlo e contenção de custos, nomeadamente nos FSEs e Despesas com o Pessoal, do qual resultou, respetivamente, um desvio favorável de 3,3% e 3%, não foi suficiente para colmatar o desvio Orçamental dos consumos. Estes últimos foram previstos com base nos resultados das negociações entre os Ministérios de Saúde, da Economia e do Emprego e a Indústria Farmacêutica em 2012. Assim, os Custos Operacionais *Cash* registaram um desvio desfavorável de 1,4% face ao Orçamentado.

A realização dos Proveitos superou os valores orçamentados em 9,3%. Para esta evolução contribuíram as Adendas ao Contrato Programa e também as correções efetuadas na faturação de exercícios anteriores.

O EBITDA, Resultados Operacionais e Resultados Líquidos apresentam um desvio bastante favorável e ascenderam a 8,5 milhões de euros, 0,4 milhões de euros e 1,1 milhões de euros, respetivamente.

### 6.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2013, na ordem de 2,8 milhões de euros, apresenta um acréscimo acentuado em relação a 2012

#### INVESTIMENTO

(euros)

	2012		2013		Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
<b>Imobilizado Corpóreo</b>	<b>698.775</b>	<b>85,8%</b>	<b>1.158.086</b>	<b>41,4%</b>	<b>65,7%</b>
Edifícios e Outras construções	391.995	48,1%	204.735	7,3%	-47,8%
Equipamento Básico	<b>287.825</b>	<b>35,3%</b>	<b>733.834</b>	<b>26,3%</b>	<b>155,0%</b>
Médico-Cirúrgico	184.131	22,6%	608.451	21,8%	230,4%
de Imagiologia	11.993	1,5%	62.463	2,2%	420,8%
de Laboratório	8.872	1,1%	238	0,0%	-97,3%
Mobiliário Hospitalar	2.903	0,4%	5.829	0,2%	100,8%
Desinfecção e esterilização	240	0,0%	2.734	0,1%	1040,0%
de Hotelaria	3.129	0,4%	37.661	1,3%	1103,5%
Outro	76.558	9,4%	16.459	0,6%	-78,5%
Equipamento de transporte	1.216	0,1%	55.725	2,0%	4480,9%
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0	0,0%	0	0,0%	-
Equipamento Administrativo	5.294	0,6%	4.793	0,2%	-9,5%
Equipamento Informático	12.445	1,5%	159.000	5,7%	1177,7%
Taras e Vasilhame	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras	0	0,0%	0	0,0%	-
<b>Imobilizado em Curso corpóreo</b>	<b>115.640</b>	<b>14,2%</b>	<b>1.636.991</b>	<b>58,6%</b>	<b>1315,6%</b>
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>
Despesas de instalação	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas investigação e desenvolvimento	0	0,0%	0	0,0%	-
<b>TOTAL INVESTIMENTO</b>	<b>814.415</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.795.077</b>	<b>100,0%</b>	<b>243,2%</b>

Realça-se o investimento de 1,6 milhões euros na maioria relativo às obras no HSFx para instalações do Laboratório de Procriação Medicamente Assistida (0,4 milhões de euros), às obras de adaptação do edifício do HEM para receber o Departamento de Psiquiatria que estava instalado na Ajuda (0,2 milhões de euros) e à remodelação elétrica, QGBT, PT e Grupo de emergência no HEM (0,9 milhões de euros), bem como 0,6 milhões de euros de equipamento médico-cirúrgico, do qual se destaca a aquisição do Litotritor Extracorpóreo no valor de 0,4 milhões de euros.

## 6.4. RECURSOS HUMANOS

Tendo em conta a conjuntura económica do país, para o ano de 2013, a Lei Geral do Orçamento (Lei 66-B/2012) manteve as medidas de contenção de despesas com pessoal, respeitante a trabalhadores do sector público, designadamente na obrigação de redução do custo com trabalho extraordinário e na restrição de admissão de recursos humanos nas Instituições Públicas.

A aplicação destas medidas, ao longo do ano de 2013, resultou nos indicadores abaixo revelados:

- a) Redução de 195 profissionais, face a 2012, correspondente a uma diminuição de 4,8% de efetivos no CHLO;
- b) Redução da despesa com trabalho extraordinário, na ordem dos 22%, comparativamente ao ano de 2012, dando cumprimento ao Despacho nº 5077/2013, que estabelecia um decréscimo de 20% relativamente ao período homólogo; um fator que terá contribuído decisivamente para a consecução deste objetivo foi a reorganização da carreira médica, com a introdução de alterações substanciais na forma de pagamento do trabalho extraordinário e no aumento da carga horária obrigatória em Serviço de Urgência, de 12H para 18H, para cargas horárias de 40H/semana (DL 266-D/2012).

### 6.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No final do Ano 2013, o CHLO contava com 3.863 trabalhadores tendo registado uma redução de 195 elementos relativamente ao ano anterior, correspondendo a um decréscimo de 4,8%.

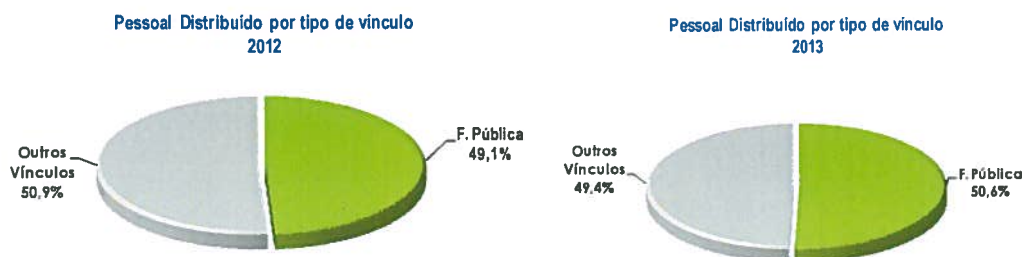
### GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO

Grupos de Pessoal	2012				2013				Δ%			
	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	5	17		22	14	10		24	180%	-41%		9,1%
Médico	647	196	90	933	667	200		867	3%	2%	-100%	-7,1%
Téc. Sup. Saúde	23	11		34	22	9		31	-4%	-18%		-8,8%
Téc. Superior	25	54	1	80	18	60	2	80	-28%	11%	100%	0,0%
Enfermagem	523	733	33	1.289	503	700	28	1.231	-4%	-5%	-15%	-4,5%
Informática	5	8		13	5	8		13	0%	0%		0,0%
Docente	1	1	1	3	1	1	1	3	0%	0%		0,0%
Téc. Diag. Terap.	192	119	24	335	182	113	21	316	-5%	-5%	-13%	-5,7%
Assistente Técnico	126	307		433	118	295		413	-6%	-4%		-4,6%
Assistente Operacional	445	465		910	425	454		879	-4%	-2%		-3,4%
Religioso		3		3		3		3		0%		0,0%
Outro Pessoal		1	2	3		1	2	3	100%	100%		0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.992</b>	<b>1.915</b>	<b>151</b>	<b>4.058</b>	<b>1.955</b>	<b>1.854</b>	<b>54</b>	<b>3.863</b>	<b>-2%</b>	<b>-3%</b>	<b>-64%</b>	<b>-4,8%</b>

Obs: Não inclui médicos do Internato em estágio no CHLO

Os grupos profissionais que mais contribuíram para esta redução foram o Grupo de Pessoal Médico, Pessoal de Enfermagem, e Assistente Operacional com menos 66, 58 e 31 elementos, respetivamente.

Verifica-se, tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos, nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, que representam cerca de 77% do total de profissionais do CHLO.



Em matéria de regime jurídico de emprego, 1.955 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções públicas, que representa 50,6% do total de

colaboradores, e 1.911 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes a 49,4% dos efetivos.

Conforme já foi mencionado anteriormente, existem menos 195 profissionais no CHLO em Dezembro de 2013 face ao período homólogo. No entanto e, tendo em conta a publicação da Lei 68/2013, de 29 de Agosto, que alargou a carga horária dos Funcionários Públicos de 35H para 40H semanais (à exceção do pessoal médico), podemos constatar que a variação em termos de elementos em tempo equivalente (ETC) é de 58,3, ou seja, embora com menos elementos, há uma maior carga horária disponível, correspondente a cerca de 58 elementos.

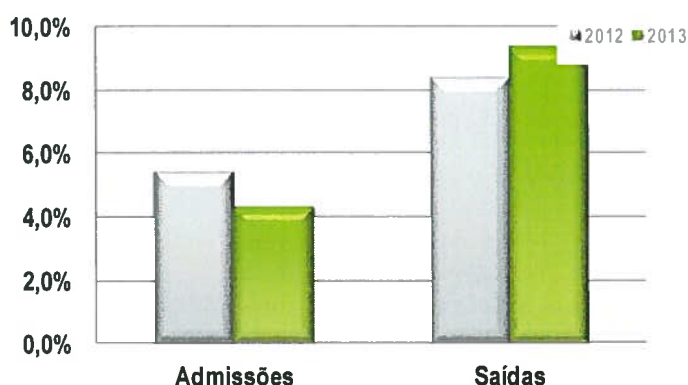
Os Grupos Profissionais onde se verificou maior acréscimo em ETC's foram o Pessoal de Enfermagem e os Assistentes Operacionais, com valores de 20,5 e 18,6, respetivamente.

#### 6.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

##### MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2012	2013		2012	2013	
Dirigente	2		-100,0%		2	0,0%
Médico	129	204	58,1%	112	138	23,2%
Téc. Sup. Saúde	2	3	50,0%	1		0,0%
Téc. Superior	8	8	0,0%		8	0,0%
Enfermagem	82	66	-19,5%	37	8	-78,4%
Informática			0,0%			0,0%
Docente			0,0%			
Téc. Diag. Terap.	5	20	300,0%	4	1	-75,0%
Assistente Técnico	16	20	25,0%	1		-100,0%
Assistente Operacional	60	39	-35,0%	4	8	100,0%
Outro Pessoal			0,0%			0,0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>304</b>	<b>360</b>	<b>18,4%</b>	<b>159</b>	<b>165</b>	<b>3,8%</b>
	<b>% Admissões</b>			<b>3,9%</b>	<b>4,3%</b>	
	<b>% Saídas</b>	<b>7,5%</b>	<b>9,3%</b>			



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, verificamos que o número de saídas é superior ao número de admissões, pelo que os efetivos vêm diminuindo, seguindo a tendência de anos anteriores.

Quanto às saídas verificou-se um aumento de 18,4% destas situações relativamente ao ano 2012 (-14,1%), com um total de 360 saídas em 2013.

O elevado número de aposentações ocorridas em 2013, justifica este aumento de saídas.

No que se refere às admissões, registou-se um acréscimo de 3,8%, relativamente a 2012, sendo que este facto se relaciona com o número de Internos atribuídos ao CHLO no início de 2013 (inseridos no grupo de pessoal em formação pré-carreira) e que representam um peso bastante significativo nas admissões de 2013.

### 6.4.3. ABSENTISMO

No ano de 2013, genericamente, verificou-se um aumento do número total de dias de ausência, face ao ano de 2012, perfazendo um total de 71.825 dias, correspondentes a uma Taxa de Absentismo de 7,6%.

A taxa de absentismo do CHLO em 2012 foi de 7,2%, o que corresponde um aumento no período 2012/2013, dado que se verificaram mais dias de ausência, com a existência de menos efetivos.

Os grupos de pessoal de Assistente Operacional e Enfermagem, foram os que mais contribuíram para este aumento percentual, com uma taxa de absentismo de 14,5% e 10,4%, respetivamente.

Em 2013, os motivos de ausência que mais contribuíram para a taxa de absentismo verificada foram a "Doença" e "Maternidade/Paternidade", correspondendo a cerca de 75% do total de faltas.

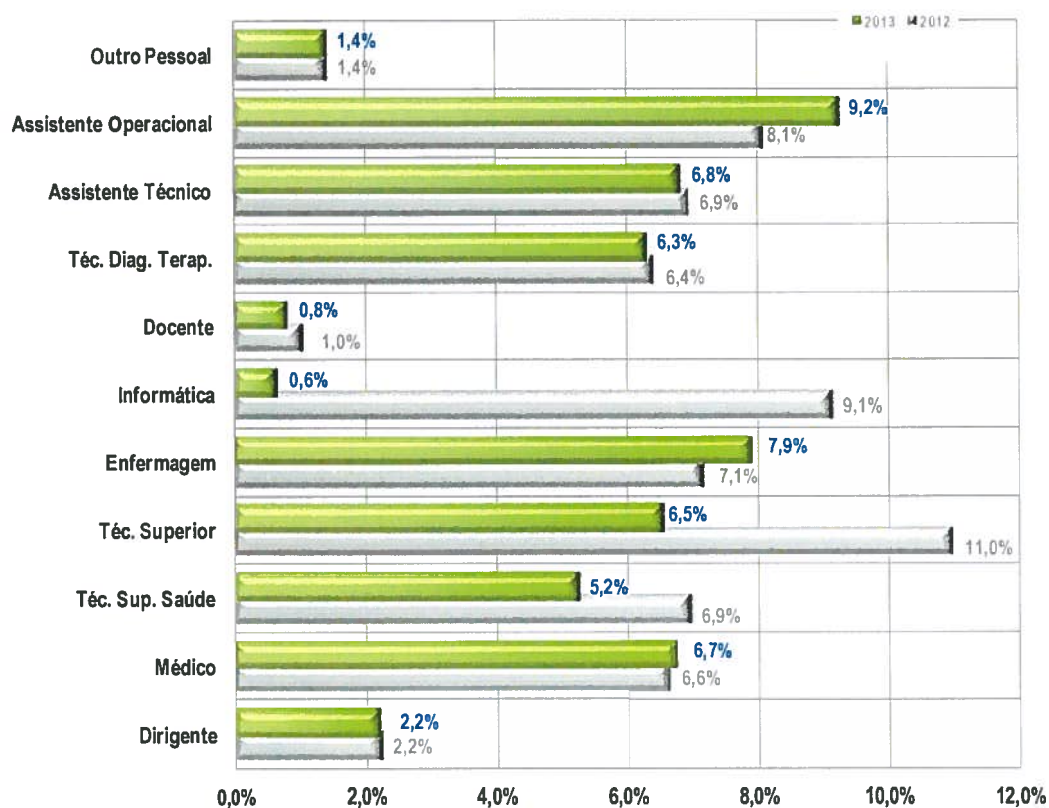
## ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo	
	2012	2013	Δ%	2012	2013
Dirigente	121	131	8,3%	2,2%	2,2%
Médico	13.906	14.542	4,6%	6,6%	6,7%
Téc. Sup. Saúde	587	403	-31,3%	6,9%	5,2%
Téc. Superior	2.156	1.315	-39,0%	11,0%	6,8%
Enfermagem	22.333	23.620	5,8%	7,1%	7,9%
Informática	295	20	-93,2%	9,1%	0,6%
Docente	5	4	-20,0%	1,0%	0,8%
Téc. Diag. Terap.	4.941	4.615	-6,6%	6,4%	6,3%
Assistente Técnico	7.465	6.971	-6,6%	6,9%	6,8%
Assistente Operacional	18.258	20.190	10,6%	8,1%	9,2%
Outro Pessoal	14	14	0,0%	1,4%	1,4%
<b>TOTAL</b>	<b>70.081</b>	<b>71.825</b>	<b>2,5%</b>	<b>7,2%</b>	<b>7,6%</b>

*Taxa de Absentismo =*

*Nº de Faltas / (Dias de Trabalho \* Nº de Effectivos) \* 100*

### Taxa de Absentismo 2012/2013



#### 6.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

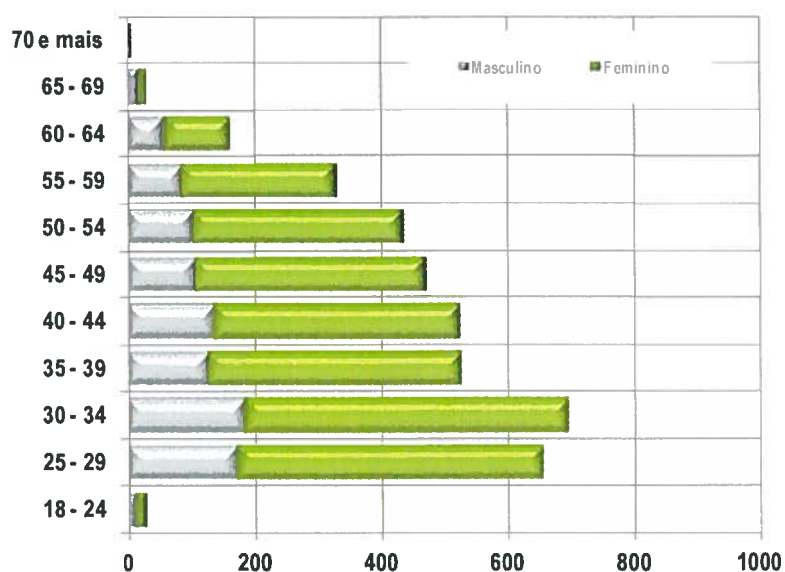
Fazendo uma análise da Estrutura Etária do CHLO em 2013, verifica-se que cerca 63% dos colaboradores têm menos de 45 anos e é na faixa etária entre os 30-34 anos, que se situa o maior número de elementos, com 696 efetivos correspondentes a cerca de 18% dos efetivos. Em 2012, o escalão etário com mais colaboradores era o escalão 25-29 anos, com 766 efetivos.

Em 2013, com idade superior a 59 anos, registam-se 192 colaboradores, cerca de 5% do total de profissionais, ligeiramente superior a 2012, com 4,5% dos efetivos.

#### DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2012	2013	Δ%	2012	2013	Δ%	2012	2013	Δ%	2012	2013
18 - 24	15	11	-26,7%	37	16	-56,8%	52	27	-48,1%	1,3%	0,7%
25 - 29	187	172	-8,0%	579	486	-16,1%	766	658	-14,1%	18,9%	17,0%
30 - 34	186	186	0,0%	491	510	3,9%	677	696	2,8%	16,7%	18,0%
35 - 39	124	127	2,4%	431	400	-7,2%	555	527	-5,0%	13,7%	13,6%
40 - 44	156	136	-12,8%	397	388	-2,3%	553	524	-5,2%	13,6%	13,6%
45 - 49	121	106	-12,4%	392	367	-6,4%	513	473	-7,8%	12,6%	12,2%
50 - 54	96	105	9,4%	318	331	4,1%	414	436	5,3%	10,2%	11,3%
55 - 59	104	88	-15,4%	242	242	0,0%	346	330	-4,6%	8,5%	8,5%
60 - 64	51	57	11,8%	98	103	5,1%	149	160	7,4%	3,7%	4,1%
65 - 69	19	17	-10,5%	14	13	-7,1%	33	30	-9,1%	0,8%	0,8%
70 e mais		1			1			2		0,0%	0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>1.059</b>	<b>1.006</b>	<b>-5,0%</b>	<b>2.999</b>	<b>2.857</b>	<b>-4,7%</b>	<b>4.058</b>	<b>3.863</b>	<b>-4,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

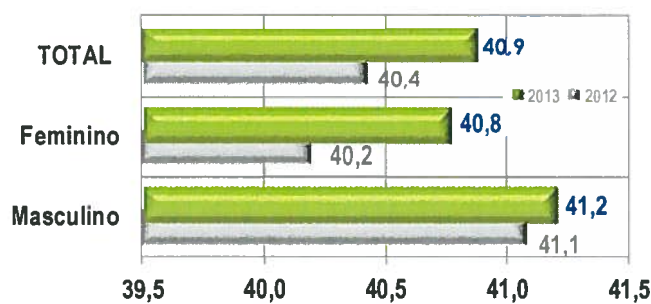
Distribuição Etária por Sexo - 2013



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 2.857 efetivos, correspondentes a 74% dos colaboradores do CHLO. O escalão etário com maior população feminina encontra-se entre os 30 – 34 anos.

### IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2012	2013	Δ%
Masculino	41,1	41,2	0,3%
Feminino	40,2	40,8	1,4%
<b>TOTAL</b>	<b>40,4</b>	<b>40,9</b>	<b>1,1%</b>



No que se refere à idade média de idade dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 40,9 anos, com um aumento de 0,5 anos, relativamente a 2012.

Após esta análise, podemos verificar que todos os indicadores relacionados com a idade demonstram uma população do CHLO ligeiramente mais "envelhecida"; tal facto estará relacionado, por um lado, com o aumento da idade legal da reforma e, por outro, com as restrições impostas à admissão de pessoal, na sua maioria cingida ao pessoal médico (Internatos).

### 6.4.5. FORMAÇÃO

Da análise da atividade de formação promovida pelo CHLO constatamos:

- Redução significativa de 129 participantes entre 2012 e 2013
- O número de ações realizadas registou um ligeiro acréscimo de 9 ações em 2013
- Aumento do número de participantes externos de 258 em 2012 para 435 em 2013, sendo o grupo dos Médicos o que registou um aumento mais significativo, 105 participantes.

	2012	2013	Δ%
<b>N.º Acções</b>	69	78	13,0%
<b>N.º Total Formandos</b>	1.405	1.276	-9,2%
<b>Volume Formação</b>	11.085	11.502	3,8%

O número de formandos externos, que representam mais de 50% dos formandos do CHLO, explica-se pela colaboração prestada durante 2013 pelo Núcleo de Formação do CHLO, em particular a escola CHLO recém-certificada pelo Conselho Português de Ressuscitação (CPR) para formação em Suporte Básico de Vida (SBV) e Suporte Imediato de Vida (SIV), ao Centro Hospitalar de Lisboa Central para constituição/certificação da sua própria escola.

Para tal foram promovidos com a colaboração de instrutores do CHLO, 22 cursos de SBV que contaram com 362 participantes, 83% do total de participantes externos registados em 2013.

O grupo maioritário em formação continua a ser o dos enfermeiros, quer pela sua dinâmica relativamente à formação contínua, quer pela maior facilidade em encontrar internamente formadores de referência para as áreas identificadas como necessárias, quer ainda pela sensibilidade e atitude das chefias para com as atividades formativas.

	Adm.Hosp.	Médicos	Tec. Sup Saude	Enferm.	Tec.Sup	TDT	Ass.Tec.	Ass.Op.	Outros	TOTAL
<b>N.º Participantes CHLO</b>	3	95	2	454	17	71	64	124	11	<b>841</b>
<b>N.º Participantes Externos</b>	2	138	2	176	7	42	2	19	47	<b>435</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>233</b>	<b>4</b>	<b>630</b>	<b>24</b>	<b>113</b>	<b>66</b>	<b>143</b>	<b>58</b>	<b>1.276</b>

A formação na área de Reanimação abrangeu 172 profissionais do CHLO, 20% do total de participantes, tendo sido possível garantir sensivelmente o mesmo número de ações e de participantes do ano anterior.

Ao nível da formação transversal foi possível beneficiar da colaboração de centros de formação externos em parceria com o IEFP, usufruindo de financiamento através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), formação que teve como destinatários ativos empregados ou desempregados, que pretenderam desenvolver competências em alguns domínios de âmbito geral ou específico.

#### **6.4.5.1. FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA**

Em 2013, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

#### **6.4.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO**

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou em 2013 a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

#### **6.4.5.3. FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM**

O grupo de enfermagem continua a ser o grupo profissional com maior preponderância na formação, representando cerca de 54% do total de profissionais abrangidos este ano pela formação promovida pelo CHLO (454 enfermeiros em 841 participantes).

As áreas onde registamos maior participação representam sensivelmente metade dos enfermeiros do CHLO que fizeram formação neste ano e à semelhança do registado no ano anterior, continuam a ser a Reanimação (formação em Suporte Básico e Suporte Imediato de Vida) que abrangeu 93 enfermeiros e o Sistema de Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem, com 103 participantes.

Os restantes enfermeiros distribuíram-se por formação em diferentes áreas temáticas, como a Prevenção e Controlo de Infeção Associada a Cuidados de Saúde, a Diabetes, os Cuidados Paliativos, entre outras. Registamos ainda a realização de formação associada a Projetos de Melhoria Contínua em curso na área de Enfermagem, com foco em diferentes áreas de trabalho como a Dor Aguda e Crónica.

### **6.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO**

Um dos principais projetos na área de sistemas de informação consistiu em dotar a UCI do HSC de rede e equipamento informático, permitindo o acesso a dados informáticos, associado a alguma mobilidade possibilitada pela cobertura wireless.

Concretizou-se a uniformização das várias áreas de Cardiologia dos hospitais do CHLO numa única aplicação informática, o que permitiu uma maior eficiência no acesso a informação clínica do utente, assim como uma redução de custos.

A parceria entre o CHLO e a SPMS,EPE teve, em 2013, um incremento significativo. O projeto conjunto entre estas duas entidades permitiu uma maior racionalização dos equipamentos e licenciamentos informáticos existentes neste Centro.

Durante o ano foram implementadas alterações significativas a nível das aplicações informáticas disponibilizadas pela SPMS,EPE ao CHLO, entre as quais a uniformização do SAM e SAPE numa única aplicação, o SClinico, assim como a utilização em todo o Centro da nova Prescrição Eletrónica de Medicamentos.

## 6.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

No ano de 2013 deram entrada no CHLO 26 pedidos de realização de Ensaios Clínicos e 21 Adendas, tendo sido autorizados pelo CA 38 estudos.

Destacaram-se durante o ano de 2013 as seguintes atividades:

- Continuação dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Cursos de pós graduação;
- Formação estatística na área da investigação, com apoio de um consultor nesta área.

## 6.7. COMISSÃO DE HUMANIZAÇÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A operacionalização das atividades normalmente atribuídas à Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços é assegurada no CHLO pelo Departamento de Qualidade.

Durante o ano 2013 destacaram-se as seguintes atividades:

- **Programa Cirurgia Segura**
  - Reuniões temáticas a nível de Anestesiologia e Cirurgias nas várias vertentes;
  - Visitas aos Blocos Operatórios para ensino e treino na aplicação informática da ACSS para registo dos dados no "Template";
  - Identificação das disfunções no cumprimento deste programa, suas causas e correção possível;

- Auditorias à performance em termos de Cirurgia Segura em suporte informático.

- **Divulgação das Normas de Orientação Clínica (NOC)**

Divulgação, através da intranet, das normas publicadas pela DGS e que têm potencial de interesse para o quórum hospitalar.

- **Apoio à certificação ISO 9001-2008**

- Acompanhamento aos Serviços Farmacêuticos e de Imuno-hemoterapia que retêm o seu certificado;

- Recomeço do trabalho para a recertificação do Serviço de Diálise;

- Início do trabalho em Gastrenterologia tendo em vista a certificação da unidade de Endoscopia Digestiva.

- **Apoio aos Serviços nos processos de auditoria externas (ARS) e na Implantação de programas de qualidade**

- **Parcerias**

Alimentação do protocolo de parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e a Associação para a Qualidade na Saúde, através do início do projeto LEAN no bloco do HEM

- **Início do projeto: “Cartas dos Deveres e Direitos dos Doentes” no CHLO**

- **Consentimento Informado**

Foi desenvolvido este objetivo com grupo representante de todos os hospitais CHLO ( em curso).

- **Programas externos**

1. Apoio à continuidade da participação do CHLO no programa SINAS da ERS

2. Participação nos projetos de investigação Las Vegas e Eptos de âmbito europeu

3. Colaboração com a DGS na prossecução do Programa de Normas de Orientação Clínica em curso

- **Auditorias Internas Clínicas e Não Clínicas**

## 6.8. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2013 salientam-se as seguintes atividades:

- Foram emitidos 78 pareceres: 58 registos observacionais/projetos de investigação clínica, 9 estudos conducentes a dissertação de licenciatura, mestrado ou doutoramento e 11 adendas a estudos aprovados anteriormente;
- Apreciaram-se 606 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do FHNM ou cuja aplicação não está ainda aprovada pelo INFARMED;
- Representação da comissão na Reunião de trabalho com os presidentes das Comissões de Ética para a Saúde de todas as instituições de saúde portuguesas;
- Aprovação do modelo de consentimento livre e esclarecido para Transplante autólogo de células da fração mononuclear da medula óssea através da injeção percutânea intra-arterial para tratamento da doença arterial periférica com isquemia crítica.

## 6.9. COMISSÃO DE CONTROLO DA INFECÇÃO HOSPITALAR

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, esta Comissão realizou diversas atividades ao longo de 2013:

### Vigilância Epidemiológica

- Vigilância epidemiológica de incidência da infeção associada aos cuidados de saúde: infeção nosocomial e microrganismos epidemiologicamente significativos;
- Atualização da parametrização do sistema vigilância epidemiológica Vigiguard de acordo com as necessidades e baseada em orientações nacionais e internacionais;
- Vigilância epidemiológica da infeção do local cirúrgico e da infeção em UCI – Hospital in Europe Link for Infection Control through Surveillance (HELICS) - Programa de Prevenção e Controlo de Infeção e Resistência aos antimicrobianos (PPCIRA);
- Vigilância epidemiológica na UCI Neonatal - (PPCIRA);
- Vigilância epidemiológica da infeção nosocomial da corrente sanguínea - (PPCIRA);
- Vigilância epidemiológica de prevalência – *Global Prevalence Study on Infections in Urology (GPIU-study)- European Section on Infections in Urology (ESIU) and the UTI Commission of the International Society for Chemotherapy (ISC) of Infection and Cancer*;
- Vigilância epidemiológica de prevalência – *Global Prevalence Study on Infections in Prostate Biopsy (GPIU Prostate Biopsy Side Study)- European Section on Infections in Urology (ESIU) and the UTI Commission of the International Society for Chemotherapy (ISC) of Infection and Cancer*.

- Apresentação de resultados da vigilância epidemiológica realizada.

### **Investigação**

- "Gestão Estratégica Empresarial em Contexto Hospitalar: Implicações na Qualidade dos cuidados prestados-Infecção Hospitalar";
- "Estimativa dos custos das infeções nosocomiais da corrente sanguínea relacionada com o cateter venoso central no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental";
- "Hospital-Acquired infections: a cost estimation for CLABSI in Portugal-HSFX"

### **Formação / Acompanhamento Clínico**

- Organização, coordenação e participação em ações de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano anual de Formação),
- Colaboração em estágios da especialidade médica e com instituições de cursos de ensino pós-graduado, nomeadamente, Escolas Superiores de Enfermagem;
- Orientação das práticas clínicas;
- Continuação da elaboração ou atualização de recomendações e normas para o manual de prevenção e controlo de infeção do CHLO;
- Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção.
- Participação, como oradores convidados, no Congresso de Prevenção e Controlo da Infecção do Hospital de Santo António, Porto

### **Auditoria de estrutura, processo e resultado**

- Campanha Nacional para a Melhoria da Higiene das Mãos – Direcção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- Auditorias internas a indicadores de estrutura e processo.

### **Colaboração em atividades de gestão de materiais e equipamentos**

- Júri de concursos de escolha de material e consumo clínico.

## 6.10. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social integrado no universo dos Serviços de Apoio à Ação Médica, tem uma intervenção vocacionada para problemas sociais de exclusão, desfiliação e vulnerabilização social que, mediante práticas profissionais de mediação e de empowerment, procura potencializar a cidadania do indivíduo e a sua integração social, na promoção do bem-estar e dignidade do ser humano.

Tomando em atenção primordial a população mais vulnerável em condição de perigo/risco e, centrando o Serviço esforços, de uma forma crucial na intervenção direta, com o objetivo de transformar as situações e de resolver os problemas, a ação foi essencialmente desenvolvida para a seguinte missão:

- Evitar casos de protelamento de alta clínica e minimizar os que, dentro desse contexto, foram uma inevitabilidade. Daqui decorreram as seguintes linhas da atividade:
- Intensificação na identificação precoce das situações de fragilidade social agregada à doença, que se pudessem constituir como obstáculo à alta clínica.
- Mobilização/reorganização interna.- Perante a atual complexificação evidente dos casos, decorreu uma grande mobilização/unificação e reorganização da equipa. A exigência da missão, reportou-se a um maior investimento e disponibilidade junto das equipas clínicas, de capacitação, mobilização e agilidade na negociação com as famílias e, ainda de uma mediação interinstitucional célere e resiliente, para colmatar as necessidades emergentes detetadas junto dos doentes e seus agregados.
- Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCCI) /EGA- Equipas de Gestão de Altas- Aumento da referenciação de doentes e articulação com as instituições desta rede. Participação ativa na organização e gestão da produção EGA.

Foi ainda de relevo a atividade desenvolvida nas seguintes áreas:

- Construção de um "Guia de Recursos"- Organização da informação sobre as respostas sociais por temáticas (em fase de conclusão).
- Rede Social - Prestação efetiva como parceiro social, no núcleo de inter-freguesias-S. Francisco Xavier e Stª Maria de Belém, nos projetos: Transporte Solidário e Acesso aos Cuidados da Saúde.
- Firmado protocolo com a IPSS CrescerBem, para apoio na área da infância.
- Área Académica/Investigação- Estágios curriculares (Universidades de Lisboa: Católica Lusíada e Técnica-Instituto de Ciências Políticas e Sociais (ISCSP); e investigação retrospectiva 2009-2012, ainda em curso, no âmbito do Serviço Social CHLO, em sede de acompanhamento de tese de doutoramento do ISCSP, "Risco, incerteza e vulnerabilidade nos cuidados continuados de longa duração: perspetiva dos cuidadores informais".
- Participação em Congressos: Preleções no Simpósio de Nefrologia "Cuidados paliativos que intervenção?/Medidas conservadoras", no Congresso da Associação Portuguesa de Insuficientes Renais

e no III Seminário de Neurocirurgia e Neurotraumatologia: "Alta hospitalar- Dificuldades, constrangimentos...Que soluções?".

### RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL

Triagem	Actos Sociais			Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saídos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Acto Social Isolado	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
12.254	7.489	5.390	1.062	1.054	12.254	28.018	88	0,3%

## 7 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2013

### Janeiro

- ♦ **3º Simpósio de Tromboembolismo do CHLO**  
Organizado pela Comissão de Vigilância e Profilaxia do Tromboembolismo Venoso, realizou-se no dia 11 de janeiro, no Museu do Oriente.



### Fevereiro

- ♦ **Lançamento do Projeto: Bebés, Crianças e Jovens Seguros, no HSFX**  
No dia 8 de fevereiro decorreu o lançamento oficial deste projeto, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Diretor-Geral da Saúde. O projeto foi implementado no Serviço de Obstetria.



- ♦ **Ministro da Saúde visita o Serviço de Pediatria no Dia Mundial do Doente**  
No passado dia 11 de fevereiro, por ocasião do Dia Mundial do Doente, o Senhor Ministro da Saúde visitou as crianças internadas no Serviço de Pediatria.



## Março

### ♦ XV Simpósio de Atualização em Nefrologia

Organizado pelo Serviço de Nefrologia, decorreu no dia 9 de março. Teve como tema principal "Os Qs e os Porquês da elevada Incidência de Doença Renal Crónica em Portugal".



### ♦ Exposição "O lado humano do transplante"

Promovida pela Sociedade Portuguesa de Transplantação no âmbito da campanha "Doar um rim faz bem ao coração". Esta exposição foi inaugurada em 14 de março, no Museu da Eletricidade, com imagens de doentes e profissionais de saúde no contexto da transplantação, onde estiveram incluídas fotos do CHLO/HSC.



### ♦ 30º Curso de Dissecção do Osso Temporal/8º Curso de Dissecção do Osso Temporal

Realizou-se de 18 a 22 de março, no CHLO/HEM, organizado pelo Serviço de Otorrinolaringologia.

## Abril

### ♦ Visita do Senhor Ministro da Saúde às novas instalações do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, no Hospital de Egas Moniz

Decorreu no dia 1 de abril. Nestas novas instalações passaram a funcionar uma nova Unidade de Internamento, com 25 camas, uma nova Unidade de Cuidados de Ambulatório e uma nova Unidade de Dia.



- ♦ **Rastreio da Voz 2013**

Decorreu de 15 a 17 de abril, no CHLO/HEM, organizado pelo Serviço de Otorrinolaringologia. Foram observadas 262 pessoas.



## Maio

- ♦ **Reunião da Unidade de Intervenção Cardiovascular (UNICARV) do Serviço de Cardiologia – 2 VRT Vascular and restorative therapy & 6<sup>th</sup> intra coronary imaging course – OCT**

Realizou-se de 2 a 3 de maio, organizada pelos Serviços de Cardiologia do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, do Hospital Garcia de Orta e do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia. A inovação é já marca consolidada desta reunião, com a apresentação de casos de intervenção cardiovascular “ao vivo”.



- ♦ **Encontro “Um Dia com ... a Segurança do Doente”**

Realizou-se no dia 11 de maio, no auditório da Ordem dos Médicos, organizado pela Comissão de Gestão de Risco.



- ♦ **Reunião anual da Comissão de Controlo de Infecção**

Realizou-se durante o mês de maio, nas três unidades que constituem o Centro Hospitalar, dirigida a todos os profissionais, com a presença de palestrantes internos e externos. Teve como objetivo a apresentação de resultados de vigilância epidemiológica da infeção hospitalar e de acidentes de trabalho com risco biológico.



## Agosto

- ♦ **Serviço de Cardiologia Pediátrica realizou intervenção cardíaca por cateterismo em bebé de 1Kg.**

No nosso país nunca tinha sido realizado um cateterismo cardíaco de intervenção num recém-nascido de tão baixo peso. A intervenção foi um sucesso.



## Outubro

- ♦ **Exposição “A Vida e Obra de João dos Santos”**

A propósito do Dia Mundial da Saúde Mental, que se celebra a 10 de outubro, o Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência organizou uma exposição no HSFX sobre o centenário do nascimento do Dr. João dos Santos, médico psiquiatra da infância e adolescência, pedagogo e psicanalista.



- ♦ **Dia Mundial da Saúde Mental**

O Hospital de Dia de Psiquiatria assinalou o Dia Mundial da Saúde Mental, 10 de outubro, com a distribuição pelos serviços do CHLO/HEM do “kit de Saúde Mental”, com a apresentação de um filme realizado por profissionais, intitulado “Ajuda Fim”, e uma viagem com os utentes no Hipotripp pela cidade de Lisboa.



- ♦ **26<sup>as</sup> Jornadas de Cardiologia do Hospital de Egas Moniz**

Realizaram-se de 11 a 12 de outubro, com o objetivo de contribuir para a formação de médicos internos e promover a atualização de enfermeiros e técnicos de cardio-pneumologia. As jornadas contaram com 400 inscrições.



- ♦ **Atividades do Dia Mundial da Alimentação**

Realizaram-se a 16 de outubro, no CHLO/HEM. Foram organizadas pelo Serviço de Nutrição e Dietética e destinadas a utentes e profissionais, com o objetivo de divulgar práticas alimentares saudáveis.



- ♦ **Associação “Unidas para Vencer” assinala do Dia Nacional de Luta Contra o Cancro da Mama**

Na semana de 21 de outubro a 1 de novembro, a Associação “Unidas para Vencer” realizou várias atividades alusivas ao tema, nomeadamente uma mesa redonda com vários especialistas na área, moderada pelo comunicador António Sala.



- ♦ **I Jornadas de Enfermagem e Ortopédica**

Decorreram no dia 26 de outubro, no CHLO/HEM, subordinadas ao tema “Degenerescência Macular Ligada à Idade”.

- ♦ **Novas instalações da Oftalmologia Pediátrica no CHLO/HEM**

Esta nova ala dispõe de dois gabinetes médicos, uma sala de enfermagem, uma área dedicada à ortóptica e uma sala de espera adequada aos mais novos.



## Novembro

- ♦ **III Seminário de Enfermagem em Neurocirurgia e Neurotraumatologia do CHLO**

Decorreu no dia 7 de novembro, no CHLO/HEM, com o objetivo de partilhar experiências na área de Neurocirurgia e Neurotraumatologia.

- ♦ **Atividades da Semana da Diabetes**

Decorreram de 11 a 15 de novembro, organizadas pelo Serviço de Endocrinologia. A iniciativa contou com exposição de cartazes, distribuição de folhetos e avaliação de glicémia capilar aos utentes. No dia 12 de novembro, organizou-se uma caminhada à beira-rio.



- ♦ **Visita de profissionais de saúde da República Popular da China ao HSFX**

Decorreu no dia 12 de novembro, no âmbito da Conferência "The 10<sup>th</sup> Guanghai International Nursing Conference", organizada pela Guanghai International Education Association, realizada em Lisboa.

- ♦ **1º Encontro de Enfermeiros da Neonatologia da área de Lisboa**

Realizou-se de 15 a 16 de novembro, no HSFX. Na comissão organizadora e científica estiveram presentes todas as Unidades de Neonatologia de Lisboa e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Este encontro teve como principal objetivo refletir sobre a prática de cuidados em neonatologia e a importância da investigação e das práticas baseadas na evidência para a melhoria da qualidade dos cuidados.



- ♦ **Curso de cirurgia endoscópica naso-sinusal e da base do crânio com dissecação em cadáver**

Decorreu de 21 a 23 de novembro, a 4ª edição deste curso teórico-prático destinado ao ensino de médicos de otorrinolaringologia e neurocirurgia sobre as técnicas mais avançadas deste tipo de cirurgia. Este curso foi organizado pelo Serviço de Otorrinolaringologia e pelo Departamento de Anatomia da Faculdade de Ciências Médicas.

- ♦ **I Jornadas de Otorrinolaringologia do CHLO e do Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e Oeiras**

Decorreram de 28 a 29 de novembro, com o principal objetivo de melhorar a articulação entre os cuidados de saúde primários e o hospital.

- ♦ **CHLO na 7ª Edição dos Prémios de Boas Práticas em Saúde**

O CHLO foi selecionado e esteve presente no evento com a apresentação de 2 posters referentes aos projetos de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem do HEM, intitulados: "Avaliação da qualidade dos cuidados de enfermagem ao doente dependente" e "Prevenção de quedas em ambiente hospitalar".

## Dezembro

### ♦ Inauguração do Novo Equipamento de Litotricia Extracorporal

O evento decorreu no dia 10 de dezembro, com a presença do Senhor Ministro da Saúde e do Presidente do Conselho Diretivo da ARSLVT. Este novo aparelho permitirá tratar anualmente centenas de doentes de outros hospitais do SNS, rentabilizando a capacidade instalada, com diminuição de custos.



### ♦ IX Jornadas da Unidade de Neuropsicologia

Decorreram no dia 13 de dezembro, no CHLO/HEM, subordinadas ao tema "A investigação e a evidência em Neurociência", organizadas pela Unidade de Neuropsicologia.

### ♦ Campanha Egas Soldiário

Pelo 3º ano consecutivo foi realizada esta campanha. Trata-se de uma iniciativa de um grupo de profissionais, voluntários, do CHLO/HEM, que entregam cabazes de Natal, com produtos alimentares a famílias de utentes do hospital, identificadas em situação de carência económica.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus administradores nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos, o Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 36/2013 de 31 de Dezembro, nomeou, para um mandato de três anos, sob proposta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, Maria João Reis Solva Soares Pais, Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva, Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira, Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica) e Fernanda Maria Rosa (Enfermeira Diretora), respetivamente para os cargos de Presidente e de Vogais Executivos do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. A presente resolução reporta os seus efeitos ao dia 1 de Janeiro de 2014.

Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício, que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de Dezembro de 2013.

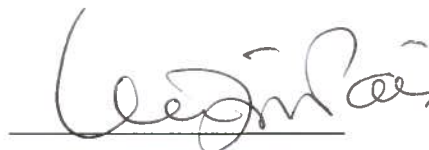
## 9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o previsto nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e tendo em consideração a exigência prevista no n.º 2 do artigo 23º dos Estatutos publicados em Anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE, vem propor que o resultado apurado no exercício de 2013, no montante de 1.079.305,23 euros. seja aplicado da seguinte forma:


Reserva Legal	215.861,05
Resultados Transitados	863.444,18

Lisboa, 26 de Março de 2014

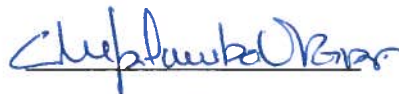
### O Conselho de Administração



Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais  
(Presidente e Diretora Clínica)



Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva  
(Vogal)



Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira  
(Vogal)



Enf.ª Fernanda Maria da Rosa  
(Enfermeira Diretora)

# 10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 10.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2013			2012
	Activo Bruto	Amort. / Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>ACTIVO</b>				
<b>IMOBILIZADO</b>				
<b>BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>				
Despesas de instalação	541.854,87	541.854,87	0,00	0,00
Despesas investigação e desenvolvimento/outras	607.033,17	607.033,17	0,00	0,00
Imobilizaç. em curso de imob. incorpóreas				
Adiantamentos por conta imob.incorpóreas				
Outras				
<b>Total das Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>1.148.888,04</b>	<b>1.148.888,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	95.152.337,74	40.194.145,93	54.958.191,81	58.458.130,00
Equipamento básico	62.163.882,99	55.725.068,20	6.438.814,79	8.832.192,36
Equipamento de transporte	2.276.179,34	1.963.595,35	312.583,99	330.105,62
Ferramentas e utensílios	601.699,81	601.521,01	178,80	3.199,91
Equipamento administrativo e informático	17.276.967,88	16.398.770,26	878.197,62	1.196.298,43
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	161.199,55	130.203,52	30.996,03	50.852,51
Imobilizaç. em curso de imobil. corpóreas	1.941.239,08		1.941.239,08	654.266,22
Adiantament por conta de imob.corpóreas				
<b>Total das Imobilizações corpóreas</b>	<b>179.573.506,39</b>	<b>115.013.304,27</b>	<b>64.560.202,12</b>	<b>69.525.045,05</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>0</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
<b>EXISTÊNCIAS</b>				
Matérias-primas,subsid.e consumo	6.949.227,41	258.624,53	6.690.602,88	8.812.243,08
Sub-produtos, desperd. resid. e refugos				
Produtos acabados intermédios				
Mercadorias				
Adiantament por conta de compras				
<b>Total das existências</b>	<b>6.949.227,41</b>	<b>258.624,53</b>	<b>6.690.602,88</b>	<b>8.812.243,08</b>
<b>DIVIDAS DE TERCEIROS - Medio e longo prazo</b>	<b>5.854.333,34</b>	<b>0,00</b>	<b>5.854.333,34</b>	<b>0,00</b>
<b>DIVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo</b>				
Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
Clientes c/c	518.663,66		518.663,66	9.517.427,16
Utentes c/c	690.198,89		690.198,89	568.933,60
Instituições do Estado	22.988.486,23		22.988.486,23	34.700.613,03
Clientes e utentes cobrança duvidosa	6.134.758,38	6.134.758,38	0,00	-83.515,16
Devedores por execução do orçamento				
Adiantamentos a fornecedores	1.124.422,91		1.124.422,91	460.696,84
Adiantamentos a fornec. imobilizado				
Estado e outros entes públicos	434.355,76		434.355,76	602.842,62
Outros devedores	10.787.361,87		10.787.361,87	10.303.198,63
<b>Total dividas de terceiros</b>	<b>42.678.247,70</b>	<b>6.134.758,38</b>	<b>36.543.489,32</b>	<b>56.070.196,72</b>
<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / CAIXA</b>				
Contas no tesouro	12.694.160,00		12.694.160,00	10.563.439,70
Depósitos em instituições financeiras	899.247,44		899.247,44	1.041.098,96
Caixa	3.959,56		3.959,56	17.122,94
<b>Total de depósitos e caixa</b>	<b>13.597.367,00</b>		<b>13.597.367,00</b>	<b>11.621.661,60</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
Acréscimos de proveitos	22.646.322,20		22.646.322,20	13.704.968,97
Custos diferidos	16.523,38		16.523,38	3.404,02
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>22.662.845,58</b>		<b>22.662.845,58</b>	<b>13.708.372,99</b>
<b>Total de amortizações</b>		<b>116.162.192,31</b>		
<b>Total de provisões</b>		<b>6.393.382,91</b>		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>272.464.415,46</b>	<b>122.555.575,22</b>	<b>149.908.840,24</b>	<b>159.737.519,44</b>

O Técnico Oficial de Contas

Relatório de Gestão e Contas 2013



O Conselho de Administração

105  


## 10.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2013	2012
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>		
Património	126.860.000,00	126.860.000,00
Reservas de reavaliação		
Reservas		
Reservas legais	947.288,29	947.288,29
Reservas estatutárias	58.831,59	58.831,59
Reservas Livres	12.774.118,72	12.774.118,72
Doações	1.992.483,31	1.848.802,84
Reservas decorrentes da transferência de activos	29.701.398,46	29.701.398,46
<b>Total das reservas</b>	<b>45.474.120,37</b>	<b>45.330.439,90</b>
Resultados transitados	-141.553.158,86	-131.806.345,97
Resultado líquido do exercício	1.079.305,23	-9.746.812,89
<b>TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL</b>	<b>31.860.266,74</b>	<b>30.637.281,04</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>PROVISÕES</b>		
Provisões para riscos e encargos	5.448.707,78	5.186.828,85
Outras provisões		
<b>Total de provisões</b>	<b>5.448.707,78</b>	<b>5.186.828,85</b>
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - Médio longo prazo</b>		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
<b>DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo</b>		
Adiantamentos de clientes, utentes e instit. Minist. Saúde	8.338.720,22	1.292.568,00
Fornecedores c/c	56.609.320,81	74.574.349,52
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	1.465.947,51	1.628.708,69
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado c/c	1.158.847,53	676.728,86
Estado e outros entes públicos	3.579.721,05	2.905.739,42
Outros credores	22.889.064,67	23.504.247,99
<b>Total dividas a terceiros</b>	<b>94.041.621,79</b>	<b>104.582.342,48</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
Acréscimos de custos	16.333.715,92	16.775.105,23
Proveitos diferidos	2.224.528,01	2.555.961,84
<b>Total acréscimos e diferimentos</b>	<b>18.558.243,93</b>	<b>19.331.067,07</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>118.048.573,50</b>	<b>129.100.238,40</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>	<b>149.908.840,24</b>	<b>159.737.519,44</b>

O Técnico Oficial de Contas



Relatório de Gestão e Contas 2013

O Conselho de Administração



106

## 10.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DE DEZEMBRO)

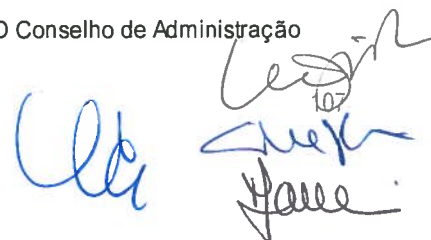
(euros)

	2013		2012	
<b>Custos e Perdas</b>				
<b>Custos das merc.vend.e das mat. consumidas</b>				
Mercadorias				
Matérias de consumo	77.050.611,54	77.050.611,54	77.320.030,38	77.320.030,38
Fornecimentos e serviços externos	27.481.212,52	27.481.212,52	29.239.966,78	29.239.966,78
<b>Custos com o pessoal</b>				
Remunerações	84.987.824,14		83.777.822,30	
<b>Encargos Sociais</b>				
Pensões	212.198,58		216.344,79	
Outros	18.432.094,38	103.632.117,10	15.820.448,38	99.814.615,47
		<b>208.163.941,16</b>		<b>206.374.612,63</b>
Transf. correntes conc. e prest. soc.			0,00	
Amortizações do exercício	7.743.905,65		8.998.522,81	
Provisões do exercício	356.227,96	8.100.133,61	920.711,18	9.919.233,99
Outros custos e perdas operacionais		157.772,30		118.103,01
	(A)	<b>216.421.847,07</b>		<b>216.411.949,63</b>
Custos e perdas financeiras		595.693,02		22.378,12
	(C)	<b>217.017.540,09</b>		<b>216.434.327,75</b>
Custos e perdas extraordinárias		6.453.311,07		7.437.724,92
	(E)	<b>223.470.851,16</b>		<b>223.872.052,67</b>
Imposto s/ rendimento do exercício		110.000,00		19.258,67
	(G)	<b>223.580.851,16</b>		<b>223.891.311,34</b>
Resultado líquido do exercício		<b>1.079.305,23</b>		<b>-9.746.812,89</b>
	<b>Total</b>	<b>224.660.156,39</b>		<b>214.144.498,45</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>				
<b>Vendas e prestação de serviços</b>				
Vendas		0,00		0,00
Prestação de serviços	200.288.066,91	200.288.066,91	195.959.038,02	195.959.038,02
Impostos, taxas e outros		0,00		0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00		0,00
Proveitos suplementares	2.414.671,57		1.538.588,21	
<b>Transferências e sub. correntes obtidos</b>				
Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
Transferências correntes obtidas	0,00		24.459,60	
Subsid. correntes obt-Out.ent.es públicos	0,00		0,00	
Subsid. correntes obt-de outras entidade	0,00		0,00	
Outros proveitos e ganhos operacionais	14.091.856,87	16.506.528,44	9.579.087,84	11.142.135,65
Reversões de Amortizações e Ajustamentos				
	(B)	<b>216.794.595,35</b>		<b>207.101.173,67</b>
Proveitos e ganhos financeiros		338.421,65		2.293.123,52
	(D)	<b>217.133.017,00</b>		<b>209.394.297,19</b>
Proveitos e ganhos extraordinários		7.527.139,39		4.750.201,26
	(F)	<b>224.660.156,39</b>		<b>214.144.498,45</b>
<b>Resumo</b>				
Resultados Operacionais: (B) - (A)		372.748,28		-9.310.775,96
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)		-257.271,37		2.270.745,40
Resultados Correntes: (D) - (C)		115.476,91		-7.040.030,56
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)		1.189.305,23		-9.727.554,22
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (G)		1.079.305,23		-9.746.812,89

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Relatório de Gestão e Contas 2013

### 10.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES ( 31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2013	2012
Vendas e prestação de serviços	200.288.066,91	195.959.038,02
Custo das vendas e prestação de serviços	189.790.388,22	185.352.333,34
<b>Resultados Brutos</b>	<b>10.497.678,69</b>	<b>10.606.704,68</b>
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	23.923.043,89	14.535.063,11
Custos Administrativos	18.373.552,94	17.371.881,97
Outros Custos e Perdas Operacionais	14.854.914,67	17.496.045,64
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>1.192.254,97</b>	<b>-9.726.159,82</b>
Custo Líquido de Financiamento	1.799,03	389,41
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
<b>Resultados Correntes</b>	<b>1.190.455,94</b>	<b>-9.726.549,23</b>
Impostos Sobre Resultados Correntes	110.000,00	19.258,67
<b>Resultados Correntes Após impostos</b>	<b>1.080.455,94</b>	<b>-9.745.807,90</b>
Resultados Extraordinários	-1.150,71	-1.004,99
Impostos Sobre Resultados Extraordinários	0,00	0,00
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1.079.305,23</b>	<b>-9.746.812,89</b>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL  
Conselho de Administração

*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: "Chur" (signature)  
 - Middle right: "Costa" (signature)  
 - Bottom right: "Halle" (signature)  
 - Far right: "Ols" (signature)  
 - Below "Halle": "(euros)"

#### 10.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2013		2012	
		TOTAIS		TOTAIS
<b>Recebimentos de clientes (i)</b>				
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	13.199.624,50		85.982.384,96	
Adiantam clientes, utentes e instituições	198.319.581,73		257.279.180,42	
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	78.636.086,31	<b>290.155.292,54</b>	99.934.616,29	<b>443.196.181,67</b>
<b>Pagamentos a fornecedores (ii)</b>				
COMPRAS	26.963.338,63		40.956.802,38	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	15.415.255,45		18.804.058,64	
Adiantamentos a fornecedores	1.868.616,51		1.256.485,04	
CORRECÇÃO A COMPRAS	53.983.576,34		104.329.276,77	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	10.062.207,10	<b>108.292.994,03</b>	11.626.740,16	<b>176.973.362,99</b>
<b>Pagamentos ao Pessoal (iii)</b>				
CUSTOS COM O PESSOAL	89.429.834,70		86.487.506,55	
Adiantamento a pessoal	45.138,30		52.084,10	
DESPESAS COM O PESSOAL	13.975.651,45	<b>103.450.624,45</b>	8.368.683,70	<b>94.908.274,35</b>
<b>(A) Fluxo gerado pelas operações (i - ii - iii)</b>		<b>78.411.674,06</b>		<b>171.314.544,33</b>
<b>Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento (B)</b>				
Imposto s/ rendimento do exercício (PC)	69.726,79		105.444,55	
Imposto s/ rendimento exercido anterior	0,00		0,00	
		<b>69.726,79</b>		<b>105.444,55</b>
<b>Outros recebimentos relativos à actividade operacional (C)</b>				
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	812.720,30		1.083.987,39	
TRANSFER. E SUBS. CORRENTES OBTIDOS	0,00		24.459,60	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	595.313,41		3.216.023,34	
Diferenças câmbio favorais	0,00		0,00	
Outros proveitos diferidos	0,00		0,00	
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	434.977,31		510.736,63	
Trnsferencias subs correntes obñidos	0,00		0,00	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	9.039.788,96		15.808.701,91	
Outros	6.748,07		9.072,66	
Adiantamentos a fornecedores	1.204.890,44		989.527,91	
Retenção de impostos s/ rendimento	17.973.087,36		12.823.106,73	
Imposto s/ valor acrescentado	278.103,83		362.024,99	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	9.787.721,97		8.479.323,71	
Outros	0,00		0,00	
Adiantamentos a pessoal	25.692,68		43.882,19	
Sindicatos	134.469,65		132.868,55	
Regularização de dividas p/ pordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	1.421.182,15	<b>41.714.696,13</b>	2.255.629,67	<b>45.739.345,28</b>
<b>Outros pagamentos relativos à actividade operacional (D)</b>				
Outros custos e perdas operacionais	156.592,70		65.338,05	
Custos diferidos	0,00		0,00	
Acréscimos e diferimentos	0,00		0,00	
Outros custos operacionais	180,00		25.120,00	
Adiantam clientes, utentes e inst Estado	86.449.395,58		199.610.074,77	
Retenção de impostos s/ rendimento	17.664.909,48		13.204.165,11	
Imposto s/ valor acrescentado	519.810,65		368.674,87	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	9.735.147,52		8.213.066,33	
Outros	0,00		0,00	
Sindicatos	134.336,27		132.863,16	
Regularização de dividas p/ pordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	1.623.980,29	<b>116.284.352,49</b>	2.258.133,66	<b>223.877.435,95</b>
<b>(E) Fluxo gerado antes das rúbricas extraordinárias: (A) - (B) + (C) - (D)</b>		<b>3.772.290,91</b>		<b>-6.928.990,89</b>

#### 10.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euro €)

	2013		2012	
		TOTAIS		TOTAIS
<b>Recebimento gerado com rubricas extraordinárias (F)</b>				
Recuperação de dívidas	0,00		0,00	
Ganhos em existências	0,00		0,00	
Ganhos em imobilizações	0,00		0,00	
Benefícios penalidades contratuais	6 635,17		18 114,99	
Outros proveitos/ganhos extraordinários	230,15	<b>6.865,32</b>	19.779,63	<b>37.894,62</b>
<b>Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (G)</b>				
Transferências de capital concedidas	0,00		0,00	
Perdas em existências	0,00		0,00	
Perdas em imobilizações	0,00		0,00	
Multas e penalidades	1.150,71		1.000,30	
Outros custos e perdas extraordinárias	159,60		33.148,39	
Restituições	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	0,00		0,00	
Outras correções	0,00		-3.319,11	
Custos e perdas extraordinários	4,69	<b>1.315,00</b>	150,00	<b>30.979,58</b>
<b>(1) Fluxo das actividades operacionais (E) + (F) - (G)</b>		<b>3.777.841,23</b>		<b>-6.922.075,85</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de: (H)</b>				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				
Amortização de empréstimos	0,00		0,00	
SUBSIDIOS DE INVESTIMENTO				
Subsídios para investimentos	0,00		3.578,61	
JUROS E PROVEITOS SIMILARES				
Proveitos e ganhos financeiros	349.723,60		2.295.733,12	
Proveitos e ganhos financeiros	11.151,04		9.772,95	
OUTROS RENDIMENTOS DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adiantamentos a fornecedores imobilizado		<b>360.874,64</b>		<b>2.309.084,68</b>
<b>Pagamentos respeitantes a: (J)</b>				
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS				
Concessão de empréstimos	0,00		0,00	
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Imobilizações corpóreas	300.717,85		342.219,17	
Imobilizações corpóreas	370.139,16		1.495.032,20	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
Imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Imobilizações em curso	1.363.556,15		-8.028,35	
Imobilizações em curso	120.773,03		834.220,24	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Bens do domínio público	0,00		0,00	
Bens do domínio público	0,00	<b>2.155.186,19</b>	0,00	<b>2.663.443,26</b>
<b>(2) Fluxo das actividades de investimento: (H) - (J)</b>		<b>-1.794.311,55</b>		<b>-354.358,58</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<b>Recebimentos provenientes de: (K)</b>				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
AUMENTOS CAPITAL PREST. SUP. E PRÉMIOS EMISSÃO				
Capital	0,00		0,00	
SUBSIDIOS E DOAÇÕES				
Subsídios	0,00		0,00	
Doações	9.000,00	<b>9.000,00</b>	2.174,40	<b>2.174,40</b>
<b>Pagamentos respeitantes a: (L)</b>				
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
JUROS E CUSTOS SIMILARES				
Custos e perdas financeiras	16.704,28		18.244,29	
Custos e perdas financeiras	120,00		2.232,09	
TRANSFERENCIAS CORRENTES CONCEDIDAS				
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00		0,00	
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00	<b>16.824,28</b>	0,00	<b>20.476,38</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3) = (K) - (L)</b>		<b>-7.824,28</b>		<b>-18.301,98</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>1.975.705,40</b>		<b>-7.294.736,41</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do Período (5)</b>				
Caixa	17.122,94		2.522,10	
Depósitos em inst. Financeiras	1.041.098,96		200.614,94	
Conta no Tesouro	10.563.439,70		18.713.260,97	
Títulos Negociáveis				
Outras aplicações tesouraria		<b>11.621.661,60</b>		<b>18.916.398,01</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no final do período (6) = (4) + (5)</b>		<b>13.597.367,00</b>		<b>11.621.661,60</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração





## 10.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

(euros)

Rubrica	2013		
	Valores		
	Cobrados	A cobrar	Total
Caixa	17.122,94		17.122,94
Depósitos	11.604.538,66		11.604.538,66
<b>I - SALDO INICIAL</b>	<b>11.621.661,60</b>		<b>11.621.661,60</b>
Títulos negociáveis	0,00		0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00
<b>Total das contas 15/18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Adiantamento de clientes	198.319.581,73	0,00	198.319.581,73
Adiantamento a fornecedores	1.204.890,44	1.124.422,91	2.329.313,35
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	28.038.913,16	0,00	28.038.913,16
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	25.692,68	0,00	25.692,68
Sindicatos	134.469,65	0,00	134.469,65
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	1.421.182,15	0,00	1.421.182,15
<b>Total das receitas de fundos alheios</b>	<b>229.144.729,81</b>	<b>1.124.422,91</b>	<b>230.269.152,72</b>
Subsídios de investimento	0,00	81.405,71	81.405,71
Outros proveitos diferidos	0,00	-42.037,19	-42.037,19
<b>Total da conta proveitos diferidos</b>	<b>0,00</b>	<b>39.368,52</b>	<b>39.368,52</b>
Empréstimos concedidos (Amortizações)	0,00	0,00	0,00
Fundo patrimonial (capital social)	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Doações	9.000,00	0,00	9.000,00
<b>Total da conta reservas</b>	<b>9.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.000,00</b>
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	13.199.624,50	187.087.959,41	200.287.583,91
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	812.720,30	1.601.951,27	2.414.671,57
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	595.313,41	13.496.543,46	14.091.856,87
Proveitos e ganhos financeiros	349.723,60	-11.301,95	338.421,65
Proveitos e ganhos extraordinários	6.865,32	336.128,75	342.994,07
<b>Total de proveitos do exercício</b>	<b>14.964.247,13</b>	<b>202.511.280,94</b>	<b>217.475.528,07</b>
<b>II - RECEITAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>244.117.976,94</b>	<b>203.675.072,37</b>	<b>447.793.049,31</b>
Correcções relativas a exercícios anteriores	88.128.751,69	-77.195.613,39	10.933.138,30
<b>III - RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIORES</b>	<b>88.128.751,69</b>	<b>-77.195.613,39</b>	<b>10.933.138,30</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>343.868.390,23</b>	<b>126.479.458,98</b>	<b>470.347.849,21</b>

## 10.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

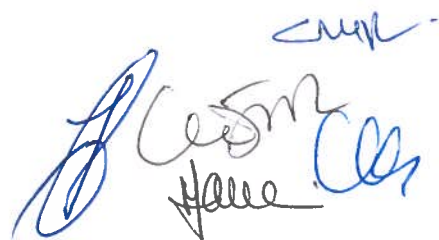
(euros)

Rubrica	2013		
	Valores		
	Pagos	Em dívida	Total
Adiantamentos de clientes	86.449.395,58	113.162.754,15	199.612.149,73
Adiantamentos a fornecedores	1.868.616,51	-663.726,07	1.204.890,44
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	27.919.867,65	2.400.104,01	30.319.971,66
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	45.138,30	-246.756,37	-201.618,07
Sindicatos	134.336,27	11.223,06	145.559,33
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	1.623.980,29	77.454,96	1.701.435,25
<b>Total da despesa de fundos alheios</b>	<b>118.041.334,60</b>	<b>114.741.053,74</b>	<b>232.782.388,34</b>
Custos Diferidos	0,00	0,00	0,00
Emprestimos concedidos (Concessão)	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Produtos farmacêuticos	19.790.166,13	29.127.991,95	48.918.158,08
Material de consumo clínico	6.806.714,69	16.899.834,60	23.706.549,29
Produtos alimentares	1.647,94	26.888,59	28.536,53
Material de consumo hoteleiro	111.945,81	307.721,00	419.666,81
Material de consumo administrativo	157.619,82	161.726,89	319.346,71
Material de manutenção e conservação	95.244,24	198.604,70	293.848,94
Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta de compras</b>	<b>26.963.338,63</b>	<b>46.722.767,73</b>	<b>73.686.106,36</b>
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	300.717,85	607.756,39	908.474,24
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	1.363.556,15	-76.583,29	1.286.972,86
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta de imobilizações</b>	<b>1.664.274,00</b>	<b>531.173,10</b>	<b>2.195.447,10</b>
Assistência ambulatória	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Produtos vendidos por farmácias	0,00	0,00	0,00
Internamentos	0,00	0,00	0,00
Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00
Aparelhos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Trabalhos executados no exterior	950.328,29	6.244.692,31	7.195.020,60
Outros subcontratos	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta de subcontratos</b>	<b>950.328,29</b>	<b>6.244.692,31</b>	<b>7.195.020,60</b>
Fornecimentos e serviços de terceiros	14.464.927,16	5.821.264,76	20.286.191,92
Transferências corrent. Conc. E prest. Sociais	0,00	0,00	0,00
Remunerações dos órgãos directivos	259.258,10	33.661,80	292.919,90
Remunerações base do pessoal	56.001.182,20	5.198.133,80	61.199.316,00
Suplementos de remuneração	12.754.970,30	0,00	12.754.970,30
Prestações sociais directas	93.602,51	0,00	93.602,51
Subsidio de ferias e natal	5.412.900,31	5.234.115,12	10.647.015,43
Prémios de desempenho	0,00	0,00	0,00
Pensões	212.198,58	0,00	212.198,58
Encargos s/ remunerações	14.177.261,49	3.684.993,76	17.862.255,25
Seg. acidentes trab./Doenç. profissionais	239.447,56	0,00	239.447,56
Encargos sociais voluntários	134.725,99	0,00	134.725,99
Outros custos com pessoal	144.287,66	51.377,92	195.665,58
<b>Total da conta de despesas com pessoal</b>	<b>89.429.834,70</b>	<b>14.202.282,40</b>	<b>103.632.117,10</b>
Outros custos e perdas operacionais	156.592,70	1.179,60	157.772,30
Custos e perdas financeiras	16.704,28	578.988,74	595.693,02
Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	0,00
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	16.014,23	16.014,23
Multas e penalidades	1.150,71	0,00	1.150,71
Outros custos e perdas extraordinárias	159,60	185.368,96	185.528,56
<b>Total da conta custos/perdas extraordinárias</b>	<b>1.310,31</b>	<b>201.383,19</b>	<b>202.693,50</b>
Imposto s/ rendimento exercício (PC)	84.355,76	25.644,24	110.000,00
<b>IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>251.773.000,43</b>	<b>189.070.429,81</b>	<b>440.843.430,24</b>
C.R.E.A. - Despesas com pessoal	13.975.651,45	-13.975.651,45	0,00
C.R.E.A. - Outros	64.537.000,32	-64.574.330,38	-37.330,06
<b>V - DESPESAS EXERCÍC. ANTERIORES</b>	<b>78.512.651,77</b>	<b>-78.549.981,83</b>	<b>-37.330,06</b>
Caixa	3.959,56		3.959,56
Depósitos	13.593.407,44		13.593.407,44
<b>VI - SALDO FINAL</b>	<b>13.597.367,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.597.367,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>343.883.019,20</b>	<b>110.520.447,98</b>	<b>454.403.467,18</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração





## 10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - PROVEITOS E GANHOS

(euros)

Rubrica	2013		
	Orçamentado	Emitido	Cobrados
<b>Vendas e Prestações de Serviços</b>			
Vendas	0,00	0,00	0,00
<b>Prestações de serviços SNS Contrato Programa</b>			
Internamento	86.320.087,94	80.252.697,00	0,00
Consulta	53.874.444,95	50.910.156,00	0,00
Urgência/SAP	15.757.602,35	15.360.789,00	0,00
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	1.647.613,06	796.743,00	0,00
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	0,00	0,00	0,00
De terapêutica	0,00	0,00	0,00
Taxas moderadoras	0,00	0,00	0,00
Outras prestações de serviço de saúde	26.141.252,94	40.991.615,86	0,00
<b>Prestações de serviços Outras Entidades Responsaveis</b>			
Internamento	1.585.857,17	1.622.878,20	0,00
Consulta	34.464,14	241.636,61	0,00
Urgência/SAP	452.597,52	274.177,38	0,00
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	0,00	0,00	0,00
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	782.505,14	886.600,71	0,00
De terapêutica	6.201.853,89	4.679.564,16	0,00
Taxas moderadoras	3.305.768,51	3.920.930,15	0,00
Outras prestações de serviço de saúde	152.303,02	337.918,92	0,00
Outras prestações de serviços	5.865,04	12.359,92	0,00
<b>Total da conta 712</b>	<b>196.262.215,67</b>	<b>200.288.066,91</b>	<b>0,00</b>
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	1.894.971,00	2.414.671,57	0,00
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>			
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
<b>Transferências correntes obtidas</b>			
Da ACSS	0,00	0,00	0,00
Do PIDDAC	0,00	0,00	0,00
EU-Fundos Comunit. Proj não co-financ.	29.352,00	0,00	0,00
Outras Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
<b>Total da conta 74</b>	<b>29.352,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
<b>Outros proveitos e ganhos operacionais</b>			
Reembolsos	8.773.025,00	7.766.349,07	0,00
Produtos de fabricação interna	0,00	0,00	0,00
Não especificados alheios ao valor acrescentado	0,00	0,00	0,00
Outros	300.162,00	6.325.507,80	0,00
<b>Total da conta 76</b>	<b>9.073.187,00</b>	<b>14.091.856,87</b>	<b>0,00</b>
Proveitos e ganhos financeiros	200.000,00	338.421,65	0,00
Proveitos e ganhos extraordinários	1.500.000,00	7.527.139,39	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>208.959.725,67</b>	<b>224.660.156,39</b>	<b>0,00</b>



(buros)

## 10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

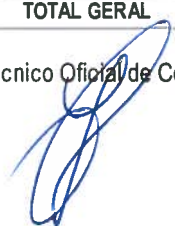
Rubrica	2013				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
<b>Custos Merc. Vend. E Mat. Cons.</b>					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos Farmacêuticos	51.700.205,00	0,00	0,00	51.470.885,80	
Material de Consumo Clínico	23.011.532,00	0,00	0,00	24.468.660,35	
Produtos Alimentares	76.321,00	0,00	0,00	29.490,09	
Material Consumo Hoteleiro	357.443,00	0,00	0,00	434.704,03	
Material de Consumo Administrativo	425.530,00	0,00	0,00	352.040,95	
Material de Manutenção/Conservação	241.447,00	0,00	0,00	294.830,32	
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total da conta 61</b>	<b>75.812.478,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>77.050.611,54</b>	
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>					
<b>Subcontratos</b>					
<b>Trabalhos executados exterior</b>					
<b>Em entidades Ministério Saúde</b>					
Assistência ambulatória	762,00	0,00	0,00	217,00	
Meios Complementares diagnóstico	578.663,00	0,00	0,00	519.781,34	
Meios Complementares terapêutica	3.221.582,00	0,00	0,00	2.850.635,18	
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Intern, serv.enf, part./T.doentes	5.871,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	932.830,89	
<b>Total da conta 62181</b>	<b>3.806.878,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.303.464,41</b>	<b>0,00</b>
<b>Em outras entidades</b>					
Assistência ambulatória	328.938,00	0,00	0,00	378.661,20	
Meios Complementares diagnóstico	876.075,00	0,00	0,00	917.987,89	
Meios Complementares terapêutica	29.869,00	0,00	0,00	32.133,92	
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Intern, serv.enf, part./T.doentes	1.815.804,00	0,00	0,00	1.558.438,99	
Aparelhos Complem. Terapêutica	0,00	0,00	0,00	750,00	
Assistência no estrangeiro	32.191,00	0,00	0,00	3.584,19	
Termalismo social	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	579.900,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total da conta 62189</b>	<b>3.662.777,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.891.556,19</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DA CONTA 6218</b>	<b>7.469.655,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.195.020,60</b>	<b>0,00</b>
Outros subcontratos	111.938,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Fornecimentos e Serviços</b>					
Fornecimentos e Serviços I	5.879.889,00	0,00	0,00	6.018.917,56	
Fornecimentos e Serviços II	2.497.165,00	0,00	0,00	1.705.492,46	
Fornecimentos e Serviços III	13.041.695,00	0,00	0,00	12.477.883,40	
Outros Fornecimentos e Serviços	89.665,00	0,00	0,00	83.898,50	
<b>Total da conta 622</b>	<b>21.508.414,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.286.191,92</b>	<b>0,00</b>
<b>Total da Conta 62</b>	<b>29.090.007,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.481.212,52</b>	<b>0,00</b>
Transferências correntes conced./Prest sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2013				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
<b>Despesas com Pessoal</b>					
<b>Remunerações órgãos directivos</b>					
Remunerações base	280.661,00	0,00	0,00	181.965,93	
Subsidio de férias e natal	0,00	0,00	0,00	48.152,99	
Suplementos de remunerações	0,00	0,00	0,00	62.800,98	
Prestações sociais directas	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras remunerações	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total da conta 641</b>	<b>280.661,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>292.919,90</b>	<b>0,00</b>
<b>Remunerações base do pessoal</b>					
RCTFP por tempo indeterminado	10.257.500,00	0,00	0,00	29.466.616,17	
Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	5.480.600,00	0,00	0,00	6.226.951,91	
Pessoal Reg cont ind trabalho	21.092.492,00	0,00	0,00	24.961.457,64	
Pessoal em qualquer outra situação	522.984,00	0,00	0,00	544.290,28	
<b>Total da conta 6421</b>	<b>37.353.576,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>61.199.316,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Suplementos de remuneração</b>					
Horas extraordinárias	4.593.729,00	0,00	0,00	4.457.183,90	
Prevenções	1.207.500,00	0,00	0,00	1.167.549,32	
Noites e Suplementos	5.048.148,00	0,00	0,00	2.864.222,87	
Subsidio de turno	0,00	0,00	0,00	108.205,64	
Abono para falhas	2.672,00	0,00	0,00	1.952,83	
Subsidio de refeição	3.516.860,00	0,00	0,00	3.560.151,28	
Ajudas de custo	2.897,00	0,00	0,00	3.400,26	
Vestuario, artig pes,alim e alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	
SIGIC	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros suplementos	392.278,00	0,00	0,00	592.304,20	
<b>Total da conta 6422</b>	<b>14.764.084,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.754.970,30</b>	<b>0,00</b>
Prestações sociais diversas	93.371,00	0,00	0,00	93.602,51	
Subsidio de ferias e natal	6.084.901,00	0,00	0,00	10.647.015,43	
Pensões	253.175,00	0,00	0,00	212.198,58	
Encargos s/ remunerações	0,00	0,00	0,00	17.862.255,25	
Seg acidentes trab/Doenç profissionais	326.064,00	0,00	0,00	239.447,56	
Encargos sociais voluntários	252.310,00	0,00	0,00	134.725,99	
Outros custos com pessoal	185.365,00	0,00	0,00	195.665,58	
<b>Total da Conta 64</b>	<b>59.593.507,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>103.632.117,10</b>	<b>0,00</b>
Outros custos operacionais	170.000,00	0,00	0,00	157.772,30	
Amortizações do exercicio	9.054.209,00	0,00	0,00	7.743.905,65	
Provisões do exercicio	250.000,00	0,00	0,00	356.227,96	
Custos e perdas financeiras	22.000,00	0,00	0,00	595.693,02	
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>					
Donativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dividas incobráveis	0,00	0,00	0,00	278.752,24	
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00	258.624,53	
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00	16.014,23	
Multas e penalidades	30.340,00	0,00	0,00	1.150,71	
Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Correcções relativas a anos anteriores	1.065.212,00	0,00	0,00	5.713.240,80	
Outros custos e perdas extraordinárias	160,00	0,00	0,00	185.528,56	
<b>Total da conta 69</b>	<b>1.095.712,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.453.311,07</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>175.087.913,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>223.470.851,16</b>	<b>0,00</b>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



## 10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

(euros)

Rubrica	2013				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas/Cobradas
<b>Compras</b>					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Produtos Farmacêuticos</b>					
Medicamentos	71.991.650,74	0,00	0,00	51.027.860,53	
Reagentes e prod.diag. Rápido	4.223.307,57	0,00	0,00	3.944.788,92	
Outros produtos farmacêuticos	21.466,94	0,00	0,00	29.635,25	
Material de Consumo Clínico	25.071.472,68	0,00	0,00	23.707.682,13	
Produtos Alimentares	74.832,97	0,00	0,00	28.536,53	
Material Consumo Hoteleiro	543.207,35	0,00	0,00	419.666,81	
Material de Consumo Administrativo	417.784,54	0,00	0,00	319.346,71	
Material de Manutenção/Conservação	330.247,25	0,00	0,00	293.848,94	
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total das Compras</b>	<b>102.673.970,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>79.771.365,82</b>	<b>0,00</b>
DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	0,00			2.807,25	
DESCONTO ABATIMENTOS COMPRA	0,00			6.082.452,21	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>102.673.970,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>85.851.010,78</b>	<b>0,00</b>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL  
Conselho de Administração

## 10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

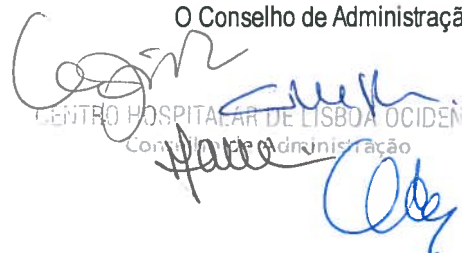
(euros)

Rubrica	2013				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	489.000,00	0,00	0,00	554.752,43	
<b>Equipamento Básico</b>					
Médico-Cirúrgico	740.000,00	0,00	0,00	359.140,65	
de Imagiologia	1.000.000,00	0,00	0,00	48.394,65	
de Laboratório	0,00	0,00	0,00	-19.723,59	
Mobiliário Hospitalar	0,00	0,00	0,00	-22.385,89	
Desinfecção e esterilização	0,00	0,00	0,00	2.734,29	
de Hotelaria	0,00	0,00	0,00	-111.412,87	
Outro	0,00	0,00	0,00	-5.552,65	
<b>Total da conta 423</b>	<b>1.740.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>251.194,59</b>	<b>0,00</b>
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	55.725,15	
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00	0,00	-1.194,76	
<b>Equipamento Administrativo e Informático</b>					
Equipamento Administrativo	100.000,00	0,00	0,00	-26.822,46	
Equipamento Informático	191.500,00	0,00	0,00	89.192,68	
<b>Total da conta 426</b>	<b>291.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>62.370,22</b>	<b>0,00</b>
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total Imobilizações Corpóreas</b>	<b>2.520.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>922.847,63</b>	<b>0,00</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Imobilizações Em Curso</b>					
Imobilizações em curso	1.830.200,00	0,00	0,00	1.286.972,86	
<b>Bens de Domínio Público</b>					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.350.700,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.209.820,49</b>	<b>0,00</b>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL  
Conselho de Administração

## ANEXO - GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2013

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>I</b>	<b>Missão, Objetivos e Políticas</b>	X		X		3	
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		4	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		7	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		8	
<b>II</b>	<b>Estrutura de Capital</b>	X		X		9	
1.	Estrutura de capital	X		X		9	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		10	N/A
3.	Acordos parassociais.	X		X		10	N/A
<b>III</b>	<b>Participações Sociais e Obrigações detidas</b>	X		X		10	N/A
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		10	N/A
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		10	N/A
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		10	N/A
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		10	N/A
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		10	N/A
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		11	N/A
<b>IV</b>	<b>Órgãos Sociais e Comissões</b>	X		X		11	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
<b>A.</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b>	X		X		11	N/A
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		11	N/A
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		11	N/A
<b>B.</b>	<b>Administração e Supervisão</b>	X		X		11	
1.	Modelo de governo adotado	X		X		11	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		12	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		12	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		12	N/A
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do CA	X		X		13	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X		16	N/A
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		17	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		17	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X		X		18	
<b>C.</b>	<b>Fiscalização</b>	X		X		18	
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do n.º estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		18	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		19	N/A
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		19	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		20	N/A
<b>D.</b>	<b>Revisor Oficial de Contas</b>	X		X		20	N/A
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		20	N/A
2.	Indicação das limitações, legais	X		X		21	N/A
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		21	N/A

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		21	N/A
<b>E.</b>	<b>Auditor Externo</b>	X		X		21	N/A
1.	Identificação.	X		X		21	N/A
2.	Política e periodicidade da rotação	X		X		21	N/A
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		21	N/A
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		21	N/A
<b>V.</b>	<b>Organização Interna</b>	X		X		22	
<b>A.</b>	<b>Estatutos e Comunicações</b>	X		X		22	
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		22	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		22	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		22	
<b>B.</b>	<b>Controlo interno e gestão de riscos</b>	X		X		24	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		24	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		25	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		25	N/A
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		25	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		25	N/A
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		25	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		28	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		29	N/A
<b>C.</b>	<b>Regulamentos e Códigos</b>	X		X		30	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		30	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		30	
<b>D.</b>	<b>Sítio de Internet</b>	X		X		31	
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		31	
<b>VI</b>	<b>Remunerações</b>	X		X		32	
<b>A.</b>	<b>Competência para a Determinação</b>	X		X		32	
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		32	
<b>B.</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b>	X		X		32	N/A

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	Composição.	X		X		32	N/A
<b>C.</b>	<b>Estrutura das Remunerações</b>	X		X		32	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		32	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		33	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		33	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		33	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		33	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		33	
<b>D.</b>	<b>Divulgação das Remunerações</b>	X		X		33	
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		33	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		35	N/A
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		35	N/A
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X		X		35	N/A
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		35	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		35	N/A
<b>VII</b>	<b>Transações com partes Relacionadas e Outras</b>	X		X		35	
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		35	N/A
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		36	
<b>VIII</b>	<b>Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental</b>	X		X		37	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		37	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		38	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X		X		41	
<b>IX</b>	<b>Avaliação do Governo Societário</b>	X		X		43	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		43	
2.	Outras informações	X		X		44	N/A

# 12 ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

## 12.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

### 12.1.1. IDENTIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO

O **Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO)** é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado Português, constituída de acordo com o Decreto - Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

### 12.1.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

### 12.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A Estrutura Organizacional do CHLO encontra-se detalhada no ponto 3 do Relatório de Gestão, dando-se aqui por integralmente reproduzida.

### 12.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. está integrado no Serviço Nacional de Saúde e tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizarem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral.

O CHLO tem também por objeto desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, estando a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa.

A atividade do CHLO é exercida de forma coordenada pelas três unidades hospitalares que o integram, em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de saúde relativas à execução da política nacional de saúde. Assim, a grande maioria dos preços praticados pelo CHLO é aprovada oficialmente, sendo o volume de produção, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

### 12.1.5. RECURSOS HUMANOS

Os órgãos sociais do CHLO nomeados para o triénio 2011-2013 são compostos pelos seguintes elementos:

#### Conselho de Administração

Maria João Reis Silva de Soares e Pais	Presidente
Maria Celeste Malveiro Serra S.S. dos Anjos Silva	Vogal Executivo
Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	Vogal Executivo
Fernanda Maria Rosa	Enfermeira Diretora

## Fiscal Único

Foi nomeado para o triénio 2011-2013:

Fiscal Único Efetivo BDO & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal suplente Manuel Aleixo Dias.

## Pessoal ao serviço do CHLO

Em 31 de Dezembro de 2013, estavam ao serviço do CHLO 3.863 colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e outro pessoal dirigente, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Grupo Pessoal	Total
Conselho Administração	4
Dirigentes	20
Pessoal com Contrato Individual Trabalho	1.844
Pessoal com Vínculo à Função Pública	1.941
Pessoal em Regime de Prestação de Serviços	54
<b>Total</b>	<b>3.863</b>

Em 31 de Dezembro de 2012 estavam ao serviço do CHLO, 4.058 colaboradores.

### 12.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

#### a) Manual de procedimentos

O CHLO dispõe de procedimentos instituídos nas diversas áreas e principais rotinas, os quais estão integrados num Manual de Procedimentos por área.

#### b) Livros de registo

Os movimentos são lançados ou integrados, para efeitos de apuramento da informação contabilística e de gestão do CHLO com recurso às diversas aplicações informáticas disponíveis e são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

#### **c) Organização do arquivo dos documentos de suporte**

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados, por "pagos" e "cobrados", por número sequencial de caixa e por "Faturas em Aberto por Cliente" e "Faturas em Aberto por Fornecedor". Existe ainda o arquivo relativo ao diário de "Operações Diversas".

Em termos contabilísticos, algumas rotinas geram um número de documento interno, com numeração sequencial de base anual.

#### **d) Sistemas informáticos utilizados**

O Centro Hospitalar mantém os seus registos contabilísticos na plataforma informática SISCONT da SHI.

Os principais sistemas informáticos utilizados no CHLO são os seguintes:

- Contabilidade Patrimonial e Analítica – SISCONT da SHI ;
- Contas Correntes – SISCONT da SHI ;
- Caixa e Bancos – SISCONT da SHI ;
- Faturação – Sonho da ACSS ;
- Gestão de Recursos Humanos – RHV da ACSS;
- Gestão do Património – GIAF da INDRA;
- Gestão de Stocks – da GLINTT.

#### **e) Demonstrações financeiras Intercalares**

São preparadas demonstrações financeiras mensais que são enviadas para a ACSS, IP.

#### **f) Descentralização contabilística**

As instalações físicas do CHLO estão dispersas pelas três Unidades Hospitalares referidas em 11.1.1. e pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da Ajuda, pelo que algumas rotinas são descentralizadas, sendo a respetiva integração assegurada periodicamente.

## **12.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **12.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA**

#### **Base de preparação das contas**

O artigo 24º do Projeto de Estatutos publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, estabelece que o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. deve seguir o Plano Oficial de

Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), com as adaptações necessárias a estabelecer por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

Entretanto, foi publicado o Despacho nº 17164/2006, de 25 de Agosto, admitindo a possibilidade de existência de algumas contas previstas no POC – Plano Oficial de Contabilidade e a dispensa da utilização das contas de controlo orçamental e de ordem (classe 0 e contas 25), bem como os documentos previsionais e de prestação de contas inerentes.

Deste modo, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o POCMS, adaptado em função do referido Despacho.

Consequentemente, as notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no POCMS. As notas cuja numeração não consta deste anexo, não são aplicáveis ao CHLO ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

Os valores indicados são expressos em euros.

#### **12.2.2. COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS**

Nos mapas das demonstrações financeiras, os valores do exercício são comparáveis com os do exercício anterior.

#### **12.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E MÉTODOS DE CÁLCULO**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da empresa, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações do Centro, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

### 12.2.3.1. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Os principais critérios valorimétricos adotados foram os seguintes:

#### **a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas**

As imobilizações incorpóreas e corpóreas estão escrituradas ao custo histórico, com exceção dos bens móveis adquiridos até 31/12/2002 que foram valorizados com base numa avaliação independente, realizada por uma empresa da especialidade, nas três entidades que antecederam o CHLO.

O património Imóvel, não obstante também ter sido avaliado, não foi objeto de qualquer alteração, dado que foi determinado pela ACSS o adiamento do registo contabilístico do efeito da avaliação, enquanto não estiver perfeitamente definida a solução adotar relativamente ao modelo de gestão do património imobiliário afeto às entidades públicas empresariais do sector da saúde.

O novo edifício do Hospital de S. Francisco Xavier, transferido da Direcção Geral do Património em 2005, encontra-se valorizado ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em regime de duodécimos.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

#### **b) Existências**

As entradas de existências são registadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas e consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Os saldos finais de balanço são ainda ajustados na sequência das contagens físicas efetuadas com referência ao final do exercício.

#### **c) Provisões para clientes de cobrança duvidosa**

Em face da análise dos riscos de crédito, o Centro Hospitalar adotou o critério de provisionar os créditos em mora em função do nível de risco atribuído a cada grupo de entidades (clientes e devedores diversos) e da antiguidade das respetivas dívidas, assumindo um critério semelhante ao fiscalmente definido como máximo aceitável.

Relativamente aos créditos de entidades públicas, que em alguns casos têm uma antiguidade significativa, têm, no entanto, vindo a ser progressivamente regularizados, razão pela qual se optou, já no exercício de 2006, por não efetuar quaisquer provisões para riscos de cobrança associados a estes créditos. Este critério foi mantido, de forma consistente, no decurso dos exercícios de 2006 a 2013. Para as dívidas das Regiões Autónomas, foi entendimento do Conselho de Administração em anos anteriores que, dado a antiguidade bastante elevada da dívida e não terem ocorrido pagamentos, não era possível avaliar se, ou quando, se processaria a recuperação das dívidas destas entidades, razão pela qual o Conselho de Administração achou prudente manter e reforçar a provisão constituída em 2006 até 2010. Em 2011 foi vontade do Conselho de Administração alterar a política contabilística que vinha sendo adotada, passando a não reconhecer provisões para as dívidas das Regiões Autónomas e anulando, conseqüentemente, as provisões anteriormente constituídas para este fim. Esta posição do Conselho de Administração é tomada face à posição assumida pela ACSS – Administração Central dos Sistemas de Saúde, I.P., no âmbito da correspondência trocada, reitera as instruções de que “devem os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde manter a faturação às Regiões Autónomas nos termos do ofício circular nº 11702, de 15/12/2006”.

#### ***d) Provisão para outros riscos e encargos***

A provisão para outros riscos e encargos foi determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros a 31 de Dezembro e tendo em conta também o histórico das ações julgadas no passado.

A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.

#### ***e) Provisões para existências***

Estas provisões são determinadas em função da rotatividade das existências, bem como da sua data de validade, nos casos em que não se encontra assegurada a respetiva reposição pelos fornecedores, sempre com referência à data de encerramento de cada exercício.

#### **f) *Locação financeira***

No ano de 2013 não foram adquiridos ativos imobilizados mediante contratos financeiros. Contudo quando se verifica a aquisição mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

#### **g) *Especialização dos exercícios***

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (exceto no indicado na alíneas j) abaixo).

Consequentemente, o CHLO regista nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos, do Ativo e do Passivo, os efeitos decorrentes das operações de especialização associadas a custos e proveitos cuja documentação de suporte ainda não estava disponível à data de 31 de Dezembro, bem como outras estimativas associadas à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- Reconhecimento dos proveitos imputáveis ao período e ainda não faturados, relativos a Internamentos e atos médicos, com exceção dos relativos aos atos médicos em curso à data do balanço;
- As remunerações e respetivos encargos relativos a horas extraordinárias, férias e subsídio de férias, vencidos e não pagos no final de cada exercício;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de compras e custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de bens e serviços prestados por terceiros ainda no exercício em análise;
- Subsídio recebido a fundo perdido para financiamento de imobilizações, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas, a partir do momento em que as mesmas entrarem em funcionamento, de acordo com o referido na alínea seguinte.

#### ***h) Subsídios ao investimento***

Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das amortizações praticadas sobre os bens financiados.

#### ***i) Pensões de reforma***

O Centro Hospitalar não tem responsabilidade de pagamento de complementos de Aposentações e de Pensões de sobrevivência de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

#### ***j) Registo dos proveitos correspondentes a atos médicos***

Os proveitos correspondentes aos atos médicos efetuados no hospital são reconhecidos em resultados no momento em que são realizados, exceto nos casos de valorização dos atos médicos em curso à data do balanço, que só são faturados depois de codificados.

#### ***k) Imposto sobre o rendimento (IRC)***

A contabilização do imposto sobre o rendimento é efetuada de acordo com o método corrente, com base na estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar em relação ao ano a que respeita.

De acordo com o n.º 1 do artigo 52.º do CIRC e para prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012, o prazo de reporte é de 5 anos. Este prazo é aplicável a qualquer entidade, independentemente de esta exercer, ou não, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 4 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos.

Desde 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2012, encontra-se limitada a 75% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Em 31 de Dezembro de 2012, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam 97.101.203,22 euros.

<b>Exercício</b>	<b>Prejuízo fiscal dedutível</b>
<b>2008</b>	9.757.202,62
<b>2009</b>	24.305.346,44
<b>2010</b>	32.742.136,08
<b>2011</b>	18.475.688,05
<b>2012</b>	11.820.830,03
<b>Total</b>	<b>97.101.203,22</b>

Em 2013, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, não foram reconhecidos contabilisticamente, por uma questão de prudência, impostos diferidos ativos, não se tendo adotado os procedimentos previstos na Diretriz Contabilística nº. 28

### 12.2.3.2. MÉTODOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

#### a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro, utilizando-se o método das quotas constantes a partir do dia da entrada em funcionamento dos bens, sendo calculadas numa base diária, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período de vida útil estimada.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

<b>Rubricas</b>	<b>% Anual</b>
Edifícios e Outras construções	2% a 10%
Equipamento básico	12,5% a 33,33%
Equipamento transporte	14,28% a 25%
Ferramentas e utensílios	14,28% a 25%
Equipamento administrativo	10% a 33,33%
Outras imobilizações corporéas	12,5% a 25%

Os bens cujo valor unitário não ultrapasse os 1.000,00 euros são amortizados integralmente no decurso do ano da aquisição.

## **b) Provisões**

Foram constituídas as seguintes provisões:

- **Provisão de dívidas a receber**

Foram constituídas provisões para dívidas a receber, de acordo com o seguinte critério:

- Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses e até 12 meses;
- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;
- Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- Provisionadas integralmente as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses.

O Conselho de Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de risco atrás referidos, no montante de 6.134.758,38 euros, acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

- **Provisão para riscos e encargos**

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, de acordo com o seguinte critério:

- A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.
- A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros.

Face ao entendimento do Conselho de Administração, suportado na opinião expressa pelos seus Advogados, foi reduzida em 94.349,03 euros a provisão para processos judiciais em curso que se encontrava constituída e reforçada a provisão para risco da atividade em 356.227,96 euros em virtude da possibilidade de não se conseguir cobrar as taxas moderadoras especializadas no final do exercício.

- **Responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência**

O CHLO assumia a responsabilidade pelo pagamento de complementos de aposentações e de pensões de sobrevivência em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro, e no Decreto-Lei nº 141/79, de 22 de Maio.

A partir de 01 de Janeiro de 2011 e de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro essa responsabilidade passou a ser suportada pelas verbas de alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das Entidades integradas no SNS.

No exercício de 2013 foram pagos complementos de aposentação e sobrevivência no montante 216.344,78 euros, tendo sido pago exatamente o mesmo montante em 2012.

### **c) Impostos**

O Centro Hospitalar encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) .

No exercício em apreço, atendendo, à existência de matéria coletável negativa, o montante de imposto apurado respeita apenas às situações sujeitas a tributação autónoma.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais do IVA, IRS e IRC respeitantes aos anos de 2009 a 2013 do Centro Hospitalar, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

#### **12.2.4. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

As transações em moeda estrangeira relacionam-se com aquisições no mercado externo e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações, sendo atualizados os saldos de balanço, de acordo com os câmbios em vigor em 31 de Dezembro.

#### **12.2.6. IMOBILIZADO INCORPÓREO**

No imobilizado incorpóreo a conta de "Despesas de instalação" expressa o valor relativo a despesas realizadas em anos anteriores com a constituição dos três Hospitais.

A conta de “Despesas de investigação e de desenvolvimento” contém os valores despendidos em anos anteriores com projetos de investigação e desenvolvimento.

## 12.2.7 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES.

### Ativo Imobilizado

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf/Abates	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvi/o	607.033,17	0,00	0,00	607.033,17
<b>Sub-total</b>	<b>1.148.888,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.148.888,04</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	94.597.585,31	204.734,73	350.017,70	95.152.337,74
Equipamentos básicos	61.912.688,40	733.833,66	-482.639,07	62.163.882,99
Equipamentos Transporte	2.220.454,19	55.725,15	0,00	2.276.179,34
Ferramentas e utensílios	602.894,57	0,00	-1.194,76	601.699,81
Equipa/o administ. e informático	17.214.597,66	163.792,84	-101.422,62	17.276.967,88
Outras Imobilizações corpóreas	161.199,55	0,00	0,00	161.199,55
Imob. curso de imob. corpóreas	654.266,22	1.636.990,56	-350.017,70	1.941.239,08
Adianta/o p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>177.363.685,90</b>	<b>2.795.076,94</b>	<b>-585.256,45</b>	<b>179.573.506,39</b>

### Amortizações Acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvi/o	607.033,17	0,00	0,00	607.033,17
<b>Sub-total</b>	<b>1.148.888,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.148.888,04</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	36.139.455,31	4.054.690,62	0,00	40.194.145,93
Equipamentos básicos	53.080.496,04	3.111.509,41	466.937,25	55.725.068,20
Equipamentos Transporte	1.890.348,57	73.246,78	0,00	1.963.595,35
Ferramentas e utensílios	599.694,66	3.021,11	1.194,76	601.521,01
Equipa/o administ. e informático	16.018.299,23	481.581,25	101.110,22	16.398.770,26
Outras Imobilizações corpóreas	110.347,04	19.856,48	0,00	130.203,52
Imob. curso de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Adianta/o p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total</b>	<b>107.838.640,85</b>	<b>7.743.905,65</b>	<b>569.242,23</b>	<b>115.013.304,27</b>

## 12.2.10. DIPLOMAS LEGAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

De acordo com o estipulado nos diplomas legais que transformaram em sociedade anónima as Unidades Hospitalares que antecederam o Centro, foram efetuadas, no exercício de 2003, as avaliações dos respetivos ativos imobilizados corpóreos. Conforme referido na alínea a) da Nota 11.2.3.1., encontra-se pendente de decisão tutelar o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos efeitos da avaliação dos bens imóveis que se encontram evidenciados em balanço.

As avaliações dos restantes bens de imobilizado, afetos às Unidades Hospitalares que antecederam o CHLO, realizadas em 2003, geraram uma reserva de avaliação no montante de 10.033.112,39 euros, de acordo com a seguinte discriminação:

Designação Hospital	Valor da Reserva
Hospital de Egas Moniz	8.234.289,96
Hospital S. Francisco Xavier	3.209.123,71
Hospital Santa Cruz	-1.410.301,28
<b>Total</b>	<b>10.033.112,39</b>

## 12.2.23. DEVEDORES DE COBRANÇA DUVIDOSA

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
218111 A D S E	0,00	0,00	0,00	0,00
218112 Forças Armadas	0,00	147,00	147,00	0,00
218113 Forças Militarizadas	0,00	0,00	0,00	0,00
218114 S A M S	41.323,82	0,00	0,00	41.323,82
218115 I O S C T T - A C S Portugal Telecom	110.224,05	0,00	0,00	110.224,05
218116 Serviços Socias	47.424,95	0,00	0,00	47.424,95
218119 Outros Subsistemas	9.852,39	0,00	0,00	9.852,39
21813 Companhias de Seguros	804.190,89	309.472,81	579.363,70	534.300,00
21819 Outros Clientes	1.323.534,93	563.126,85	109.626,00	1.777.035,78
2183 Uientes, c/c	2.242.159,76	67.889,51	93.877,82	2.216.171,45
2189 Outros clientes	1.398.425,94	0,00	0,00	1.398.425,94
<b>Total</b>	<b>5.977.136,73</b>	<b>940.636,17</b>	<b>783.014,52</b>	<b>6.134.758,38</b>

Verificou-se no total das dívidas de terceiros, em termos líquidos um aumento de 157.621,65 euros.

#### 12.2.24. DÍVIDAS DO PESSOAL

O valor das dívidas relacionadas com Pessoal, era o seguinte:

Rúbricas	2013	2012
<b>Dívidas Activas</b>		
Reposições de Vencimento	246.756,37	227.310,75
<b>Sub-total</b>	<b>246.756,37</b>	<b>227.310,75</b>
<b>Dívidas Passivas</b>		
Remunerações a Pagar		
Despesas de Saúde	174.393,93	174.358,73
Férias e Subsídios de Férias	10.354.594,53	5.294.318,34
Encargos c/ Férias e Subsídios de Férias	1.819.101,15	6.953.255,27
Horas Extraordinárias e outros Abonos	1.766.405,04	1.766.405,04
<b>Sub-total</b>	<b>14.114.494,65</b>	<b>14.188.337,38</b>

Os valores a pagar referente a férias e subsídio de férias, encargos e horas extras, são valores a pagar em 2014 referente a custos incorridos no ano corrente. O aumento nos encargos c/ férias e subsídios de férias justifica-se com o acórdão 187/2013 do Tribunal de Constitucional que veio tornar obrigatório o reconhecimento do subsídio de férias aos trabalhadores do Estado a quem o mesmo havia sido retirado.

#### 12.2.26. DÍVIDAS AO ESTADO EM SITUAÇÃO DE MORA

O CHLO não tem qualquer situação de dívida ao Estado em situação de mora.

#### 12.2.28. GARANTIAS BANCÁRIAS

Existe um depósito a prazo na Instituição bancária Montepio, no montante de 47.650,00 euros, cuja finalidade é a de caucionar uma garantia bancária prestada por esse banco e constituída a favor do Tribunal de Trabalho.

### 12.2.31. MOVIMENTOS DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos foram os seguintes, em conformidade com os critérios anteriormente referidos:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões p/ aplicações Tesouraria				
Provisões p/ cobrança duvidosa	6.060.651,89	74.106,49	0,00	6.134.758,38
Provisões p/ riscos encargos	5.186.828,85	356.227,96	94.349,03	5.448.707,78
Provisões p/ depreciação existências	280.161,61	258.624,53	280.161,61	258.624,53
Provisões p/ investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11.527.642,35</b>	<b>688.958,98</b>	<b>374.510,64</b>	<b>11.842.090,69</b>

### 12.2.32. VARIAÇÕES NAS CONTAS DE FUNDOS PRÓPRIOS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
51 Capital	126.860.000,00	0,00	0,00	126.860.000,00
571 Reservas Legais	947.288,29	0,00	0,00	947.288,29
572 Reservas Estatutárias	58.831,59	0,00	0,00	58.831,59
574 Reservas Livres	12.774.118,72	0,00	0,00	12.774.118,72
576 Doações	1.848.802,84	143.680,47	0,00	1.992.483,31
577 Reservas dec. Transf. Activo	29.701.398,46	0,00	0,00	29.701.398,46
59 Resultados Transitados	-131.806.345,97	-9.746.812,89	0,00	-141.553.158,86
88 Resultado Líquido do Exercício	-9.746.812,86	1.079.305,23	-9.746.812,86	1.079.305,23
<b>Total</b>	<b>30.637.281,07</b>	<b>-8.523.827,19</b>	<b>-9.746.812,86</b>	<b>31.860.266,74</b>

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, em 126.860.000,00 euros, correspondendo ao somatório do capital social dos três Hospitais que o antecederam.

O montante de 143.680,47 euros na rubrica doações refere-se a donativos de equipamento e numerário, obtidos no decurso do ano.

A rubrica de resultados transitados foi debitada pelos resultados líquidos do exercício de 2012, no montante de 9.746.812,89 euros.

### 12.2.33. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Códigos Contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas, Subs. e Consumo
36	Existências iniciais	0,00	9.092.404,69
31	Compras	0,00	73.677.457,73
793 + 693	Regularização de existências	0,00	1.229.976,53
36	Existências finais	0,00	6.949.227,41
61	Custos no exercício	0,00	77.050.611,54

### 12.2.35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A atividade do CHLO desenvolve-se exclusivamente em Portugal, pelo que os serviços prestados ocorreram todos no País.

### 12.2.37. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os custos e perdas financeiras no montante de 593.854,09 euros resultam, essencialmente, da responsabilidade de 3% do CHLO no que diz respeito à dívida do ACE Somos Compras à Banca no montante de 19.300.00,00 euros.

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2013	2012
681	Juros Suportados	1.799,03	389,41
683	Amortizações investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças ed câmbio desfavoráveis	39,90	6,37
687	Perdas na alienação aplicações tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	593.854,09	21.982,34
	Resultados financeiros (+/-)	-257.271,37	2.270.745,40
	<b>Total</b>	<b>338.421,65</b>	<b>2.293.123,52</b>

Os proveitos e ganhos financeiros respeitam essencialmente aos juros provenientes de descontos que provem de negociações de pagamentos a fornecedores.

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2013	2012
781	Juros Obtidos	46.120,80	130.793,83
783	Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00
785	Diferenças de câmbio favoráveis	38,55	87,83
786	Descontos p/pagamentos obtidos	121.171,86	798.085,94
787	Outros custos e perdas financeiras	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	171.090,44	1.364.155,92
<b>Total</b>		<b>338.421,65</b>	<b>2.293.123,52</b>

O resultado financeiro do exercício é negativo em 257.271,37 euros, essencialmente em virtude do registo da responsabilidade do CHLO no ACE Somos Compras.

### 12.2.38. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	278.752,24	221.242,10
693	Perdas em existências a)	258.624,53	556.151,52
694	Perdas em imobilizações b)	16.014,23	79.307,29
695	Multas e penalidades	1.150,71	1.004,99
696	Aumentos amortizações e provisões	0,00	0,00
697	Correcções relativas exercicios anteriores c)	5.713.240,80	6.546.870,63
698	Outros custos perdas extraordinários	185.528,56	33.148,39
Resultados extraordinários (+/-)		1.073.828,32	-2.687.523,66
<b>TOTAL</b>		<b>7.527.139,39</b>	<b>4.750.201,26</b>

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2013	2012
792	Recuperações de dívidas	0,00	0,00
793	Ganhos em existências d)	1.229.976,53	680.671,40
794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
795	Benefícios e penalidades contratuais	6.635,17	18.114,99
796	Reduções de amortizações provisões e)	94.349,03	13.336,68
797	Correcções relativas exercicios anteriores f)	5.906.551,85	3.650.397,32
798	Outros proveitos ganhos extraordinários g)	289.626,81	387.680,87
<b>TOTAL</b>		<b>7.527.139,39</b>	<b>4.750.201,26</b>

Os montantes mais expressivos de cada rubrica dizem respeito ao seguinte:

- a) As perdas em existências respeitam às quebras apuradas nas conferências físicas realizadas próximo do final do exercício e outros acertos efetuados ao longo do exercício;
- b) As perdas em imobilizações decorrem essencialmente dos movimentos de abates de imobilizado ocorrido no exercício;
- c) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam, essencialmente, correções ao contrato programa.
- d) Os ganhos em existências englobam ajustamentos de existências da contabilidade às compras;
- e) As correções de provisões são devidas ao aumento da provisão para clientes de cobrança duvidosa e provisão para riscos e encargos;
- f) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam essencialmente regularizações nos contratos programa de 2010, 2011 e 2012.
- g) Os Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários englobam essencialmente o proveito imputado ao exercício da parte proporcional relacionada com o reconhecimento de subsídios ao Investimento recebidos em exercícios anteriores, destinados ao cofinanciamento de investimentos realizados.

## 12.2.39. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 12.2.39.1.ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2013:

<b>Acréscimos de Proveitos</b>		<b>2013</b>	<b>2012</b>
2711	Juros a receber	0,00	11.301,95
27191	Instituições Ministério da Saúde	13.060.829,45	3.777.266,29
27199	Outras Entidades	9.585.492,75	9.916.400,73
<b>Total</b>		<b>22.646.322,20</b>	<b>13.704.968,97</b>

<b>Custos Diferidos</b>		<b>2013</b>	<b>2012</b>
2729	Outros Custos Diferidos	16.523,38	3.404,02
<b>Total</b>		<b>16.523,38</b>	<b>3.404,02</b>

<b>Acréscimos de Custos</b>		<b>2013</b>	<b>2012</b>
2732	Remunerações a liquidar	13.940.100,72	14.013.978,65
2739	Outros acréscimos de custos	2.393.615,20	2.761.126,58
<b>Total</b>		<b>16.333.715,92</b>	<b>16.775.105,23</b>

<b>Proveitos Diferidos</b>		<b>2013</b>	<b>2012</b>
2745	Subsídios para Investimentos	2.224.528,01	2.513.924,65
2749	Outros proveitos diferidos	0,00	42.037,19
<b>Total</b>		<b>2.224.528,01</b>	<b>2.555.961,84</b>

Na rubrica acréscimos de proveitos estão registados nomeadamente, os proveitos provenientes dos atos médicos prestados em 2012 e 2013, mas ainda não faturados à ACSS no âmbito do Contrato Programa (13.060.829,45 euros), incluída a verba de 6.433.333,33 referente ao ACE Somos Compras, conforme despacho 814 do SES, e faturação aos subsistemas, utentes e outros clientes de atos médicos, taxas moderadoras e medicamentos não emitida no valor de 9.585.492,75 euros;

Nos acréscimos de custos, remunerações a liquidar, estão registados os valores a pagar aos colaboradores no ano de 2014, mas respeitantes a 2013 e que dizem respeito a férias, subsídio de férias, trabalho extraordinário e encargos sobre remunerações relacionados com as mesmas. Na rubrica outros acréscimos de custos estão registados custos ocorridos em 2013, relacionados com Compras e Fornecimentos e Serviços Externos, mas cujas faturas ainda não tinham sido recebidas à data do fecho das contas ou são datadas de 2014.

Os proveitos diferidos contemplam essencialmente subsídios recebidos para o investimento mas cujos proveitos serão registados na proporção das amortizações dos bens associados.

### 12.2.39.2. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Orgãos Sociais		2013
6411	Conselho de Administração	292.919,93
6223	Fiscal Único a)	17.543,04
<b>Total</b>		<b>310.462,97</b>

a) Inclui IVA à taxa legal

### 12.2.39.3. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Activo		2013	2012
211	Clientes C/C	518.663,66	9.517.427,16
2111	Subsistemas	-3.723,78	8.418.455,10
2113	Companhias de Seguros	701.478,83	701.034,55
2119	Outros Clientes	-179.091,39	397.937,51
213	Utentes	690.198,89	568.933,60
215	Instituições do Estado	22.988.486,23	34.700.613,03
218	Clientes Cobrança Duvidosa	6.134.758,38	5.977.136,73
21811	Subsistemas	208.825,21	208.825,21
21813	Companhias de Seguros	534.300,00	804.190,89
21819	Outros Clientes	1.777.035,78	1.323.534,93
2183	Utentes c/c	2.216.171,45	2.242.159,76
2189	Outros Clientes	1.398.425,94	1.398.425,94
229	Adiantamentos a fornecedores	1.124.422,91	460.696,84
26	Outros Devedores	10.787.361,87	10.303.198,63
262	Pessoal	246.756,37	227.310,75
268311	Instituições Ministério da Saúde	7.193.418,53	6.976.276,67
268319	Outras Instituições Públicas	1.560.443,75	1.607.607,51
26832	Cauções a Fornecedores	35.863,79	35.863,79
26833	Adiantamentos a doentes	12.000,01	15.500,00
26839	Outros Devedores diversos	1.724.135,80	1.425.223,73
	Outros Devedores	14.743,62	15.416,18
268999	Adiantamentos a fornecedores m/l prazo	5.854.333,34	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>48.098.225,28</b>	<b>61.528.005,99</b>

#### 12.2.39.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte desagregação, a nível de Ativo e de Passivo:

Activo	Exercícios	
	2013	2012
<b>Designação</b>		
IRC - Pagamento Especial p/ Conta	420.000,00	350.000,00
IRC - Retenção na Fonte	14.355,76	31.658,66
IRC - Imposto a Recuperar	0,00	40.000,00
IRS - Sobre Outros Rend.	0,00	181.183,96
<b>Total</b>	<b>434.355,76</b>	<b>602.842,62</b>

Passivo	Exercícios	
	2013	2012
<b>Designação</b>		
IRS - Trabalho Dependente	1.325.424,03	704.416,09
IRS - Trabalho Independente	11.465,28	32.988,40
IRS - Prediais	0,00	0,00
IRS - Outro Rendimentos	5.977,00	0,00
IVA a Pagar	113.739,56	158.613,26
Contribuições Segurança Social	2.013.115,18	1.990.463,00
IRC-Imposto a pagar	110.000,00	19.258,67
Restantes Impostos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3.579.721,05</b>	<b>2.905.739,42</b>

#### 12.2.39.5. OUTROS CREDORES

Em 31 de Dezembro esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo		2013	2012
262	Pessoal	174.393,93	174.358,73
263	Sindicatos	11.223,06	11.089,68
26881	Credores Diversos Instituições Estado	20.917.084,86	21.841.699,23
26882	Cauções de Fornecedores	8.271,84	8.271,84
26889	Outros Credores Diversos	1.647.642,31	1.130.067,28
2689	Outros Credores	130.448,67	338.761,23
	<b>Total</b>	<b>22.889.064,67</b>	<b>23.504.247,99</b>

### 12.2.39.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

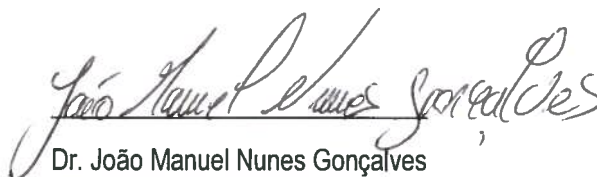
O saldo decompõe-se pelas seguintes rubricas:

Rúbrica		2013	2012
621	Subcontratos	7.195.020,60	7.798.500,21
62211	Electricidade	1.896.201,33	1.916.100,38
62212	Combustível	2.654.533,63	2.138.835,89
62213	Água	619.197,13	577.592,84
62219	Rendas e Alugueres	836.166,02	937.418,24
62222	Comunicação	323.577,69	427.005,11
62229	Honorários	1.367.887,54	2.065.522,73
62232	Conservação e Reparação	4.397.016,25	4.698.003,63
62234	Limpeza, Higiene e Conforto	2.397.656,33	2.534.959,65
62235	Vigilância e Segurança	942.895,20	1.116.801,88
62236	Trabalhos especializados	4.678.131,87	4.832.646,30
6229	Outros Fornecimentos e serviços	83.898,50	50.837,63
	Outros	89.030,43	145.742,29
<b>Total</b>		<b>27.481.212,52</b>	<b>29.239.966,78</b>

### 12.2.39.9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício, que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de Dezembro de 2013.

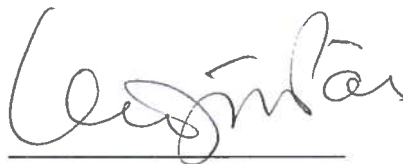
**Técnico Oficial de Contas**



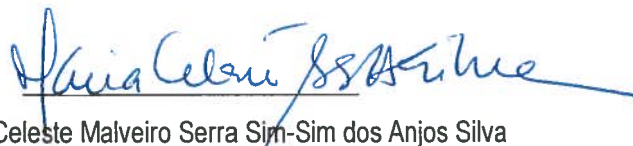
Dr. João Manuel Nunes Gonçalves

(TOC)

**O Conselho de Administração**



**Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais**  
(Presidente e Diretora Clínica)



**Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva**  
(Vogal)



**Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira**  
(Vogal)



**Enf. Fernanda Maria da Rosa**  
(Enfermeira Diretora)

# 13 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante também designado por CHLO ou Centro), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um ativo líquido de 149 908 840 euros e um fundo patrimonial positivo de 31 860 267 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1 079 305 euros), as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do CHLO, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. Exceto quanto às situações mencionadas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Reservas

7. Os diplomas legais respeitantes à transformação, em sociedades anónimas, dos Hospitais de São Francisco Xavier, Egas Moniz e Santa Cruz, estipularam a obrigatoriedade de se proceder à reavaliação dos imobilizados corpóreos destas instituições, a reconhecer contabilisticamente até ao final de 2003 por contrapartida do Património. Ao que apurámos, por orientação da Tutela, as reavaliações dos bens imóveis não foram refletidas contabilisticamente, sendo que não estão disponíveis elementos que permitam quantificar o efeito desta situação nas demonstrações financeiras do CHLO em 31 de dezembro de 2013, o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

8. À data da emissão desta certificação, não fomos ainda habilitados com um conjunto significativo de respostas aos pedidos de confirmação de saldos e de outras informações, nomeadamente de clientes no âmbito do Ministério da Saúde. Esta situação configura uma limitação ao âmbito e profundidade dos nossos trabalhos.

## Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais efeitos dos ajustamentos que poderiam ser necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal no Sector Público da Saúde.

## Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, salientamos que:

10.1 O total do Fundo Patrimonial ascende a 31 860 267 euros, quando o Património do CHLO é de 126 860 000 euros que assim está perdido em mais de 50%, em virtude dos resultados transitados negativos acumulados, sendo que se admite que o princípio da continuidade, como entidade pública empresarial, será assegurado pelo Estado. O Conselho de Administração contempla especificamente no seu Relatório de Gestão a análise da sustentabilidade e o controlo do equilíbrio financeiro do CHLO;

10.2 As prestações de serviços associadas ao Contrato Programa de 2013 celebrado com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP incluem 15 066 513 euros provenientes de Adendas ao contrato-programa, as quais aguardam assinatura.



### Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 28 de março de 2014

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Aleixo Dias'.

---

Pedro Aleixo Dias, em representação de  
BDO & Associados - SROC

# 14 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do mandato que nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Fiscal Único emitir o seu relatório anual e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2013 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante designado também por CHLO ou Centro), datado de 26 de março de 2014.

O Relatório de Gestão e Contas de 2013 responde, apropriadamente, às exigências legais aplicáveis em geral e, especificamente, às exigências de divulgação previstas no Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação.

Os referidos documentos de prestação de contas foram objeto de exame, ficando a Certificação Legal das Contas a fazer parte integrante do presente relatório. O Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do CHLO e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Do trabalho realizado, salientamos os seguintes aspetos:

- Na sequência dos resultados negativos que o CHLO tem apresentado nos últimos anos, embora o Resultado Líquido de 2013 tenha sido positivo, verifica-se que o Património do Centro em 31 de dezembro de 2013 está perdido em mais de 50%.
- Da revisão efetuada, não foi identificado qualquer incumprimento, por parte do CHLO, dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho nº14277/2008, de 23 de maio. O Relatório de Gestão cumpre, nomeadamente, os princípios de bom governo previstos na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.

- Nos termos do nº 17º desta Resolução do Conselho de Ministros, é positiva a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor no CHLO, durante o exercício de 2013.
- Foi implementado um plano de redução de custos, tendo o CHLO alcançado uma redução de custos operacionais (custo das mercadorias vendidas e consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, no seu conjunto) de 18%, em 2013 face a 2010.
- No que concerne às reduções remuneratórias verifica-se que ao nível dos órgãos de administração e fiscalização, bem como ao nível dos trabalhadores, o CHLO procedeu às reduções com o objetivo de cumprir o disposto no Artigo 27.º da Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro.

Face ao exposto, somos de parecer:

- Que seja aprovado o Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013;
- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 28 de março de 2014

O Fiscal Único,



---

Pedro Aleixo Dias, em representação de  
BDO & Associados - SROC